



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ANTONIO NACILIO SOUSA DOS SANTOS**

**SUBSÍDIOS PARA UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE  
HORIZONTE/CEARÁ: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DO RETRATO  
EXPERIENCIAL**

**FORTALEZA**

**2022**

ANTONIO NACILIO SOUSA DOS SANTOS

SUBSÍDIOS PARA A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE  
HORIZONTE/CEARÁ: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DO RETRATO  
EXPERIENCIAL

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S233s Santos, Antonio Nacílio Sousa dos.  
Subsídios para a avaliação da política pública de defesa da criança e do adolescente do Conselho Tutelar do município de Horizonte/Ceará : uma proposta metodológica do retrato experiencial / Antonio Nacílio Sousa dos Santos. – 2022.  
147 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.
1. Avaliação de políticas públicas. 2. Retrato experiencial. 3. Conselho Tutelar. 4. Direitos da Criança e do Adolescente. I. Título.

CDD 320.6

---

ANTONIO NACÍLIO SOUSA DOS SANTOS

SUBSÍDIOS PARA A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE  
HORIZONTE/CEARÁ: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DO RETRATO  
EXPERIENCIAL

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em: 26/09/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Erlenias Sobral do Vale  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico inteiramente este trabalho a minha Mãe, **Solange Maria de Sousa dos Santos**, que aos 12 anos foi levada da sua casa para morar em outra Cidade, como trabalhadora doméstica em casas de família. Desenvolvendo, portanto, *disposições* centradas no trabalho forçado e em responsabilidades extensivas para uma criança. Perdendo, portanto, grande parte da sua infância.

## AGRADECIMENTOS

Para agradecer é preciso rememorar as situações vividas, os encontros inesperados, as vivências compartilhadas, os sentidos e as disposições que os dias me trouxeram até aqui e, principalmente, as pessoas que permanecem próximas a mim, as que riscaram e as que continuam riscando um pouco de si, neste que agora é só gratidão.

Agradeço ao professor Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva (UFC) que, desde cedo, ainda na graduação, conseguiu entender as disposições psíquicas que carrego comigo e, a ajuda extensiva para que eu não desistisse dos meus sonhos. Sempre presente, acolheu-me brandamente no seu círculo de afetos e mostrou-me a importância que as ciências sociais teriam na minha vida. Muito obrigado!

Sou cômico do sentimento de pertencimento aos colegas e professores que carrego comigo a partir do que vivi e vivo nas graduações da minha vida: Ciências Sociais (UFC), Serviço Social (UECE), Pedagogia (FIC) e no curso de História (UECE), este último, mesmo ainda em processo. Aprendo todo dia que o ato do conhecimento é uma porta que devemos sempre abrir, em nós, em mim. Gratidão!

Cada dia que passa, mesmo diante das dificuldades que em mim afloram, proveniente de diversas situações experimentadas, o campo do conhecimento salva-me, profundamente. Obrigado ao Mestrado Acadêmico em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), bem como o Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Doutorado Acadêmico em Ciências Sociais (PGCS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e, principalmente, o Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas, ao Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP), que me deu todo o suporte para que eu não desistisse deste sonho que agora se concretiza. Um obrigado especial ao carinho disponibilizado pela técnica administrativa do curso, Karla Maia, a estar sempre disposta em querer ajudar-me para minimizar os lapsos que ora e outra travava e travo no meu cotidiano. Foi a primeira a ter consciência do conteúdo que mim carrego e de maneira extensiva, sempre esteve ao lado, sendo abraço que afaga e sorriso que acalenta.

A palavra “extensivamente” parece ser pouca para qualificar o tamanho do amparo que foi e é para que este trabalho existisse. Meu orientador, o Dr. Alcides Fernando Gussi (UFC) marcou, fortemente, a visão que hoje possuo sobre a avaliação de política. Reconfigurou-me, ao passo que, segurou minha mão quando muitas outras se distanciavam. Nunca desistiu de mim e entendeu que possuo meu tempo, mesmo os imperativos contextuais

sendo contrários. Ele dobrou a esquina quando poderia caminhar em linha reta, criou pontes, moveu no tempo espaços para que eu pudesse me recompor, quando muitas vezes caía. Levantou-me, várias e várias vezes! Sua solicitude, que se tornaram laços que em mim carrego, com efeito, abrandou as dores e fez com que não perdesse a cor deste meu sonho. É e continuará sendo um grande parceiro na vida acadêmica e pessoal, aprofundando os elementos desta proposta que é nossa e será de muitos e muitas, no trânsito corrente da pesquisa no campo da avaliação. Obrigado pela orientação, por deixar [eu] ser parte do seu tempo, por não perder a confiança em mim, por acreditar que seria possível e foi. Sem você tudo o que era cor, poderia descolorir. Eternamente grato!

Obrigado à banca de avaliação desse rito do conhecimento científico. A escolha de cada uma de vocês foi realizada a dedo. Em verdade, não poderia ter outra composição de tamanha grandiosidade para o momento da qualificação e defesa. São partes integrantes do meu conteúdo disposicional no campo da vida científica. Levo-as, comigo, onde quer que eu vá: Erlenias Sobral (UECE) e Celecina Veras Sales (UFC)! Obrigado pelas observações sempre no sentido do aperfeiçoamento e no toque delicado quando expuseram seus repertórios culturais-acadêmico para o ganho desta pesquisa.

Gratidão ao interlocutor que deixou-me descrever quem foi e é. Que abriu a gaveta do seu coração e permitiu a aplicação da proposta avaliativa. Por me aturar em situações suas e que passaram a ser minhas também, cientificamente. Sua contribuição para a existência deste trabalho e desta metodologia é grandiosa. Obrigado pela partilha do seu conteúdo disposicional. Forte abraço!

Obrigado aos meus amigos por entenderem que meus sumiços faz parte de mim. Que mesmo longe não deixam de ser quem são: carinho e ternura! Um cheiro em cada um e cada uma.

Obrigado aos meus familiares!

Obrigado a minha família. As minhas irmãs por me aturarem e por preencher um espaço que são [só] de vocês: Vânia Santos, com sua delicadeza. Erivânia Santos, com sua expansividade e, Naiane Santos, por ser flor. Ao meu pai, entrego-lhe minha devoção e meu carinho à nossa maneira. E a minha mãe [a muito sabe disso], tens o meu coração.

E esse trabalho também é fruto, amplamente, do ganho diário entre os mais sinceros carinhos que a mim é disponibilizado, gratuitamente, diariamente, dos meus três pássaros: Ana, Luiz e Maria. Amo-os!

Obrigado a todos e que nossas disposições possam nos guiar para sonhos e paragens que ansiamos diariamente. Que 2023 ocorra com menos dor: com Lula presidente e

o inominável na escória da história.

Gratidão!



## RESUMO

O objetivo a que se destina uma avaliação de políticas envolvem atores, contextos, linguagens, olhares e, principalmente, a utilização de uma ferramenta metodológica que seja capaz de analisar todos os seus vieses, em suas específicas manifestações. Justifica-se que as principais literaturas direcionadas, primeiro, a lançar luz para a avaliação repousam em pressupostos conceituais que obscurecem particularidades importantes para avaliar uma política. Em alguns momentos, reduz-se a diversidade e complexidade nas quais o contexto e os atores da política nos possibilitam vislumbrar e, percorrer por outros caminhos. Diante disso, nos deparamos com a demanda de outros meios e percursos metodológicos que deem conta de elementos que até então são utilizados, mas não com o vigor e intensidade necessários que podem nos dizer sobre a complexidade da política a ser avaliada. Diante disso, em diálogo fecundo com a *avaliação experiencial* de Raul Lejano (2012), conjugada com a metodologia do *retrato sociológico* de Bernard Lahire (2004), nesta dissertação, desenvolvemos e mostramos os ganhos cognitivos de uma proposta avaliativa de política que possui centralidade nas particularidades do *agente social* da política. Com isso, propomos uma metodologia de avaliação que nominamos de *retrato experiencial*, orientados pela originalidade de elementos conjugados, radicalmente relacionais e dirigidos a partir das demandas que atores e contextos necessitam se considerados para uma avaliação de uma política. Dito isso, a pesquisa percorreu por dois caminhos: a) a construção teórico-metodológica de uma proposta de avaliação de políticas públicas, centrada na criação do retrato experiencial do agente social que desenvolve a política e, b) na aplicação da proposta metodológica de avaliação a partir de (1) um retrato experiencial, de um agente social, para, especificamente, apresentar subsídios para uma avaliação da política pública de defesa da criança e do adolescente do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, Estado do Ceará. Nesse intuito, fizemos uso de forte imersão dos elementos analíticos, centrados nos conceitos de *disposição* de Lahire (2004), conjugados a partir de nexos de sentidos aproximados ao conceito de *contexto* de Lejano (2012). Assim, nosso olhar foi guiado para uma avaliação que considera imprescindível as *disposições* que foram criadas a partir das experimentações dos agentes sociais na sua trajetória de vida, bem como o *contexto* do desenvolvimento da referida política. Como resultado, o trabalho dissertativo afirma que o conteúdo do retrato experiencial do agente social possibilita avaliar uma política pública a partir das suas disposições, pois elas afloram, mesmo com intensidades diferentes, nas ações da aplicação da política pública de defesa da criança e do adolescente. Com isso, conclui-se que a

proposta metodológica avaliativa do retrato experiencial vem a se constituir mais uma ferramenta para clarificar os consensos e dissensos no desenvolvimento de uma política pública, a constituir sua avaliação.

**Palavras-chave:** avaliação de políticas públicas; retrato experiencial; conselho tutelar; direitos da criança e do adolescente.

## ABSTRACT

The objective of a policy evaluation involves actors, contexts, languages, perspectives and, mainly, the use of a methodological tool that is capable of analyzing all their biases, in their specific manifestations. It is justified that the main literature directed, first, to shed light on evaluation rests on conceptual assumptions that obscure important particularities for evaluating a policy. In some moments, the diversity and complexity in which the context and the actors of politics allow us to glimpse and go through other paths is reduced. In view of this, we are faced with the demand for other means and methodological paths that deal with elements that have been used until then, but not with the necessary vigor and intensity that can tell us about the complexity of the policy to be evaluated. Therefore, in a fruitful dialogue with the experiential evaluation of Raul Lejano (2012), combined with the methodology of the sociological portrait of Bernard Lahire (2004), in this dissertation, we develop and show the cognitive gains of an evaluative policy proposal that is central to the particularities of the social agent of politics. With this, we propose an evaluation methodology that we call experiential portrait, guided by the originality of combined elements, radically relational and directed from the demands that actors and contexts need to consider for an evaluation of a policy. That said, the research followed two paths: a) the theoretical-methodological construction of a proposal for the evaluation of public policies, centered on the creation of the experiential portrait of the social agent that develops the policy and, b) on the application of the methodological proposal of evaluation from (1) an experiential portrait of a social agent, to specifically present subsidies for an evaluation of the public policy for the defense of children and adolescents of the Tutelary Council (CT) of the municipality of Horizonte, State of Ceará. To this end, we made use of a strong immersion of analytical elements, centered on Lahire's (2004) concepts of disposition, conjugated from nexuses of approximate meanings to Lejano's (2012) concept of context. Thus, our view was guided towards an evaluation that considers essential the provisions that were created from the experiments of social agents in their life trajectory, as well as the context of the development of that policy. As a result, the dissertation work states that the content of the experiential portrait of the social agent makes it possible to evaluate a public policy based on its provisions, as they emerge, even with different intensities, in the actions of the application of the public policy for the defense of children and adolescents. . With this, it is concluded that the evaluative methodological proposal of the experiential portrait comes to constitute another tool to clarify the consensus and dissent in the development of a public policy, to constitute its evaluation.

**Keywords:** evaluation of public policies; experiential portrait; guardianship council; rights of the child and adolescent.

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO .....	13
2	O TEMA E A PROBLEMÁTICA ADENTRAM A MINHA VIDA E NELA SE FORJA: INTRODUZINDO .....	16
2.1	O Objeto de Estudo: avaliar a política pública de defesa infanto-juvenil a partir do retrato experiencial do agente social tutelar .....	23
2.2	A Política Pública de Defesa Infanto-Juvenil .....	25
2.3	O Contexto da Pesquisa .....	30
2.4	A Proposta Avaliativa .....	34
2.5	Afinando o Olhar: os Caminhos para a Criação da Proposta Metodológica para a Avaliação da Política Pública .....	38
3	A PROPOSTA METODOLÓGICA DO <i>RETRATO EXPERIENCIAL</i> .....	43
3.1	Contribuições Teórico-Metodológicas da <i>Avaliação Experiencial</i> .....	44
3.2	Contribuições Metodológicas do Retrato Sociológico .....	63
3.2.1	<i>Pedaços que se Encaixam: a Entrevista como um Mosaico</i> .....	73
4	UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA AVALIATIVA MULTIDISCIPLINAR .....	82
4.1	O <i>Agente Social</i> no Centro da Proposta Metodológica da Avaliação do Retrato Experiencial .....	86
4.2	<i>Questão Social</i> : Conteúdo das Políticas Públicas e no Trabalho dos Agentes Sociais .....	91
5	O RETRATO EXPERIENCIAL DO AGENTE SOCIAL TUTELAR E A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	96
5.1	Criação do <i>Retrato Experiencial</i> de um Agente Social Tutelar do Conselho Tutelar do Município De Horizonte/Ceará .....	97
5.2	Disposições e suas Implicações no Trabalho Tutelar na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	124
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	138
	REFERÊNCIAS .....	143

## 1 APRESENTAÇÃO

Em 1988, a partir do fim da ditadura militar, foram criados muitos espaços de democracia, participação social e de reconhecimento dos direitos sociais. Entre os segmentos da sociedade que ganharam visibilidade pelo Estado, a sociedade civil organizada e a família, estão às crianças e os adolescentes que foram reconhecidos, através da Constituição Federal/88, como sujeitos que possuem direitos.

Para que isso ocorresse, ou seja, para que crianças e adolescentes fossem vistos como sujeitos com direitos (PINHEIRO, 2006) foi preciso criar dispositivos normativos, instâncias de intervenção e de atores sociais capazes de materializar essa concepção até então nova. Dessa forma, criou-se o Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA/90) que cunhou diversos olhares a respeito das demandas desse segmento social, contrastante com paradigmas historicamente opostos. O ECA/90 tem por finalidade reconhecer esses sujeitos através de direitos sociais e protegê-los de qualquer situação que coloque em perigo seu desenvolvimento físico, psíquico e moral<sup>1</sup>.

No esteio da luta para materializar esses direitos sociais foram criados os Conselho Tutelares (CTs), espaços ou instâncias de proteção onde crianças e adolescentes podem recorrer, através dos pais, responsáveis e por si mesmas para sua proteção. E, para isso, foi criada a figura do agente social tutelar<sup>2</sup>, ou seja, do **conselheiro tutelar**, que tem a função de colocar em prática, para a defesa da criança e do adolescente, os direitos sociais contidos no ECA/90.

Diante desse quadro, o objetivo da pesquisa dissertativa é avaliar a principal política pública de defesa dos direitos da criança e do adolescente no município de Horizonte, Estado do Ceará, a partir de uma *proposta avaliativa metodológica ancorada no conteúdo das experiências e experimentações vividas pelos agentes sociais tutelares* do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, Estado do Ceará. A mesma é fundamentada nos nexos de

---

<sup>1</sup> O artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

<sup>2</sup> Donzolet (2001) afirma que a partir do final do século XIX surgiu uma nova série de profissões. Ele cita os assistentes sociais, educadores, orientadores, com o objetivo de realizar o que ele denomina de trabalho social. Qualquer sujeito que esteja contido nesse universo são agentes que buscam tutelar a vida dos sujeitos: mulheres grávidas, mendigos, velhos, criança e adolescentes abandonadas. Não a toa que ele denomina o capítulo referente aos agentes sociais como “complexo tutelar” (p.91). Dentro desse universo, mais contemporaneamente, estão os conselheiros tutelares e todo o entorno que o faz serem figuras singulares na busca pela proteção das crianças e dos adolescentes.

sentido e na conjugação e convergência dos olhares entre a *avaliação experiencial* de Lejano (2012) com a metodologia do *retrato sociológico* de Lahire (2004).

Acreditamos que, por meio do repertório e do conteúdo de vida desses sujeitos que se tornaram agentes sociais, centrados nos conceitos de *disposição* de Lahire (2004) com o *contexto* de Lejano (2012) podemos avaliar a condução das suas ações tutelares e como vem sendo desenvolvida a materialização das premissas normativas da política que, neste empreendimento avaliativo, diz respeito à política de defesa da criança e do adolescente.

Dito isso, o presente texto dissertativo, divide-se da seguinte forma: em um primeiro momento será apresentada a aproximação do tema e a problemática levantada com a minha trajetória de vida. Nesse item, lançamos um “olhar intrometido e comprometido” (PAIS, 2006)<sup>3</sup>, já que a problemática me atravessa de maneira *dual*<sup>4</sup>: como sujeito ex-conselheiro tutelar do município de Horizonte, Estado do Ceará, que teve sua ação tutelar guiada por sua trajetória e o conteúdo das suas experimentações em diversos contextos e, agora, neste processo, como avaliador-pesquisador, comprometido com a avaliação da principal política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ao mesmo tempo, a partir de incidências empíricas vividas por mim na condição de conselheiro tutelar – quando vivenciei experiências de avaliações da política pública de defesa da criança e do adolescente – quando estava desenvolvendo a política<sup>5</sup>, ficava notório que o repertório de vida dos conselheiros tutelares que incidia na prática tutelar era invisibilizados.

Posteriormente, em outro item, referindo-se ao objeto de estudo, serão descritos a política pública que será avaliada e o contexto da pesquisa que, como dito acima, é localmente situado no CT do município de Horizonte/CE. E, posteriormente, descrevemos as contribuições metodológicas para uma nova proposta de avaliação de políticas públicas, trazendo as principais contribuições da metodologia da avaliação experiencial de Lejano (2012), conjugando com o aporte colaborativo em fecundo diálogo com a metodologia do retrato sociológico de Lahire (2004).

Concebemos a política a partir de uma perspectiva multidisciplinar, onde

---

<sup>3</sup> Referência à obra “*Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas*” (2006) do teórico português José Machado Pais. De certo modo, por já ter exercido a função de agente social tutelar, me configuro como sendo um “participante natural da realidade que observa” (p.21).

<sup>4</sup> O meu posicionamento é de uma reflexividade a respeito do meu papel enquanto avaliador-pesquisador também afetado pela construção do retrato experiencial e, principalmente, na avaliação (BOULLOSA; OLIVEIRA; ARAÚJO; GUSSI, 2000). A reflexividade, como mencionado pelos autores, parte da autocrítica “dos valores individuais e sociais defendidos” (2000: 2).

<sup>5</sup> Essas experiências ocorreram quando realizavam avaliações da política pública de defesa da criança e do adolescente no projeto denominado de “Selo UNICEF”, onde de maneira normativa e superficial, numa “avaliação” que durava em média duas horas, buscavam avaliar as práticas e a efetividade do trabalho tutelar. Para saber mais sobre o projeto “Selo UNICEF” ver o site: <https://selounicef.org.br/>

encontramos aportes teóricos relevantes em várias ciências, como a ciência política, a sociologia, antropologia, história, psicologia, entre outras. Seguimos o caminho percorrido pelos dois teóricos, onde utilizamos seus elementos centrais para a construção de uma proposta avaliativa que nominamos de *retrato experiencial*. Como diz Touraine (1996), neste trabalho, tivemos como missão “ir ao âmago da vida social, ao lugar das relações e dos conflitos, decifrando a rede de interações sociais que chegam até a estrutura da sociedade” (p.36-37) por meio dos achados das experimentações e experiências que os sujeitos que se tornaram, posteriormente, agentes sociais, vivenciaram. Esse conteúdo que foi criado nas fases da vida do sujeito, como a infância, adolescência, enquanto jovem e adulto, vai sendo denotado nas práticas cotidianas, de maneira conciente ou inconsciente (LAHIRE, 2004).

Feito isso, depois de ter realizado um trabalho de adentrar a vida do agente social através de longas entrevistas, em diversos locais, em diferentes atividades, pudemos construir o seu retrato experiencial tendo como centralidade, evidenciar as suas *disposições*, que o caracteriza e o particulariza. Disposições estas que serão evidenciadas na atuação do desenvolvimento da política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Dito isso, esse subsídio avaliativo que ora estamos traçando e trazendo para o campo das políticas públicas, desde já se torna uma ferramenta metodológica importante para avaliar políticas que são colocadas em prática por agentes sociais.



## 2 O TEMA E A PROBLEMÁTICA ADENTRAM A MINHA VIDA E NELA SE FORJA: INTRODUZINDO

No sistema estrutural onde se articula de um modo específico a produção, a área de deslocação do sujeito – na medida em que ele se mantém ao nível do actual, isto é, na medida em que a estrutura lhe concede a percepção de seu estado (do seu movimento aparente), ocultando-lhe a do seu sistema – define-se como ilusão (MILLE *apud* COELHO, 1967, p. 19).

Numa pesquisa, a relação entre pesquisador e pesquisado é algo que vai ganhando corporificação à medida que ambos se aproximam, distanciam-se ou vice-versa. Em verdade, a compreensão, pelo pesquisador, de que ele está desenvolvendo pesquisa é tida como o momento inicial onde percebe que está adentrando “o desconhecido”, mesmo que este, aparentemente, lhe seja familiar (DURKHEIM, 1978). Ele precisa *sentir*<sup>6</sup> que o papel que lhe foi concebido por qualquer ente, quer seja a Universidade, órgão de fomento ou simplesmente por querer realizar pesquisa, torne-se algo que o afete, corporificando em seu *devir-pesquisador*<sup>7</sup>. Estamos falando da construção do pesquisador que se dá a partir das descobertas que ocorrem no campo, onde busca entender e dar sentido aquilo que passa despercebido pelo olhar dos que não possuem as ferramentas necessárias para o exercício dessa atividade.

Dito isso, passamos a sentir, verdadeiramente, como pesquisador quando, de fato, o objeto de estudo deste empreendimento avaliativo passou a ser o norte do nosso caminhar, olhar, ouvir e escrever (OLIVEIRA, 1996). Quando em 2008 adentramos pela primeira vez o espaço do Conselho Tutelar (CT<sup>8</sup>) do Município de Horizonte como estagiário do curso bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Não só sentimos como também percebemos que estávamos diante do objeto institucional e de uma política pública que traçariam os meus dias como *militante, estudante e pesquisador* (SANTOS, 2018), como relatado na ocasião:

---

<sup>6</sup> Na obra “*Antropologia dos sentidos*” do antropólogo David Le Breton (ver referências), explora os sentidos, todos os sentidos, como pensamento do mundo. O teórico se deixa imergir no mundo a fim de sentir-se dentro e não diante dele. Mostra que *o indivíduo não toma consciência de si senão através do sentir (grifo nosso)*, que ele faz a experiência de sua existência por ressonâncias sensoriais e perceptivas. Dessa forma, todo homem caminha num universo sensorial ligado ao que sua cultura e sua história pessoal fizeram de sua educação, cada sociedade desenhando uma “organização sensorial” que lhe é própria. Dito isso, o pesquisador-avaliador necessita que os elementos que compõem a pesquisa lhe proporcionem afetações trazendo a área do fazer- pesquisador e suas engrenagens.

<sup>7</sup> Devir é um estado em que o indivíduo se encontra. Neste exemplo reportamos o devir-pesquisador, ou seja, um estado de ser e em ser pesquisador.

<sup>8</sup> Ao longo da escrita desta dissertação, ao nos reportarmos ao Conselho Tutelar (CT) estaremos escrevendo as siglas que compõem seu nome, ou seja, CT.

Desde que entrei na universidade, no ano de 2006, “o objeto em estudo adentra minha vida e nela se forja” (PINHEIRO, 2000, p. 21, *grifo nosso*). Primeiramente, deu-se na sala de aula quando tive contato com leituras sobre família, infância e juventude. Posteriormente, mediante imersão da pesquisa na condição de estagiário no Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, em 2008. Depois, na missão de agente social tutelar, quando exerci essa função nesse campo (BOURDIEU, 2009) onde se delinea esta pesquisa. E, hoje, como pesquisador-sociólogo que busca entender a estruturação, organização e atuação desse órgão, a partir da dinâmica de funcionamento e as suas particularidades implícitas nesse processo (SANTOS, 2018, p.17).

O destaque desse percurso de interação é de extrema importância, dado que sem paixão e pertença, acreditamos que o trabalho científico estará sobre num invólucro engessado e expansivamente desinteressante. Isto é, características e sentidos que não podem se ter quando estamos desenvolvendo uma pesquisa científica. O envolvimento possibilita ir além, entender as microrelações, as vozes que não dizem, mas dizem muito, os caminhos percorridos pelos sujeitos, as aberturas e fechamentos de espaços que só poderão ser enxergados porque o sujeito-pesquisador possui a sensibilidade de saber que por trás da cortina sempre irá encontrar dissensos e consensos sobre o objeto em trânsito avaliativo.

Contudo, mesmo antes de adentrar esse espaço de grande importância para a vida das crianças e adolescentes, esse objeto em processo é algo que me afeta de maneira muito forte. A questão social<sup>9</sup> que envolve crianças e adolescentes no Brasil é constituída através de histórias de exclusão, violência e desamparo do Estado.

Realizar pesquisa sobre a política pública mais importante para a proteção da criança e do adolescente, a partir da criação do retrato experiencial dos agentes sociais tutelares que incide, de maneira direta, na sua prática cotidiana de atuação, também é, adentrar num espaço onde fala muito sobre minhas disposições. Minha mãe<sup>10</sup>, aos doze anos

<sup>9</sup> O objeto de estudo do Serviço Social é denominado de *Questão Social*, que significa o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista, próprias da sociedade burguesa, que tem como principal motor a venda da força de trabalho para a obtenção do lucro (IAMAMOTO, 1999, p.27). Posteriormente, Netto (2009) na obra “Capitalismo monopolista e serviço social” escreveu um apêndice a partir da terceira edição, endossando que a “Questão Social” na agenda do serviço social no Brasil, a partir do movimento de redemocratização, “é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual” (2009: 151). Santos (2012), por sua vez, na obra “*Questão social: particularidades no Brasil*”, vai afirmar que a questão social possui suas particularidades, principalmente no Brasil e está relacionado com a dinâmica do movimento e modificações que ocorrem a partir das lutas sociais, como é, por exemplo, a luta para efetivação da política pública de defesa das crianças e dos adolescentes neste país.

<sup>10</sup> Concebemos de extrema importância relatar os nexos de sentido entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Essa relação nos possibilita entender o porquê da escolha do objeto e sua imersão para produzir um apanhado avaliativo com a qualidade que deve ser empreendida. Isso mostra algo que é discussão fecunda nas Ciências Sociais, como é a discussão da *neutralidade axiológica*. Que, a nosso ver, não há. O que pode e deve ocorrer é que as **paixões mais intensas** não contaminem o olhar do pesquisador, o ouvir, os sentidos extraídos e o escrever. Nesse momento, afirmamos que ter paixão pelo objeto e não uma “paixão intensa e desordenada” é algo importante para que impulse o pesquisador ir além, procurando escavar os pormenores para obter os sentidos e, posteriormente, uma avaliação da política de maneira aguçada. Mas não podemos deixar de mencionar que antes de ser pesquisador-avaliador, a trajetória de vida e as trajetórias de vida dos

de idade, quando morava com sua família, pai, mãe e irmãos foi “retirada” do seu núcleo familiar para poder trabalhar na casa de comerciantes em outra cidade no interior do Estado. A partir desse momento ela começava a perder a proximidade com seus irmãos e demais pessoas do círculo familiar. Perdeu grande parte da infância e não possuiu sua plena adolescência. Pelo contrário, acordava todos os dias antes do sol aparecer e já estava realizando as atividades na casa de outras pessoas que sequer conhecia. E assim transcorreu durante anos, até casar-se e ter os filhos que hoje possui, entre eles, eu.

Nesse momento histórico, início da década de 70, onde ela relata sua infância e adolescência não possuíamos nenhuma política pública de defesa desses sujeitos. Sequer eram reconhecidos como sujeitos que necessitavam de cuidados peculiares, conforme aponta hoje as normativas do Estatuto da Criança do Adolescente (ECA/90)<sup>11</sup>. Em verdade, eram tidos como *adulto-anões*<sup>12</sup> (ARIÉS, 1981) e para não adentrarem o espaço da marginalidade deveriam trabalhar desde cedo. Foi a partir do discurso da marginalidade e violência que minha mãe e tantas outras crianças e adolescentes perderam grande parte da sua infância e juventude. Também é importante destacar que as concepções como infância e juventude, nesse contexto, não existiam, passando a vigorar da maneira como a conhecemos somente a partir do espaço ideológico, social, político e jurídico conferido a partir do final da década de 80.

Éramos ao todo nove irmãos. Eu era a segunda mais velha e minha irmã mais velha já tinha tido criança, muito nova, acho que com quatorze anos ou nem isso. Meu pai saía bem cedinho de casa e minha mãe também para ir para o trabalho. Como a mais velha era eu, tinha uns onze anos, ficava cuidando de todos os outros irmãos. Banhava, limpava a casa, fazia a comida deles e ainda ia deixar a alimentação do meu pai que trabalhava numa construção da Prefeitura de Fortaleza. Colocavam ele para trabalhar em qualquer lugar. Lembro que ele era muito corajoso, trabalhador. Lembro como se hoje fosse. Ele gostava muito de mim. Que Deus o tenha (*menção a morte do seu pai*). Mesmo com onze anos não estudava, nunca tinha ido à escola porque não podia e não tinha condições para isso. Quem cuidaria dos meus irmãos? E quando meu pai e minha mãe conheceram outras pessoas que vinham aos feriados pra capital (*menção a Fortaleza*) para visitar seus parentes, eles conheceram essas<sup>13</sup>

---

meus familiares do pesquisador transcorrem nesse espaço que se busca na avaliação. Antes de ser pesquisador-avaliador nasci sendo militante da causa da infância e juventude porque fomos gestados em situações onde não tínhamos infância.

<sup>11</sup> Ao longo desta dissertação ao referir-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) que foi criado pós-1988 e implantado em 1990 (sua formulação e implantação serão detalhado mais a frente), estaremos nos referindo sobre essa normativa que está dentro da política pública de proteção a criança e ao adolescente com a abreviação de “ECA/90”.

<sup>12</sup> Philippe Ariés (1981), na sua clássica obra denominada de “*História social da criança e da família*” (1981), no subitem denominado de “o sentimento da infância” vai afirmar que antes do surgimento desse sentimento, as crianças como hoje a denominamos, eram tratadas como “adultos-anões”. Logo cedo, depois de começar a caminhar e “suas pernas e braços terem forças suficiente para levantar um objeto” (p.31) já estavam no meio dos adultos realizando tarefas similares aos daqueles. O sentimento de infância só vai aparecer na França, no final da idade média para a idade moderna.

<sup>13</sup> Mesmo o sujeito em pesquisa citando nomes de terceiros os quais conviveu por muitos anos, não mencionaremos nenhum deles, dado que devemos preservar a integridade moral, física e psíquica desses

pessoas. Ficaram próximas e, para o meu bem, meu pai e minha mãe “me doaram” para que eu pudesse ter mais oportunidade. Assim, fui embora de casa [...] Mas não foi isso que ocorreu. Passei a trabalhar na casa dessas pessoas como se fosse, hoje (*tentando comparar sua situação com alguma atividade na atualidade*) empregada doméstica. Só que tinha uma grande diferença: não recebia (*menção a dinheiro por trabalhar*) nada pelo que fazia, mas também não reclamava. Não adiantaria reclamar. Era isso e pronto [...] pensei que fosse estudar e fui. Estudei só até a segunda série. Na verdade, nem cheguei a terminar, como você já sabe. Foi só o suficiente para ler um pouco e escrever algumas palavras, depois tive que sair da escolinha porque, na visão deles (*referência aos donos da casa em que vivia*) eu estava passando muito tempo estudando e deixando de realizar os afazeres da casa. Saí e não disse nada, mas dentro de mim gritava uma dor muito forte. Passei dias “engolindo o choro”. Desse momento lembro que sofri demais. Mas pobre não pode sofrer. Não tem tempo para sofrer como você bem sabe. Depois me acostumei com a ideia de não mais ir pra escola e ficava grande parte do tempo em casa, nos afazeres [...] meu dia começava bem cedo. Ainda era escuro, não tinha amanhecido e eu já estava debaixo dos cajueiros: primeiro, apanhando os cajus, separando a castanha que seria vendida para o Senhor (*citou o nome, mas retiramos*) que passava todos os dias com seu carro. A carroceria parecia que ia quebrar de tantos sacos de castanha. Depois de apanhar os cajus e retirar à castanha, a parte comestível que possui suco do caju levava para dar como alimento aos porcos. Mas antes disso tinha que limpar o chiqueiro. Puxava na corda, no poço profundo, água para poder lavar. E assim fazia: eram vários baldes que carregava, sozinha, para limpá-lo e depois alimentá-lo. Só depois que eles acordavam (*referência aos donos da casa*) é que eu ia à padaria que ficava bem distante, comprar pão para a gente poder tomar café. Só tomava café quando eles acordavam. O café já deveria estar pronto e era isso que fazia depois de limpar o chiqueiro. Depois do café começava os afazeres dentro de casa: varria, ajeitava as camas, fazia o almoço e a janta. Lavava os pratos e tudo que tinha na pia. Não podia deixar nada sujo. Eles não me batiam, como ocorria com uma menina que morava na mesma situação que a minha. Ela tornou-se minha amiga. Era minha melhor amiga. Conversávamos a noite, quando era o momento que tinha um pouco de tempo para descansar. Mas muitas vezes isso não ocorria porque tanto eu quanto ela estávamos cansadas demais para poder se ver e aí dormíamos cedo porque sabíamos o que nos esperava no outro dia: muito trabalho pela frente (Depoimento da Senhora **Solange Maria de Sousa dos Santos, minha Mãe**).

Relatos como este são corriqueiros nesse momento tempo-histórico em que a senhora Solange Maria de Sousa dos Santos viveu sua não-infância e não-adolescência. Sua trajetória de vida está implicada com a situação contextual no qual passava o país naquele momento. Prevalcia o chamado “Código de Menores”<sup>14</sup> que ao invés de amparar os sujeitos sociais em situação de vulnerabilidade social, os puniu por não se adequarem aos interesses do Estado e do grande capital.

Seu depoimento fala sobre gravidez na adolescência da sua irmã que tinha, na época, quatorze anos de idade. Hoje, estar grávida até quatorze anos de idade se configura em crime de estupro de vulnerável na legislação normativa do Estatuto da Criança e do

---

sujeitos.

<sup>14</sup> O “Código de Menores” foi criado através da lei/número 6.697 de 10 de outubro de 1979 e, para Pinheiro (2006:79) ele “toma a criança e o adolescente como objetos, alvos da ação do outro – o adulto, juiz de menores ou agentes institucionais do Estado”. Cita ainda que ele “guarda proximidade com as representações sociais mais recorrentes, até agora por mim (*a autora*) identificadas: todas elas os consideram como objetos; de proteção (esse bem mais recente, a partir de 1988); de controle e disciplinamento; de repressão (p.79)”, o que verdadeiramente vigorava antes da criação e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Adolescente (ECA/90)<sup>14</sup>. Mas, naquela época, essa situação era tida como normal porque aos olhos da sociedade brasileira, antes do período da redemocratização do país, e da ampliação e conquistas dos direitos sociais, as mulheres desde muito nova – ou seja, ainda no início da sua adolescência – deveria se “juntar” ou casar para procriar (PRIORE, 2007).

Além disso, relata que com doze anos de idade, ainda vivendo com seu núcleo familiar, realizava todas as atividades tidas como doméstica ou do “lar”. Cuidava dos demais irmãos mais novos quando seus pais saíam para trabalhar. Atualmente, a partir da normativa do ECA/90, essa situação se configuraria em trabalho infantil, negligência dos pais e violência moral e psicológica. Consequência desse contexto, os pais da mesma seriam punidos a luz da nova legislação, isto é, do ECA/90.

Ainda perseguindo esse raciocínio de que a vida social é movediça e totalmente desprovida de freios, a entrevistada falou sobre sua ida para casa de pessoas que pouco ou quase nada conhecia para estudar, mas tornara-se empregada doméstica. Tudo o que relatou em depoimento, a partir de uma análise da proteção da política pública de defesa dos direitos da criança e do adolescente (ECA/90) são tidas como abusiva, se configurando em trabalho infantil ou trabalho escravo, violência moral, psicológica e negligência familiar. No entanto, essas práticas ocorreram em outro contexto no qual carecia, na sociedade, a existência de políticas públicas que observasse o sujeito com direitos e protegidos pelas instâncias do Estado.

Além disso, como parte importante sobre a relação entre trajetórias de vida e atuação profissional, em prolongamento a história de vida da minha mãe que atravessa fortemente a minha em conjugação com aquela e nela se forja, relato uma situação particular que delineou os passos da minha vida acadêmica e profissional. Quando tinha treze anos, começando o ensino médio na cidade onde moro, ou seja, no Município de Horizonte/CE, no distrito denominado de Dourado<sup>15</sup>, vivenciei uma situação que passou a delinear os rumos da minha vida. E que de certa forma, foi criador de *disposições*<sup>16</sup> que tangenciaram para que me aproximasse dos estudos relacionados à família, infância, juventude e intuições de proteção social, como é o caso do Conselho Tutelar (CT).

Estudava no período vespertino e precisava conversar com o diretor da instituição escolar. Dessa forma, estive na sala do mesmo para poder obter informações relacionadas ao

---

<sup>15</sup> O município de Horizonte/Ceará é constituído administrativamente por três distritos e a sede. O nome dos três distritos é: Queimadas, Dourado e Aningas. Em relação ao Distrito de Dourado onde nasci e permaneço morando, o nome foi dado por causa do nome da tribo indígena que morava nessa região, ou seja, tribo indígena Dourado.

<sup>16</sup> O conceito de “*disposição*”, crucial para o desenvolvimento da proposta avaliativa de políticas públicas que estamos propondo, será desenvolvido, de maneira minuciosa, mais a frente.

cotidiano das aulas. E, durante essa conversa, o diretor da instituição passou a acariciar minha barriga descendo sua mão para meu órgão genital. No momento fiquei paralisado, mas sabia que aquela atitude estava errada, fazendo com que levantasse e saísse da sala. Nesse momento tive medo e, por muito tempo mantive essa situação apenas na minha mente. Não tinha coragem de conversar com alguém ou falar para os meus pais a respeito da situação vivida. Também não possuía conhecimento da existência do Conselho Tutelar (CT)<sup>17</sup> e das normas de proteção social a criança e adolescentes abusadas. Só depois de alguns anos contei para minha mãe o ocorrido, mas nunca falei para os demais membros familiares. Tinha medo, vergonha, nojo e sofri, psicologicamente. E muito do que sou hoje, *com relação às disposições que possuo*, em termos de estudo-pesquisa e militância na defesa de políticas públicas dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes advêm do conteúdo que meu retrato experiencial possui, quer seja o que minha mãe vivenciou conjugado com o que vivenciei.

Na fala do conselheiro tutelar, José Muniz<sup>18</sup>, agente social que disponibilizou-se para que pudessemos criar seu retrato experiencial para esta pesquisa, que compôs o colegiado tutelar no mesmo período em que estive a exercer a função, entre os anos de 2010 a janeiro de 2016, afirma:

[...] sempre quando chegava caso sobre abuso sexual, estupro ou aliciamento de menores, você (*menção a mim, conselheiro tutelar na época*), não media esforços e rapidamente escrevia relatório situacional e encaminhava para o Ministério Público (MP). Sequer ouvia a criança ou o adolescente. Era algo que deixava você furioso, com raiva, muita raiva. Você não admitia que pessoas que fazem tal ação estivessem livres em sociedade [...] e, depois de enviar o relatório para o MP, rapidamente chegava na delegacia a intimação para prender o (*pretense*) abusador, estuprador [...] você não tinha meias palavras e nem negócio de dialogar sobre a situação. E também não tinha medo. A criança e o adolescente sempre tinham a verdade nesses casos, por mais que em alguns, você sabe disso (*menção a minha pessoa*), era criação de alguns adolescentes (Depoimento do conselheiro tutelar **José Muniz**).

O depoimento acima do agente social tutelar demonstra como minhas disposições, que foram criadas a partir dos acontecimentos que engendraram minha adolescência, moldaram a atuação como agente social tutelar. De maneira inconsciente, hoje percebo isso, através do distanciamento do locus de atuação, práticas tutelares eram acionadas como recurso para suprimir ou até minimizar as disposições que carrego comigo. Sobre esse processo de distanciamento e envolvimento na atuação enquanto agente social e, na interação

<sup>17</sup> No período em que ocorreu esse fato já existia a política pública de defesa dos direitos infanto-juvenis, início dos anos 2000, mas não tínhamos informações a respeito da sua existência. Assim como, ainda hoje, a partir de pesquisas realizadas por mim, muitas pessoas não possuem conhecimento das atribuições dessa política pública. E, quando possam a tê-la, muito se resume apenas a partir da visão punitiva, mas não protetiva.

<sup>18</sup> O conselheiro tutelar em destaque consentiu a utilização pública do seu nome no escrito dissertativo. O referido fez parte do mesmo colegiado que o autor, quando este esteve na condição de conselheiro tutelar. Contudo, para a preservação da descrição do seu retrato experiencial optamos por utilizar um nome fictício.

enquanto pesquisador, Álvaro Pires salienta:

Segundo esse modo de ver, os interesses sociais influem na objetividade dos sujeitos. Quanto mais temos interesses a defender, mais reduzida é a nossa capacidade de ver as coisas tais quais são, e maior é a nossa propensão a nos distanciarmos da verdade. Defende-se, assim, a necessidade de adotar voluntariamente um olhar partidário, definido em função do ponto de vista daquele ou daquela que se encontra na situação mais desvantajosa. Este viés é, portanto, um viés-anti-viés, uma vacina destinada a imunizar o conhecimento contra o germe correspondente. Este “viés de perspectiva dominada”, aplicado cuidadosamente, teria, então, um efeito corretivo passível de contrabalançar outros vieses de perspectiva (2008: 74).

Muito do que fui como agente social tutelar, a partir do que vivi na infância, conjugado com o conhecimento acadêmico, impeliram minha postura e criaram meu retrato experiencial diante das refrações da questão social que envolvia crianças e adolescentes que recorriam a este espaço de proteção. Desse modo, as disposições que foram gestadas na infância, adolescência enquanto jovem e adulto, a partir do conteúdo de experiências vividas em contextos diversos, impeliram minha atuação quando estive na condição de conselheiro tutelar desenvolvendo a política de defesa da criança e do adolescente.

[...] mas você também contribuiu muito para que o CT (menção ao Conselho Tutelar) colocasse em prática as diretrizes do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Você tinha muito conhecimento. Era o único que tinha nível superior e muito do que foi feito foi por sua causa. Nós não sabíamos fazer relatório de caso. Todos (referência aos relatórios de caso) eram você quem fazia e fazia muito bem. Em outros casos, não o que eu citei acima (se referindo a situações de estupro, abuso sexual, aliciamento de menores), pedia para escutarmos os envolvidos na situação e escrever o que as partes falavam para poder enviar para o Ministério Público (MP) se fosse necessário. Aprendi muito com você. Todos nós aprendemos (Depoimento do conselheiro tutelar José Muniz).

No período em que estive na função de agente social tutelar<sup>19</sup>, estava terminando a graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), ao mesmo tempo em que cursava a graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). O conhecimento adquirido na Universidade sobre o universo das políticas públicas que envolvem a infância, juventude e família, contribuiu para um olhar sensível a respeito das questões que atravessavam o espaço de proteção. Dessa forma, o *campo cultural* acadêmico, possibilitou criar disposições que pudesse ampliar o olhar com relação aos problemas que envolvem a infância e juventude.

<sup>19</sup> A partir do exemplo acima, podemos afirmar a importância que o repertório de vida dos sujeitos tutelares possui para as suas ações no cotidiano de atuação. Esse repertório como será visto a frente, são *denominados de disposições*, conceito criado por Lahire (2004). Essas referências estão contidas nas trajetórias de vida dos sujeitos que adentraram e adentram o espaço tutelar. Sendo, portanto, um forte material empírico para entendermos as ações dos conselheiros e avaliar como a política pública de defesa da criança e do adolescente está sendo delineada.

Para Spivak (2010), “essa forma textual que se configura como um importante veículo de teoria crítica” (p.7) ao abordar o sujeito biografado na escrita e o texto por ele escrito, deve percorrer alguns percursos. Entre estes imperativos discursivos são denominados por ele como sendo um “árido trabalho crítico” de forte interacionismo simbólico, onde o autor não pode deixar contaminar pelas emoções. Gama (2020), no seu texto sobre autoetnografia<sup>20</sup>, relata sua experiência como pesquisadora e sujeito pesquisado, ao analisar sua condição de saúde crônica a partir desse viés metodológico que começa a ganhar espaço no meio acadêmico. Esse modo de fazer pesquisa leva em consideração à experiência do pesquisador para analisar aspectos da vida social, cultural, econômico e ideopolítico.

Dito isso, avaliar a política pública de proteção à criança e ao adolescente a partir das disposições que estão contidas nos retratos experienciais dos sujeitos agentes sociais tutelares que hoje compõem o CT do município de Horizonte/CE é poder dar outro norte à avaliação, trazendo subsídios que são inéditos na metodologia de avaliação de políticas públicas.

## **2.1 O Objeto de Estudo: avaliar a política pública de defesa infanto-juvenil a partir do retrato experiencial do agente social tutelar**

A pesquisa tem por objetivo avaliar a política pública de defesa da criança e do adolescente, que tem no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) seu marco normativo a partir da proposta metodológica de avaliação do *retrato experiencial*. Como foi dito, faremos essa avaliação *a partir das disposições – que são repertórios de vida – do agente social tutelar que compõe o atual colegiado*, procurando abordar os processos, o meio social, econômica, cultural, política, religioso e ideológico na qual o agente social experienciou ao longo da sua infância, em convívio com seus pais, amigos, colegas, bem como o espaço do trabalho, educação, lazer, cultura, religião, política partidária. Dito isso, para a criação do seu retrato, faremos uso dos elementos inerentes relacionados à vida do sujeito. Entendemos que nosso objeto de estudo está galgado em valores, eminentemente entrelaçado por estruturas

---

<sup>20</sup> Para Gama (2020) a autoetnografia “nega a separação entre racionalidades e emoções, dados e análises, Eu e o Outro” (p.189) e está referenciado na experiência vivida pelo pesquisador. Contudo, isso não significa que demais elementos a partir da experiência de vida de outros sujeitos não possam encontrar espaço como importante achado para a argumentação necessária validando o conteúdo trabalhado. Evoquei, portanto, a autoetnografia, como possibilidade para encontrar um lugar de fala para expor minha experiência e trajetória de vida como elemento importante neste empreendimento avaliativo. Justificando a importância que é o repertório de vida dos agentes sociais tutelares para seu fazer profissional e, conseqüentemente, para avaliar a política pública de defesa da criança e do adolescente no Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte – Ceará. Contudo, a etnografia não é o método utilizado na dissertação.



simbólicas, onde teremos criações interpretativas entre o pesquisador e o pesquisado (LAHIRE, 2004; LEJANO, 2012).

O objeto de estudo, como mencionado acima, parte do pressuposto de que a trajetória de vida desses sujeitos implica no modo como desenvolvem a política pública. Dessa maneira, traremos um olhar pluralista, multidisciplinar, a partir da **criação do retrato experiencial**, que deriva das experiências, experimentações e vivências do agente social tutelar que atualmente compõem o colegiado do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, no Estado do Ceará.

Dessa forma, o desenvolvimento da dissertação está constituído a partir da seguinte composição, são eles: a) na **unidade I**, apresentamos o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa, bem como a fundamentação de como ocorreu à escolha da metodologia de avaliação da política pública. Desse modo, nessa parte, expomos como o objeto adentra a vida do pesquisador e, com isso, com esse material empírico a partir da experiência vivida na condição de agente social tutelar, observa que lapsos são executados nas avaliações que corriqueiramente realizam na análise da política de defesa da criança e do adolescente. Desse modo, propõe subsídios para avaliação de política pública a partir do que denominam de retrato experiencial; b) na **unidade II**, são desenvolvidos os elementos que irão compor a proposta avaliativa a partir da metodologia do retrato sociológico de Bernard Lahire (2004) e da avaliação experiencial de Raul Lejano (2012). A partir da conjugação do material desses dois caminhos que se conectam, radicalmente relacionais e dirigidos a partir das demandas de atores e contextos, desenvolvemos<sup>21</sup> o subsídio avaliativo; c) na **unidade III**, discorreremos sobre a proposta metodológica afirmando sua multidisciplinaridade. Descreve-se quem é o agente social da proposta metodológica, como surgiu e o espaço que desenvolve a política pública. Além disso, traz para a discussão o conteúdo que o agente social da proposta avaliativa desenvolve, ou seja, a “questão social”; e, d) na **unidade IV**, é realizado a avaliação da política pública de defesa da criança e do adolescente do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte/Ceará a partir de um retrato experiencial de um (1) agente social tutelar que desenvolve a política.

---

<sup>21</sup> A proposta metodológica avaliativa do retrato experiencial vem da conjugação do diálogo que ocorreu e vem ocorrendo, pois não concebemos como uma proposta “fechada”, entre o autor e seu orientador, o professor Doutor Alcides Fernando Gussi do Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

## 2.2 A Política Pública de Defesa Infanto-Juvenil

A política pública de defesa dos direitos das crianças e adolescentes nasceu<sup>22</sup> em 1990 depois de muitas manifestações sociais (PINHEIRO, 2006). Estudá-la é adentrar num universo de dissensos e consensos em que essa política esteve ao longo da sua formulação e implantação, respectivamente nos anos pós-regime ditatorial, isto é, em 1988 e 1990.

A sociedade brasileira vivenciou um momento de grande efervescência social pós-regime ditatorial<sup>23</sup>. Cada representação de classe buscou seu espaço dentro do aparelho do Estado que agora se denomina como democrático. Essa vinculação no Estado dava-se a partir de formulação de políticas públicas que contemplasse os interesses de determinado grupo. E é neste cenário que os representantes das crianças e adolescentes emergem com força para poder garantir direitos até então negados historicamente.

Esse emergente corte histórico da sociedade brasileira é importante para o país tendo em vista que é neste momento em que a concepção de sociedade civil e demais concepções (DAGNINO, 1994; 2002) como *direitos sociais* e *sujeitos com direitos* e até mesma a concepção de *democracia* passam a ganhar contornos conforme os desejos daqueles que estavam à frente da formulação teórica do desenho institucional do Estado Democrático de Direito. Além disso, também estavam nas mãos da sociedade civil a criação ou refundação dos espaços institucionais que deveriam fazer parte do corpo democrático para que o Estado concretamente existisse.

Dito isso, as bases de cunho antidemocrático, como a concepção autoritária, excludente, de eliminação das manifestações coletivas, que adentravam a esfera objetiva e subjetiva da vida dos indivíduos, próprio de um regime ditatorial foi aos poucos sendo eliminados a partir do momento que a sociedade civil passava a ocupar os espaços públicos que foram sendo criados por ela conforme a necessidade (NETTO, 2010).

O palco da democracia só poderia surgir a partir do momento que toda e qualquer manifestação de cunho antidemocrático fosse extinto. E para sua extinção era necessário a volta das garantias institucionais e que as instituições de cunho democrático que existiam no

---

<sup>22</sup> “Nascimento”, mas numa concepção de processo, pois a vida social é mutável.

<sup>23</sup> Entre 1964 a 1986 tivemos no Brasil o período ditatorial onde o Estado, nas mãos dos civis que pertenciam a essa ideologia, administravam, centralizavam e tomavam decisões que eram plausíveis aos seus interesses e interesses das classes que apoiaram o golpe militar. Entre os beneficiados estavam à classe dos militares e da elite brasileira que eram detentores dos meios de produção. Como afirma Avritzer (1994), imperava um Estado que congregava todas as decisões e a sociedade civil apenas participava como objeto dos interesses daqueles que estavam em seu comando.

passado e as que foram sendo gestadas conforme os interesses em questão fossem ocupadas pelos múltiplos interesses das mais diversas camadas da sociedade civil.

Em cena, afirma Gohn (2003), tem-se a mobilização da sociedade civil a partir da formação de vários movimentos sociais que capitaneados por seus interesses irão escrever uma carta constitucional altamente heterogênea e a mais avançada em termos de cunho democrático – direitos e deveres – até então não existente na história do país. A principal e basilar mudança da **Carta Magna** e para a sua existência foi à mudança do paradigma do *Estado autoritário* para o *Estado democrático*. E, nesse sentido, observa-se a criação de uma identidade<sup>24</sup> entre os vários atores das mais diversas frentes em concepções e interesses com um só objetivo, a refundação do Estado Democrático de Direito.

O regime autoritário foi derrubado<sup>25</sup> e no seu lugar criou-se um regime de Direitos. Por mais que neste momento da história brasileira estejamos vivenciando retrocessos<sup>26</sup> nos mais diversos campos da vida social, é afirmativo que a Constituição da República Brasileira, criada em 1988, trouxe garantias e ganhos em termos de direitos e visibilidade aos que, historicamente, foram esquecidas e “mantiveram-se” invisíveis aos olhos do poder público, principalmente as classes sociais menos favorecidas.

Nogueira (2005) afirma que a partir do processo de **redemocratização** do Brasil, a sociedade civil, a partir das várias representações de classes<sup>27</sup>, trabalharam arduamente para criar instituições que dessem concretude a existência do Estado Democrático de Direito. Com esteio em Gohn (2003) as pessoas passaram a ocupar a esfera pública as quais foram afastadas

<sup>24</sup> *Identidade* no sentido da unidade, dos olhares que se olham para um só objetivo apesar dos interesses divergentes. Mesmo diante dos múltiplos interesses advindos das mais diversas camadas da sociedade civil, esta passa a concordar que o melhor momento para a existência de um desenho/projeto institucional do Estado que possa manter os vários conflitos existentes em diálogo é o Estado Democrático de Direito. Pós sua fundação é que esses olhares passaram a buscar seu espaço dentro das teias e engrenagens do aparelho estatal.

<sup>25</sup> A substituição do Estado autoritário para o Estado democrático, por mais que as forças políticas e econômicas ainda estivessem dentro dessa nova cena da vida política brasileira, não se nega a existência do Estado democrático tendo em vista que vários elementos que o compõem passaram a existir, enquanto outros foram extintos. Por exemplo, passaram a existir eleições diretas para representantes nos Municípios, Estados e para a Presidência da República, bem como para o poder legislativo Estadual e Federal. Liberdade de imprensa que antes era controlado pelo Estado autoritário; a existência de várias manifestações de cunho coletivo como sindicatos, ONGs, Conselhos de Direitos e Defesa, entre outros.

<sup>26</sup> Os ganhos constitucionais materializados em direitos e deveres na convivência cotidiana a partir da criação da Constituição de 1988 vêm sofrendo, atualmente e diariamente, uma derrocada e extinção pelo atual governo da República Federativa do Brasil representado pelo então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, mais conhecido como Bolsonaro. Ganhos constitucionais obtidos a partir da Carta Magna de 1988 estão sendo retirados pelo atual grupo político e a classe social historicamente favorecida.

<sup>27</sup> Quando falamos em organização da sociedade civil, estamos afirmando que as pessoas, engajadas a partir dos seus interesses – interesses de classe – colocaram em consonância suas pautas, manifestações e singularidades específicas (por exemplo, trabalhadores da construção civil/operariado, os trabalhadores da educação, os diversos arranjos de funções liberais) passaram a se reunir e criar estratégias de mobilização no sentido de ocupar um espaço no Estado a partir da criação de organismos estatais e legislações específicas que pudessem lhes render capital social e visibilidade necessária.

por causa da Ditadura Civil e Militar que perdurou por décadas. Para Arendt (2007),

[...] a esfera pública, enquanto mundo comum reúne-se na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las. A estranheza de tal situação lembra a de uma sessão espírita na qual determinado número de pessoas, reunidas em torno de uma mesa, vissem subitamente, por algum truque mágico, desaparecer a mesa entre elas, de sorte que duas pessoas sentadas em frente uma da outra já não estariam separadas, mas tampouco teriam qualquer relação tangível entre si (p. 62).

É inegável a contribuição de Arendt (2007)<sup>28</sup> para entendermos a importância do espaço público para a efetivação dos direitos, da existência da cidadania e, conseqüentemente da democracia. Para que concretamente o Estado Democrático de Direito exista é necessário, entre outros elementos, que as pessoas possam se encontrar, se vê, dialogar, refutar, convergir ou divergir de ideias e objetivos, algo que não poderia ser realizado no Estado autoritário.

Dessa forma, como afirmam os teóricos (DAGNINO, 2002; TATAGIBA, 2002) e já afirmado acima, é necessário à criação de *mediadores sociais* (DONZOLET, 2000), ou mecanismos de atuação social e política para que a sociedade civil possa contribuir com suas ideias para a existência, por exemplo, de políticas públicas que estejam conectadas com os interesses da maioria da população ou parcelas específicas da população.

Nesse sentido, em 1990, depois de grande mobilização social de diversos setores da sociedade civil organizada, colegiados, ONGs, partidos políticos, entre vários outros, foi implantado a principal política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido abreviadamente como ECA/90.

Contudo, é necessário pontuar que a existência do ECA/90 só foi possível porque ocorreu uma mudança de representação social, paradigma, conceitos e concepções de como se tratava a criança e o adolescente. O primeiro passo foi à afirmação de que esses sujeitos não carregariam mais o peso do sujeito *menor*<sup>29</sup>, que, entre outras coisas, possui o peso dos

<sup>28</sup> Na obra *A condição humana* (2007), Hanna Arendt propõe o que ela denomina de **ação cidadã**, que, entre outras coisas, tem relação direta com a participação dos sujeitos na esfera pública. Sem a existência da possibilidade de participação não existe espaço público e se não existe este não existe democracia a qual ela vai denominar de Republicanismo.

<sup>29</sup> O *menor* como assinala Priore (2007) é constituído por uma visão cunhada de preconceitos, estereótipos de exclusão, estigmas entre outras concepções de cunho pejorativo ao longo da história social e política brasileira. Dessa forma, no curso desse apanhado avaliativo, iremos utilizar esse termo com aspas para demonstrar (ex.: “menor”) e afirmar que não mais podemos compactuar com essa visão deturpada que se tinha e, que, infelizmente ainda hoje se tem da criança e do adolescente. Dito isso, o esforço que estamos fazendo na escrita é de buscar ocupar esses espaços, quer seja nas instituições que provocam a disseminação do conhecimento, quer seja em qualquer outro espaço. A impropriedade ao referir-se aos *sujeitos com direitos*, ainda hoje como, “menor”, é algo que deve ser refutada e diante disso, a sempre oportuna problematização no campo das políticas públicas.

estigmas e uma série de dispositivos excludentes. Era dessa maneira que a criança e o adolescente eram, até então, vistos pela sociedade e historicamente consubstanciados pelo Estado a partir desse viés preconceituoso, violento e invisível para as políticas públicas do Estado. Formulação de Gohn (1997) para a compreensão mais ampliada dessa categoria como realidade da sociedade brasileira:

[...] parcela bem definida da infância brasileira: é a parcela pobre, advinda das camadas populares, vítimas de sua situação socioeconômica, submetida aos mais diversos tipos de violência, abrangendo do universo doméstico à rua; das instituições que, em princípio, deveriam cuidar de seu bem-estar à escola; do subemprego, quando existe, à exploração completa de seu trabalho, sem nenhuma remuneração (p.112).

Para Pinheiro (2006),

As representações sociais também passam a mediar práticas e processos sociais, por intermédio de atores sociais. No caso da categoria “menor”, aqui tomada como síntese, os atores sociais são as crianças e os adolescentes, sobre quem são formuladas as representações, e os agentes das instituições, nas quais as representações são sociais são constitutivas das práticas desenvolvidas em relação às crianças e aos adolescentes (p.72).

Do paradigma do *menor* (PINHEIRO, 2000), passou a ter outra concepção ao ser denominado de *sujeito de direitos*. Essa, afirma a pesquisadora, foi uma das grandes senão a maior vitória que as crianças e adolescentes tiveram ao longo da história brasileira. Em tempo, ao mudar esse paradigma, conseqüentemente vários olhares devem/deveriam ser mudados. E foi a partir daí que várias frentes de trabalho começaram a arquitetar como se daria na prática, isto é, no cotidiano, essa mudança de paradigma além da formulação teórica.

Mas antes de apontar as mudanças que deveriam ser feitas para concretizar o que o plano das ideias ecoava, faz necessário destacar as disputas de concepções que ocorreram na Assembleia Nacional Constituinte (87-88), compostas por “notáveis homens do saber”, para a construção da Constituição Brasileira e o trato que foi dado a criança e ao adolescente neste texto.

Afirma Pinheiro (2000) que a *Constituição Cidadã*, promulgada em 05 de outubro de 1988 pelo deputado Ulysses Guimarães, em seu artigo 1º consagra os fundamentos da República Federativa do Brasil, caracterizando-o como um Estado Democrático de Direito<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela União, indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político (CF 88).

O texto da Constituição Federal de 1988 (CF-88) traz a mudança da representação social da criança e do adolescente como *menor* e o constitui de todas as garantias constitucionais como qualquer outro cidadão ao denominá-lo *sujeito com direitos*. Desta maneira, o texto da CF-88 rompe com a tradição legalista de *não-lugar*<sup>31</sup> para as crianças e adolescentes tidos nos textos constitucionais anteriores, como a de 1967 e 1946.

Evidencia-se a positividade para esse segmento social que agora passa a ter voz nos mais diversos textos normativos e legalista do país ao trazer a criança e o adolescente para a cena da vida social brasileira. Contudo, vamos ter um Estado que nasce democrático, mas vincula-se fortemente com os organismos internacionais e com os interesses do mercado<sup>32</sup>, principalmente porque vivíamos um momento de forte inserção do neoliberalismo como forma e modelo de gerenciamento das práticas do Estado. Reafirma-se a grande importância que foi conseguir essa nova representação social da criança e do adolescente como sujeito de direitos. Por outro lado, temos um Estado que está voltado inteiramente aos interesses do grande capital especulativo e do mercado (NETTO, 2010).

Dessa forma, o Estado Democrático brasileiro nasce atrelado às configurações dos modelos neoliberais que naquele momento estava espraçando-se fortemente nos países ditos de terceiro mundo<sup>33</sup>, como é o caso do Brasil. Assim, conseqüentemente, vamos ter um Estado, através da ação governamental, assumindo a face borrada do neoliberalismo a partir das suas ações, isto é, políticas públicas focalistas e seletivas (CARVALHO, 2001).

[...] os anos 90 mostram a radical incompatibilidade entre o modelo de ajuste neoliberal e o processo de reestruturação das políticas sociais, verificando-se o

<sup>31</sup> Fazemos referência a concepção de *não-lugar* de Marc Augé (1992: ver referência), onde afirma a existência de espaços que são verdadeiros não-lugares, que se configuram em lugares transitórios, flúidos, não permanentes. Esse estado de ser no mundo pode ser analisado a luz do *não-espaço* conferido a criança e ao adolescente no que tange aos direitos constitucionais. Anterior a constituição e ao ECA/90, os sujeitos transitavam nos seus espaços que eram verdadeiros não-espaços sociais porque existiam como indivíduos invisíveis. Sabiam que eles estavam ali, naquele lugar, mas não existiam para a sociedade de direitos. E o que se procurou com a nova concepção social foi dar a estes sujeitos um espaço social na vida cotidiana, tornando-os, assim, visíveis socialmente, ideologicamente, politicamente, culturalmente, economicamente e nas demais camadas da vida.

<sup>32</sup> O Estado Democrático de Direito – República Federativa do Brasil - que nasce a partir do fim da Ditadura Civil e Militar (1986) não rompe com os interesses do Mercado, do Capital estrangeiro e com a grande elite econômica do país. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que nasce o Estado democrático que se notabiliza pela existência de uma Constituição Cidadã, onde vários direitos foram conquistados, paralelo a isso, vamos ter no mundo, principalmente nos países ditos de primeiro mundo, o surgimento do neoliberalismo que ganhará fortes contornos e dividendos na agenda do país. Dessa forma, vamos vivenciar, mesmo com esses ganhos constitucionais, uma forte e extrema dificuldade de colocar em práticas as políticas públicas voltadas para minimizar as chagas sociais da população mais carente (NETTO, 2010).

<sup>33</sup> A vida social, bem como o as coisas e mundo, recebem categorizações para facilitar os estudos em diferentes abordagens. Dessa forma, terceiro mundo é uma denominação criada a partir de uma concepção regional a partir do nível de desenvolvimento em várias esferas da vida social. Logo, em conseqüência, existem os países de primeiro mundo que possuem um grau de desenvolvimento bem acima daqueles que denominaram de terceiro mundo.

confronto de duas agendas: a agenda das reformas do ajuste estrutural brasileiro que desmonta as políticas sociais como garantia de direitos sociais; a agenda de reforma social da democratização que garante, no plano jurídico-institucional, a ampliação dos direitos sociais e uma efetiva participação da sociedade civil na deliberação das políticas sociais (CARVALHO, 2001, p.9).

É nesse cenário que é construído e instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90). Antes de 1990, Gohn (1997) afirma que vários movimentos ocorreram a fim de que esse segmento social ganhasse nova concepção ideológica, política e jurídica. Para isso, era necessário criar uma nova representação social que desse a esses sujeitos uma posição que lhes tirasse o viés de subjugação que estiveram ao longo da história social da infância no Brasil. Ao criar o ECA/90, conseqüentemente, era necessário criar dispositivos ou instituições que fiscalizassem as premissas normativas da política pública e as defendesse para que esses novos sujeitos do cenário social pudessem ter assegurado os direitos conquistados. Assim, criaram-se os Conselhos Tutelares (CTs) e a figura do **conselheiro tutelar**, que possui a missão de colocar em prática os preceitos normativos (ECA/90) da política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. É sobre esses agentes sociais, e seus repertórios disposicionais que a pesquisa avaliativa se desenvolve.

### 2.3 O Contexto da Pesquisa

A cidade de Horizonte, no Estado do Ceará, dista cerca de 47 km da Capital do Ceará, Fortaleza. Compõem o cinturão geográfico denominado de região metropolitana de Fortaleza (RMF) em conjunto com 19 municípios atualmente. A criação da região metropolitana ocorreu no ano de 1973, compondo a capital, Fortaleza, mais os municípios de Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Foi criada a partir de um movimento nacional que institui as nove primeiras<sup>34</sup> regiões metropolitanas do Brasil. Só em 1999, a cidade de Horizonte, mais três outras cidades, isto é, Pacajus, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante foram incluídas na RMF. Para saber a distância entre as cidades e a capital e a disposição dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), geograficamente, veja a imagem a seguir.

---

<sup>34</sup> **Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

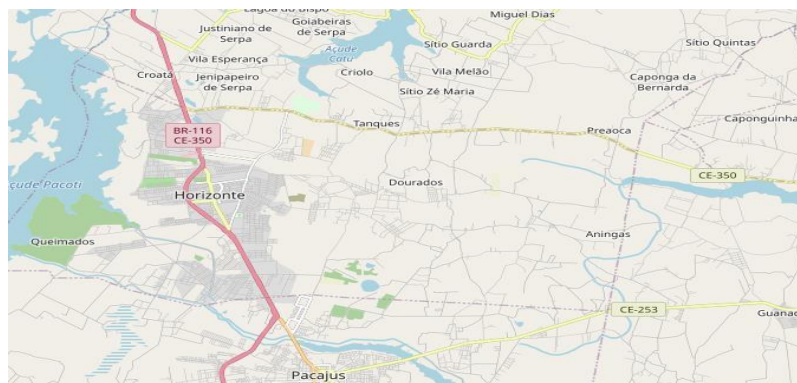
**Figure 1 - Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A cidade de Horizonte, no Estado do Ceará, é dividida em quatro regiões administrativas: sede do município, distrito de Dourado, Queimadas e Aningas, conforme podem ser observados no mapa.

**Figure 2 - Mapa do município de Horizonte e sua divisão política**



Fonte: <https://www.cidade-brasil.com.br/mapa-horizonte.html>

Atualmente o município de Horizonte, no Estado do Ceará, possui cerca de 68.529<sup>35</sup> pessoas, dados estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2019. Sua área territorial<sup>36</sup> é de 160,557 km<sup>2</sup>, tendo, conseqüentemente, uma densidade populacional<sup>37</sup> de cerca de 344,96 hab/km<sup>2</sup> (estimativo para o ano de 2010). O nível de escolarização da população, que compreende o quantitativo de anos estudados por cada pessoa fica compreendido entre 6 a 14 anos, sendo cerca de 97,1% da população da cidade.

<sup>35</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2019.

<sup>36</sup> Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

<sup>37</sup> IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>38</sup> do município de Horizonte/CE, que compreendem três elementos básicos da vida do sujeito, como renda, educação e saúde encontram-se entorno de 0,658. É preciso informar que o índice é um indicativo da qualidade de vida dos sujeitos/moradores da cidade. A compreensão desse índice vai além do econômico, mas também, e, sobretudo, diz respeito à dimensão qualitativa das oportunidades e capacidade da população no que diz respeito à realização das suas aspirações e necessidades mais imediatas. O IDH complementa outro índice, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB). Este, por sua vez, está relacionado diretamente ao aspecto econômico e diz respeito à riqueza que o município produz dividido pela quantidade de pessoas que moram na cidade. Horizonte possui um PIB<sup>39</sup> (Produto Interno Bruto) de 24.220,46 reais por pessoa (estimativa para o ano de 2017). Considerado um índice *per capita* relativamente alto, se comparado com os demais municípios do Estado do Ceará, é necessário dizer que ele não reflete a realidade da vida de todos os sujeitos do município.

No que diz respeito ao aspecto político partidário, o município de Horizonte, que foi emancipado política e administrativamente em 1987, é administrado por um mesmo grupo político há quase 30 anos, sendo substituído apenas uma única vez pela oposição. Atualmente o prefeito é uma das figuras políticas mais tradicionais do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) sendo um dos fundadores do partido no Estado do Ceará. O mesmo foi prefeito na primeira eleição ao executivo no município no contexto pós-emancipação política administrativa<sup>40</sup>.

Percebam que a existência do município de Horizonte, assim como aconteceu com inúmeros outros no Estado do Ceará, ocorreu pós-regime ditatorial. Nesse período, estávamos vivendo um momento de grande mobilização democrática, pautando assuntos de interesse da coletividade, onde a sociedade civil passou a ter voz nos espaços de participação social que começavam a surgir ou estavam sendo reconstruídos.

Também foi nesse período que a política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes começava a ganhar espaço na opinião pública. Vários estudiosos do assunto entraram (PINHEIRO, 2006) no debate para modificar a concepção que se tinha, à época, do que era ser criança e adolescente, e mais amplamente, como o Estado deveria gerir as demandas da infância e da juventude do país.

---

<sup>38</sup> IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

<sup>39</sup> PIB per capita: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

<sup>40</sup> Dados obtidos no site oficial da Prefeitura Municipal de Horizonte (PMH): <https://www.horizonte.ce.gov.br/>.

A implantação da política pública de defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (ECA/90) em Horizonte, a partir dos registros escritos na Ata<sup>41</sup> documental do Conselho Tutelar (CT), informa que se deu pouco após os anos 90, mais precisamente em 1994. A escolha dos membros do primeiro colegiado ocorreu através de indicação do prefeito municipal à época, ou seja, foi uma escolha estritamente política e de cunho amigável. O prédio usado para a realização das diligências tutelares estava localizada no centro da cidade e era uma casa alugada com recursos da Prefeitura Municipal de Horizonte (PMH).

**Figure 3 - Primeira instalação predial do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte – Ceará**



Fonte: Google Maps.

É preciso entender que, neste momento, estamos descrevendo os elementos que compõem a política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, como é o caso do **elemento normativo**, isto é, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o **espaço tutelar**, onde parte das diligências tutelares são realizadas que é o Conselho Tutelar (CT), o COMDICA<sup>42</sup> (Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes) que possui atribuições de deliberações e acompanhamento das ações do CT e das políticas públicas no

<sup>41</sup> Os conselheiros tutelares do município de Horizonte/CE realizam reuniões sistematicamente para debater assuntos relacionados ao trabalho diário. São apontados, por exemplo, dificuldades de resolução, atividades realizadas, soluções para possíveis problemas, entre vários outros assuntos que diz respeito ao cotidiano de atuação dos agentes sociais tutelares durante o mês. Essa reunião ocorre mensalmente, com a presença de todos os integrantes do colegiado e tudo o que dito é registro nesse livro. Foi a partir daí que obtive informações das ações dos primeiros conselheiros tutelares do município de Horizonte/Ceará.

<sup>42</sup> Interessante mencionar que o COMDICA (Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes), foi criado posteriormente ao espaço institucional do Conselho Tutelar (CT), no ano de 1995. Ele que possui a função de fiscalizar todas as ações que ocorrem no município, de todos os órgãos públicos e privados, relacionados aos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes.

âmbito municipal. Além desses elementos foram surgindo ao longo do tempo outras instâncias de defesa e reconfiguração das leis violadas, por exemplo, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e muitos outros que compõem a rede de proteção da criança e do adolescente.

Dito isso, depois de alguns anos, em 16 de setembro de 2011<sup>43</sup> o Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte passou a ter um prédio próprio, denominado de “Casa dos Conselhos”. Neste espaço, comportam o CT, CREAS, COMDICA e demais conselhos setoriais<sup>44</sup>. Este prédio recebeu a denominação de “*Casa dos Conselhos Odeana Carolino de Oliveira*”, em referência a avó da chefe de gabinete do prefeito à época que foi inaugurado.

## 2.4 A Proposta Avaliativa

A pesquisa se debruçou na constituição de um *retrato experiencial* de um (1) agente social tutelar do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, Estado do Ceará. Foi por meio do conteúdo disposicional (LAHIRE, 2004) acumulado ao longo da sua vida, ou seja, na infância, na vivência do círculo familiar, adolescência, enquanto jovem e adulto, em diferentes contextos (LEJANO, 2012), como na instituição de ensino, no trabalho, lazer, religião, círculo político partidário, que conseguimos extrair as disposições que afloram na sua prática tutelar.

A proposta é de cunho inédito no campo da avaliação de políticas públicas porque estamos trazendo o diálogo entre dois teóricos que possuem metodologias que conversam entre si: a metodologia do *retrato sociológico* de Berard Lahire (2004) em fecundo nexo de sentido com a metodologia da *avaliação experiencial* de Raul Lejano (2012). Desse modo, trouzemos esse subsídio metodológico ancorado, principalmente, no conceito de *disposição* de Lahire (2004) e de *contexto* de Lejano (2012).

Desse modo, pretendemos demonstrar as possibilidades da utilização desse recurso metodológico, isto é, o uso do retrato experiencial nas práticas dos agentes sociais para avaliar como a política pública é desenvolvida por estes sujeitos. Estamos seguindo um percurso que já vem sendo trabalhado por Gussi (2019) e Rodrigues (2008) quando traça um

<sup>43</sup> Informação obtida através da página do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Horizonte (COMDICA – CE).

<sup>44</sup> A “*Casa dos Conselhos*” comportam o Conselho Tutelar (CT) e demais conselhos setoriais, como os: Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI); Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA); Conselho Municipal da Assistência Social (CMSA); Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMUSANS); Atendimento Jurídico; Ouvidoria; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Informações através da página: [http://www.horizonte.ce.gov.br/serv\\_cidadao/casa-dos-conselhos/](http://www.horizonte.ce.gov.br/serv_cidadao/casa-dos-conselhos/)

conteúdo que vai de encontro às perspectivas de avaliação pragmáticas. Dessa forma, estamos trazendo mais uma ferramenta que pode trazer para a visibilidade, conteúdos importantes para a avaliação de uma política pública centrada nas disposições do agente social.

A coleta do material empírico necessário para a formulação da proposta metodológica do retrato experiencial, usado para a avaliação da política pública de defesa dos direitos infantis-juvenis, realiza-se através de entrevistas – **extensas entrevistas** – em distintos momentos, onde o agente social se encontra, em diferentes horários e coloca em desenvolvimento seus laços de sociabilidade. Soma-se a isso, a observação direta que ocorre no lócus de atuação que, neste caso, é o Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, Estado do Ceará e nos diferentes contextos.

Sabendo que o Conselho Tutelar (CT), por ser um espaço de agenciamento da vida intrafamiliar de famílias, vem sendo alvo de disputas de múltiplos olhares. Entre esses olhares, por exemplo, temos uma forte penetração das religiões católicas e protestantes (SANTOS, 2018)<sup>45</sup>, pois, como já pontuado em depoimentos de representantes desses matizes, tem-se o objetivo de ocupar esses espaços de estratégia de dominação dos seus valores, normas e condutas de vida.

Dito isso, pensar uma metodologia de avaliação que incide no repertório de vida dos agentes sociais que desenvolvem a política pública – seja ela qual for – é importante para sabermos as intencionalidades e como a política vai ganhando sua identidade local a partir do conteúdo de vida por quem a desenvolve. Dito isso, indagamos: *Qual a influência das disposições – experiências, vivências, modos de ser, manifestar e enxergar o cotidiano – do agente social no desenvolvimento da política pública de defesa da criança e do adolescente e como ele vem sendo efetivada?*

Em verdade, realizar esse empreendimento avaliativo sobre a principal política pública voltada para crianças e adolescentes, a partir do retrato experiencial do agente social tutelar, tendo completado trinta (30) anos de existência no último dia 13 de julho de 2020, é profundamente necessário para percebermos as mudanças que ocorreram desde a sua formulação: no plano das ideias, concepções e modo de enxergar o cotidiano.

Dito isso, o sujeito, que se dispôs para a construção do seu retrato para avaliar a política pública a partir do seu repertório disposicional, obteve sua aprovação a partir da

---

<sup>45</sup> Atualmente há vários interesses no espaço do Conselho Tutelar (CT) porque é uma instituição de participação (IPs) que trabalha diretamente com a vida de crianças, adolescente e de famílias. São interesses, majoritariamente, de cunho político e religioso que vem ganhando forte penetração nesse lócus de atuação. Para mais informações, ver o artigo: <file:///C:/Users/Narcilio/Downloads/labeditorial,+8993-Texto+do+artigo-31859-2-10-20200221.pdf>

eleição que ocorreu no dia 06 de outubro de 2019 para um exercício tutelar que começou no dia 10 de janeiro de 2020 e se estenderá até 09 de janeiro de 2023. Contudo, o agente social escolhido para esse empreendimento avaliativo já está na função há mais de 9 anos, ou seja, está no seu terceiro mandato como conselheiro tutelar.

Abaixo, temos o nome dos candidatos que disputaram vaga ao conselho tutelar e suas respectivas votações e colocações. Como o município de Horizonte possui menos de 100 mil habitantes, mais precisamente 68.529 pessoas, como mencionado acima, detêm apenas de um (1) Conselho Tutelar (CT). A partir da resolução número 139 do ano de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA)<sup>46</sup> ficou estabelecido que, para cada 100 mil habitantes, o município obrigatoriamente deve ter no mínimo, um (1) CT.

**Quadro 1 – Resultado final do processo de escolha dos membros do conselho tutelar do município de Horizonte/CE, para o mandato de 10/01/2020 a 09/01/2023**

NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DE VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
<b>Francisco Vagner Matias de Almeida</b>	1.191	1º
<b>Adriana Silveira da Silva<sup>47</sup></b>	1.159	2º
<b>Luiz Flávio Muniz</b>	930	3º
<b>Vanderson Ferreira Santos</b>	742	4º
<b>Auri Eduardo dos Santos</b>	675	5º
Francisca Dianeide Lourença dos Santos	486	6º
Antonio Vilmar Batista da Silva	366	7º
Marlucia da Conceição Lira	340	8º
Willame Bandeira Lourenço de Sousa	258	9º
Antonio Jairo do Nascimento Freitas	228	10º
Francisco José Daniel Lima	221	11º
Simone Alves de Melo	178	12º
Francisco de Assis de Sousa	178	13º
Francisco Gean Rodrigues Silva	107	14º
Cristiane Nogueira Sousa	75	15º
Maria Zulene Sousa dos Santos	63	16º

Fonte: Página<sup>48</sup> do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Horizonte (COMDICA – CE).

<sup>46</sup> CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes foi criado depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90), que tem por objetivo **deliberar** assuntos referentes ao universo da infância e da juventude no país. É importante mencionar que deliberação não possui força de lei. O mesmo é composto por cidadãos dos órgãos governamentais e da sociedade civil organizada.

<sup>47</sup> Adriana Silveira assumiu a vaga de vereadora do Município de Horizonte/Ceará, neste mês de setembro do corrente ano (2022). A mesma ficou na primeira suplência do Partido Progressista (PP) que elegeu dois vereadores nas eleições políticas partidárias em 2020: Luciano Pinheiro (PP) que obteve 2.046 votos e Franzé do Hospital que obteve 1.186 votos. Com o assassinato do vereador Franzé do Hospital, Adriana Silveira assumiu o posto de vereadora. E, na função de conselheiro tutelar, no lugar de Adriana Silveira, Antonio Vilmar Batista da Silva passou a exercer a função de agente social tutelar do CT do município de Horizonte/Ceará. Fonte: <https://www.tre-ce.jus.br/eleicao/eleicoes-anteriores/eleicoes-2020/eleicoes-2020>

<sup>48</sup> Mais informação sobre as eleições do colegiado tutelar do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte pode ser obtido através do link: <https://www.horizonte.ce.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/HOMOLOGA>

Dos cinco primeiros candidatos a função de conselheiro tutelar do município de Horizonte/Ceará, três foram reeleitos para o mandato 2020-2023. São eles: Adriana Silveira da Silva, Luiz Flávio Muniz e Vanderson Ferreira Santos. Este último, por sua vez, através de denúncia anônima, foi imputado<sup>49</sup> suspeito por “seduzir” uma adolescente de dezessete anos, fazendo com que o COMDICA (Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes) eliminasse da posse dos candidatos vitoriosos na eleição. Em entrevista com o ex-conselheiro Vanderson Ferreira, ele afirmou:

Tudo armação política. Não ocorreu nada que impossibilitasse minha posse. Fizem isso porque sou ligado ao vereador e candidato a vereador Eloy (*menção ao vereador e hoje Presidente da Câmara do Município de Horizonte Carlos Eloy Cavalcante Lima*). E como ele faz oposição ao governo municipal de maneira muito forte, e ele me apoiou e é meu amigo, fizeram isso comigo. Por que quando eu era conselheiro tutelar nos últimos quatro anos não apareceu nenhuma denúncia contra mim? Por que só agora apareceu? A gente sabe porque é. Isso tem dedo do Prefeito (*menção ao ex-prefeito do Município de Horizonte Chico César*). Ele não gosta do Eloy (*menção ao vereador Carlos Eloy*) e fez isso para me prejudicar. A presidenta do COMDICA é uma indicada dele e faz tudo que ele manda. A verdade é o COMDICA todo que é “pau mandado” do prefeito. Estou com a consciência tranquila de que não fiz nada. E vamos pra justiça resolver essa situação. Fui eleito, não fiz nada que macule minha conduta e tenho o direito de assumir a função. O prefeito acha que a cidade é dele (Depoimento do ex-conselheiro tutelar **Vanderson Ferreira Santos**).

É preciso dizer que esse depoimento do ex-conselheiro Vanderson Ferreira foi dado em 2020, quando o hoje ex-prefeito Francisco César de Sousa (popularmente conhecido como Chico César) era prefeito da cidade de Horizonte/Ceará. Atualmente, pós-eleições municipais, ocorridas em novembro de 2020, o grupo político de Chico César foi derrotado nas eleições e assumiu seu opositor, o atual prefeito Manoel Gomes de Farias Neto (popularmente conhecido como Nezinho). O ex-conselheiro Vanderson Ferreira e o reeleito vereador Carlos Eloy, fazem parte do grupo político que saiu vitorioso nas últimas eleições municipais tendo à frente o prefeito Nezinho.

Dito isso, nosso olhar avaliativo irá se debruçar:

- 1) Nos elementos conceituais para a criação da proposta metodológica da avaliação a partir do retrato experiencial e,
- 2) Na avaliação da política pública de defesa da criança e do adolescente a partir do retrato experiencial de um (1) agente social tutelar do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, Estado do Ceará.

---

<sup>49</sup> Diante dessa situação, atualmente tramita na Comarca de Justiça de Horizonte (CE) processo referente à posse do ex-conselheiro Vanderson Ferreira.

Nesse sentido, a proposta avaliativa conjuga força com a criação de um subsídio avaliativo inédito que pode nos trazer respostas de como os agentes sociais desenvolvem a política pública localmente, ou seja, com os elementos inerentes ao contexto onde a política está sendo colocada em prática. A partir da avaliação do retrato experiencial, que tem como conteúdo as disposições (LAHIRE, 2004) dos agentes sociais, nos fornece mais um caminho para avaliarmos a atuação, por exemplo, a efetivação dos direitos sociais da principal política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

## **2.5 Afinando o Olhar: os Caminhos para a Criação da Proposta Metodológica para a Avaliação da Política Pública**

[...] deve-se ter em mente o fato de que a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor (CLIFFORD, 2002, p.21).

É a partir do conteúdo disposicional que iremos produzir o retrato experiencial do agente social tutelar e, através dele, avaliaremos como as implicações destas manifestações acumulada ao longo da vida que reverbera no desenvolvimento da política. Como a avaliação do retrato experiencial se caracteriza por privilegiar os dados que são explorados a partir dos grupos de interesse, trazendo informações sobre sua vida, experiências e vivências, em contextos e situações específicas, dito isso, os subsídios da proposta avaliativa centrada no agente social é um **estudo de caso**.

O recurso metodológico denominado de retrato sociológico criado por Bernard Lahire (2004) se caracteriza por estudar os indivíduos “em diversos cenários” (p.9), por exemplo, familiar, escolar, profissional, cultural, econômico, religioso, entre outras esferas da vida. Para Lahire (2004), os estudos que se desenvolvia, até o momento, careciam de uma relação entre esses campos da vida social. Percebia que as pesquisas que estavam vindas à tona particularizavam ou, especificavam, sendo que, na visão do teórico, todos os campos da vida social estão entrelaçados e isso vai produzir sujeitos e ações específicas oriundas da experiência de vida.

O retrato experiencial do agente social trará, como afirma o teórico, “um alto grau de exigência empírica” (p.9) sendo necessário uma contextualização e uma análise das disposições dos agentes sociais com o fazer profissional no cotidiano de atuação. Para ele, o indivíduo é uma construção social<sup>50</sup>, que o retrato criado é uma aproximação do real para

---

<sup>50</sup> A construção social de um objeto é fundamental para entendermos a sua disposição em todas as suas

entender sua posição em sociedade, suas relações e ações. Para Lahire (2004):

[...] a escala individual do social, constatei progressivamente que um indivíduo – objeto construído e não realidade empírica complexa, inatingível como tal – podia ser definido como uma realidade social caracterizada por sua possível (provável) complexidade disposicional, que se manifesta na diversidade dos domínios de práticas ou cenários nos quais esse indivíduo insere suas ações. A complexidade começa a partir do momento em que se dispõe, para um mesmo indivíduo, de pelo menos dois comportamentos a serem comparados em contextos diferentes (p.9).

A disposição, de que fala Lahire (2004), se refere como o indivíduo se comporta em diferentes campos da vida social. De fato, ele afirma que o indivíduo vai se manifestar diferente em contextos diferentes, mas ele não nega que, mesmo na distinção o indivíduo se comporta de maneira singular (p. 10) e essa singularidade advém da sua experiência e vivências.

Dito isso, o teórico ainda firma que o indivíduo não pode ser redutível (p.11) a maneiras e formas de se comportar em determinado contexto. Em outras palavras, a combinação das maneiras de se comportar é que faz o indivíduo ser o que é. Sendo, portanto, “definido pelo conjunto de suas relações, compromissos, pertencimentos e propriedades, passados e presentes” (p.11). Prossegue:

[...] o mundo social é constituído de tal maneira que não segue essas mesmas divisões científico-institucionais; o mesmo indivíduo é, ao mesmo tempo, escolarizado, protestante, artesão e assim por diante. “Cada indivíduo”, escreveu Erving Goffman, “diferencia-se de todos os outros” e “em torno desses elementos de diferenciação há um registro único e ininterrupto de fatos sociais ligados a eles” (2004: 11).

Dessa forma, a construção do retrato experiencial do agente social tutelar para realizar a avaliação da política pública de defesa dos direitos da criança e do adolescente a partir das suas disposições (LAHIRE, 2004) no cotidiano de atuação será construída a partir de questionamentos científicos similares. Para tanto, foi realizado um (1) retrato experiencial<sup>51</sup> através de intensas entrevistas<sup>59</sup>, de um dos conselheiros tutelares que compõem a atual gestão (2020-2023) do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, do Estado do Ceará.

A escolha se deu através do tempo de atuação no CT, ou seja, o agente social tutelar mais antigo, que vivenciou diversos casos, em diferentes momentos e, que, por isso,

---

ramificações na sociedade. São categorias de pensamento que explicam a realidade ou se aproxima dela. Tem também como objetivo explicar, questionar, justificar e clarear o olhar quanto ao objeto em estudo. Para Serge Moscovici (1978), elas traduzem a realidade e para Ângela Therrien (1998: 33) elas se distinguem e explicam o movimento do real. Moscovici (1978: 28) vai afirmar que “toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas”.

<sup>51</sup> A criação de um retrato experiencial requer um largo tempo. Lahire (2004), por exemplo, contou com a ajuda de muitos auxiliares para a construção dos seus retratos sociológicos. A grande maioria eram alunos do Doutorado onde Lahire lecionava. Os nomes dos alunos podem ser lidos na introdução da sua principal obra sobre a criação metodológica do retrato sociológico.



pode colocar em prática suas manifestações disposicionais em relação à política. E, isso, como verá a frente, fica claro quando em “situação-problema”, manifesta ações que possuem nexos de sentidos com as disposições que foram criadas quando era criança, adolescente ou jovem.

A quantidade de entrevista foi oriunda a partir dos achados, da imersão, interação e do tempo disponibilizado pelo sujeito entrevistado. A rigor, a entrevista versou sobre questões que perpassaram sua vida em sua pluralidade: infância, adolescência, jovem, adulto, o convívio com os pais, amizade, questões afetivas; nos campos da educação, trabalho, lazer, religião, política partidária.

Nesse sentido, criamos um retrato experiencial que possibilita conhecer “a raiz” das disposições manifestadas pelo agente social tutelar como um esquema interpretativo que, sabemos, por mais imerso que fôssemos, nunca traríamos o real, mas sim uma aproximação da realidade. Nem por isso deixa de ser uma ferramenta crucial para entendermos o conteúdo das experimentações do agente social tutelar e suas ações para que viabilize uma avaliação da principal política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Lahire (2004) alertou para questões de cunho mais íntimo que poderia surgir e surgiram a depender da relação entre pesquisador e pesquisado. De fato, o surgimento dessas questões, em algumas situações, produziram tensões entre os achados em outros campos ou, ampliar a dimensão conceitual do retrato. De todo modo, foram informações cruciais para entender o mundo subjetivo que possui rebatimentos no dia a dia do entrevistado.

Pois não há nada mais social, mais compartilhado por todos, do que os “problemas” ditos “pessoais” (consciência de culpa, incompreensão, frustração, mal-estar, depressão...): produtos das numerosas defasagens entre o que somos (o que o mundo social refletiu em nós) e o que as situações exigem de nós (e que nem sempre estamos dispostos a “dar”); produtos dos diversos enfrentamentos, confrontos ou acomodações (mais ou menos forçados) a pessoas com disposições contraditórias; produtos do fato de não ter saciado inclinações constituídas pelo passado e que nem sempre podem se exprimir; produtos, finalmente, da incompatibilidade dos investimentos em diferentes esferas de atividade (familiares, profissionais, amistosas, culturais...) (p.12).

Em tempo, a metodologia do retrato experiencial está ancorada numa perspectiva de cunho **qualitativa** ao privilegiar o conteúdo das vivências dos agentes sociais. O que estamos querendo dizer é que os elementos que são utilizados para a confecção da avaliação percorreu a construção da realidade social dos sujeitos implicados, bem como os sentidos e significados atribuídos a cada ação tutelar. Para Minayo (2008):

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das

interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (p.57).

Ao passo que, toda pesquisa que envolve a realidade social, que abrange as ciências sociais como um todo, é essencialmente qualitativa. Para Minayo (2009) “a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante” (p.14). A realidade social é maior que qualquer teoria social sendo, portanto, marcada por uma grande riqueza de sentidos e significados. Estes, devem ser apropriados pelo pesquisador-avaliador para que possa construir uma teia de relações significantes sobre a realidade na qual está contida. Para isso, afirma, “elas abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados” (p.14).

Nesse sentido, a construção desses “artefatos” é a criação do retrato experiencial do agente social, uma vez que é através dele que iremos entender e, conseqüentemente, avaliar como a política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes vem sendo desenvolvida a partir das suas crenças, das relações que foram criadas e implicadas na construção desses sujeitos, bem como as percepções que possuem sobre as diretrizes normativas do ECA/90. Assim, para Denzin e Lincoln (2006):

A **pesquisa qualitativa** envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (p.17).

Para o apanhado do material empírico utilizamos a **observação direta** e a **entrevista aberta**, com temas pré-selecionados, por saber que ela não restringe ou delimita as respostas. Dito isso, o objetivo de utilizar a entrevista aberta foi fazer com o que o pesquisado se sentisse à vontade para explorar as várias dimensões das suas vivências. E ao pré-selecionar determinado tema, não limitamos o depoimento do entrevistado, apenas como norteamento das implicações vividas.

Finalmente, para a análise do conteúdo obtido nas entrevistas, faz parte do repertório da proposta metodológica do retrato experiencial a **análise de conteúdo**, como técnica<sup>60</sup> no tratamento dos dados coletados a serem trabalhados como aponta Bardin (2019):

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e em seguida por reagrupamento segundo o gênero (analogia) com os critérios previamente estabelecidos. As categorias são rubricas ou

classes, as quais reúnem um conjunto de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento este efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (por exemplo, todos os temas que significam ansiedade ficam agrupados na categoria ansiedade [...]), sintático (os verbos e os adjetivos), léxico (classificação de palavras segundo seu sentido [...]) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem) (2009, p.117).

### 3 A PROPOSTA METODOLÓGICA DO *RETRATO EXPERIENCIAL*

Nas Ciências Humanas, como em qualquer ciência, há disputas de paradigmas, conceitos, metodologia, teorias, concepções, múltiplas maneiras de enxergar as implicações da realidade social. Diante de uma sociedade que se modifica constantemente de acordo com os interesses dos sujeitos, das instituições públicas ou privadas e do Estado, é oportuno termos modelos de interpretação que caminhe conforme essas modificações.

A razão que nos leva a escrever uma proposta metodológica desta dissertação, que busca integrar os princípios avaliativos do *modelo experiencial* de Lejano (2012), conjugando com os princípios metodológicos de análise a partir do *retrato sociológico* de Lahire (2004) é o de ampliar um terreno que vem sendo construído para dar visibilidade ao sujeito que, neste caso, denominamos de **agente social**<sup>52</sup>.

Estamos caminhando por uma trilha que muitos teóricos deixaram suas contribuições e são a partir deles que referendamos nossa colaboração com uma proposta metodológica que denominados de *retrato experiencial*. O trabalho desenvolvido por Lejano (2012) abre espaço para pensarmos como as políticas públicas podem ser modificadas pelos sujeitos a partir dos seus contextos, das implicações específicas, das demandas inerentes a determinado sujeito ou grupo que incide na estrutura social ou instituição. Já Lahire (2004), criou uma metodologia de análise que permite, como será visto, aprofundar o que Lejano (2012) trabalhou, que é entender o ator social a partir dos seus vários contextos, criando um retrato, a partir da sua fala, dos sentidos que ele dá ao seu entorno e as circunstâncias experimentadas, advindo da sua história e das principais situações vividas e as quais foram decisivas para “pintar” um quadro aproximado por quem se tornou e agora é. Mas é preciso estar atento, pois esse retrato vai se modificando de acordo com as mudanças que ocorrem na vida social.

Os dois teóricos dão centralidade ao ator no desenvolvimento de uma política pública. Mas o diferencial que trazemos está justamente na conjugação de forças conceituais que a integração de elementos analíticos pode proporcionar para ampliar uma avaliação de política pública ancorada no sentido e significado que os atores dão a política e como eles podem modifica-la a partir de quem são. E quando falamos “quem são”, estamos trazendo a tona os atravessamentos subjetivos, as peculiaridades vividas em momentos distintos da vida e como esse repertório de conteúdo implica no seu cotidiano como ator social.

---

<sup>52</sup> O conceito de **agente social** está desenvolvido mais à frente na parte referente a *proposta metodológica do retrato experiencial*.

Nossa intenção, nesse trabalho dissertativo, é aproximar dois trabalhos que se complementam, ampliando o repertório avaliativo centrado no ator social. Não há críticas aos modelos utilizados, mas sim um sentimento positivo na perspectiva do encontro de dois arquétipos que nasceram dialogando um com o outro. O desafio aqui é aproximar esse diálogo teórico-metodológico, imprescindível para a análise de políticas públicas centrada nos atores, mas agora com uma denominação conceitual propositiva, a partir da proposta metodológica do *retrato experiencial*.

### 3.1 Contribuições Teórico-Metodológicas da Avaliação Experiencial

São muitos os modelos de avaliação de políticas públicas que atualmente existem para dar conta da complexidade da realidade social. Assim como os modelos de avaliação são criados, a realidade social também é uma criação da sociedade (GEERTZ, 2017; BERGER; LUCKMANN, 1985). Vivemos numa sociedade permeada de símbolos (VELHO, 1981; WAGNER, 2018) e o campo de públicas está inserido dentro desse universo.

A sociedade, por ser um todo complexo (LEJANO, 2012), necessita que os modelos de avaliação caminhem conforme as atribuições e especificidades que caracterizam as diversas formas de manifestações das sociedades. Lejano (2012) afirma que é preciso transpor a barreira do racionalismo positivista<sup>53</sup> que possui modelos “grandes e universalistas” (p. 12), uma vez que, através deles, não conseguimos enxergar e chegar próximo das situações mais locais e específicos de determinado contexto.

Há, na visão do teórico, grandes limitações quando propomos um modelo avaliativo e de análise<sup>54</sup> generalistas, uma vez que essa abordagem se caracteriza como sendo um campo fechado, não dando margem para que ações e outros discursos sejam considerados no processo de análise ou avaliação. Para Lejano (2012), “o problema é que institucionalizamos tais modelos e adaptamos economias inteiras a partir deles” (p.12).

Lejano (2012) se contrapõe radicalmente a esses modelos de avaliação que possuem como característica principal percepções universais, fazendo com que o resultado do processo avaliativo leve a resultados muito distantes e, por vezes, distorcidos da realidade local. Dito isso, o teórico sentencia (2012: 12):

---

<sup>53</sup> Para Lejano (2012), o racionalismo positivista percebe a “realidade simplesmente observando e, medindo” (p.195).

<sup>54</sup> A obra do Raul P. Lejano denominada de “*Parâmetros para a análise de políticas: a fusão de texto e contexto*”, utiliza o termo **análise** que significa também o mesmo tratamento conceitual para o que se entende por **avaliação** neste trabalho.

A construção de sistemas simbólicos fechados, dentro dos quais buscamos soluções que talvez inconscientemente estejam inseridos desde o início, permite aos políticos ignorar as realidades de determinado contexto do mundo real que está a nossa frente. Além disso, esta capacidade de distanciar a análise do contexto faz com que ignoremos a complexidade total deste último. Há uma dimensionalidade para as situações reais que inevitavelmente supera aquela dos nossos sistemas fechados [...].

Sob esse aspecto, afirma a importância de considerar os contextos em seus lugares de fala e seus repertórios de linguagens, com suas especificidades na sua sociabilidade cotidiana e que, para isso, é necessário ir além do que está posto como “modelo ideal” de análise em curso. Neste sentido, ele endossa a importância do contexto para entender a política pública e suas nuances.

Como exemplo da inferência do contexto na política pública, trouxemos o resultado do trabalho dissertativo realizado por SANTOS (2018)<sup>55</sup>, no Mestrado Acadêmico em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, no qual evidenciamos que a cultura política partidária local – endosso a utilização do *campo político*<sup>56</sup> utilizado nessa pesquisa – interfere na autonomia do trabalho dos conselheiros tutelares à época pesquisada. A cultura política partidária local<sup>57</sup>, daquela cidade, com os conselheiros tutelares de determinada gestão/ano, especificamente com aqueles dados e elementos políticos próprios, possui um peso na atuação dos membros tutelares a ponto de distorcer os objetivos normativos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90).

O que se nos revela é o Conselho Tutelar do Município de Horizonte como um órgão de atuação cotidiana, em meio a fluxos e refluxos de sua autonomia institucional que lhe imprime a característica de um órgão *dual*. No sentido de sua gênese se dar contemplando a participação da sociedade civil, por meio de eleições para escolha de seus representantes, ao mesmo tempo, sob forte controle e influência da cultura política local nesse processo que vai influenciar, diretamente, em suas ações cotidianas. Mesmo assim, apesar dessas adversidades, ainda conseguem dar curso a algumas demandas oriundas da população em relação aos direitos infanto-juvenil (SANTOS, 2018, p.117).

De fato, a constatação dessa pesquisa revela a importância do estudo localizado que nos fornece um conteúdo que identifica e se aproxima dos atores e seus contextos. Nesse sentido, a pesquisa mencionada nos possibilitou “vermos a distância entre o **formal** e o

<sup>55</sup> A referida pesquisa diz respeito ao trabalho dissertativo intitulado de “*Mal-estar e utopia democrática: poder local e autonomia institucional – o caso do Conselho Tutelar do Município de Horizonte – Ceará*” realizada no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

<sup>56</sup> “[...] o lugar em que se geram - na concorrência entre os agentes que neles se acham envolvidos – produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (BOURDIEU, 1981).

<sup>57</sup> Frisamos fortemente a pontualidade do local – localizado – para evidenciar como os elementos inerentes a esse lócus produzem repertórios, agências (LAVALLE; DOWBOR; CARLOS & SZWAKO, 2019) e mobilizam os atores sociais conforme os interesses que foram sendo gestados naquele Estado, naquela cidade, naquele Conselho Tutelar e, principalmente, sendo atravessados pelas histórias de vida que possuem um forte teor simbólico nas práticas cotidianas dos conselheiros tutelares.

**cotidiano** – isto é, o terreno no qual o analista percorre pode não apresentar a mesma paisagem dos caminhos trilhados pelas pessoas todos os dias” (LEJANO, 2012, p.193).

Ainda sobre a citação e a pesquisa por ele engendrada, podemos denominar que a designação de formal pelo teórico está relacionado à norma ou normativo – o universo das leis – e o cotidiano são as relações que são criadas pelos atores sociais – conselheiros tutelares, políticos locais, público alvo da política pública de defesa das crianças e dos adolescentes – que podem **criar repertórios de agências** (LAVALLE; DOWBOR; CARLOS & SZWAKO, 2019) porque a política pública não é estável, estagnada, conforme está escrita formalmente no papel. Pelo contrário, ela vai ganhando, na sua implementação, contornos conforme os interesses, as necessidades e os imperativos locais, direta ou indiretamente. Ou seja, todos esses elementos vão modificando a política pública conforme as correlações de forças existentes no contexto.

Com isso, considera-se, ainda, que diante de um país de tamanho continental<sup>58</sup> que é o Brasil, onde possui “vários brasis” (D’MATTA, 1997), temos que lidar com características múltiplas e diversas, com linguagens e modo de enxergar a realidade por diferentes ângulos<sup>59</sup>. Desse modo, propor uma política pública universalizante, que não leva em consideração essa dimensão, hipoteticamente, vai dar margem para que os atores sociais, aos operadores, bem como a sociedade civil a depender da política e do nível de autonomia que essa política pública possibilita, arquitetar dispositivos sociais conforme suas necessidades. Para Lejano (2012):

[...] que a política (é) como um texto construído por autoridades, pessoas dotadas de poder e tomadores de decisão. Este texto político, que pode literalmente ser um texto, como um novo estatuto, é moldado em algum *locus* de decisão e então importado para diferentes situações e implementado. Neste processo lógico, o texto é criado distanciado do contexto de sua aplicação (p.193).

Sob os aspectos mencionados acima, um texto normativo da política pública não permanece “perene” por muito tempo porque os interesses da população vão ganhando outros contornos. Não à toa que nos deparamos, corriqueiramente, com muitas mudanças nos dispositivos normativos de diferentes políticas públicas para poder sanar as necessidades do

<sup>58</sup> Nesse momento, para essa exemplificação, levo em consideração a **autonomia** (Art.131 do ECA/90) que a instituição participativa (IPs), Conselho Tutelar (CT) possui na normativo disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ela possibilita que os conselheiros tutelares mobilizem ações conforme o seu olhar, interesse, vontade, nexos de relações, entre outros atributos. Isso só é possível porque a autonomia cria um “espaço” para essa movimentação que em muitas políticas públicas não possuem.

<sup>59</sup> Josiane Santos, no livro “*As particularidades da questão social no Brasil*”, vai nos embebedar com uma análise e uma provocação necessária que é pensar o Brasil a partir das suas especificidades. Ela rompe com o olhar distanciado da realidade e aproxima o agente social, pesquisador, o analítico, a estar próximo de uma teia de configurações que só o Brasil possui e é com esse repertório diverso que toda análise deve levar em consideração.

público-alvo.

Mas é importante destacar que muitas mudanças passam a ocorrer depois de verificar, por um longo período, que os frutos que se almejava na configuração do desenho institucional, não foram alcançados. Mas também e, sobretudo, porque os atores e os movimentos sociais (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR & SZWAKO, 2019), diante de uma situação onde a política pública não consegue obter os resultados almejados, começam a se mobilizar para que a vontade – rotineiramente tidas e vividas em termos de necessidades – sejam configuradas conforme suas aspirações.

Na concepção de Lejano (2012), quando ocorre dissenso entre o texto/política e o contexto/campo, o que vamos ter é uma evolução<sup>60</sup> na política. De fato, ocorrem mudanças na política pública, mas não sabemos para quem e quais objetivos essas mudanças serão direcionadas. Dessa forma, para Lahire (2004), ao invés de “evolução” é significativo utilizar um termo que possa incorporar as reconfigurações de uma política pública, como por exemplo, **mudanças**.

Lejano (2012) entende e reconhece a necessidade de aplicar o que ele denominou de “hiato” (p.194) entre o texto e o contexto. É necessário, para o teórico, que tenhamos uma **regulação**. Mas essa regulação não pode prescindir da separação entre esses dois polos: texto e contexto. Vários modelos regulatórios começaram a surgir, mas partindo de uma ordem vertical. Fazendo com que o controle fosse absoluto do Estado e a sociedade civil apenas reproduzia o que lhe eram impostas.

A regulação, que ao longo do tempo foi sendo desenvolvida, deixava de lado pressupostos que advém da área das ciências humanas e traz consigo, material e elementos comensuráveis, por exemplo, medições, equivalências, saturação, próprio da abordagem centrada na norma positivista<sup>61</sup>. Lejano (2012), diante dessa situação, sentencia que “nas

---

<sup>60</sup> Esse é um dos pontos que há divergência entre a teoria de Lejano e Lahire. Para este último, o conceito de “evolução” está ultrapassado, sendo necessário utilizar o conceito de **mudança**, tendo em vista que a hipotética “evolução” pode retroceder os interesses do público-alvo, ao invés de progredir. Para exemplificar, Miguel (2014) afirma que “[...] os anos petistas foram acompanhados por uma sensação de que hierarquias seculares estavam sob ameaça. As mulheres, as lésbicas, os gays e as travestis, as populações negras, as periferias: grupos em posições subalternas passaram a reivindicar cada vez mais direito de falar com sua própria voz, a questionar sua exclusão de muitos espaços, a reagir à violência estrutural que os atinge. **Políticas de governo apoiaram tais movimentos** (*grifo nosso*), desde as cotas nas universidades até o financiamento para a produção audiovisual periférica. Os privilegiados perderam a sensação de que sua superioridade social era natural, logo, inconteste, e perderam também a exclusividade na ocupação de posição de privilégios” (p.34). Contudo, depois da deposição da presidenta Dilma Rousseff, muitas políticas públicas mudaram. Mudaram no sentido de regressão dos direitos, espaços e mobilizações da sociedade civil. Dito isso, para Lahire, diferente de Lejano, quando ocorrem alterações em alguma política pública, o mais coerente é utilizar o conceito de mudança. Esse elemento será visto mais a frente.

<sup>61</sup> O movimento intelectual que ficou conhecido como “positivismo” surge no final do século XIX, na França, tendo como um dos seus principais idealizadores Auguste Comte, considerado o “pai da sociologia”. Para ele,



ciências sociais, porém, lidamos com fenômenos como confiança, esperança, ganância, imaginação e outras coisas que são naturalmente imensuráveis. Essas realidades não são apenas observadas, mas experimentadas e interpretadas” (p.196).

Estamos diante de um material empírico subjetivo no qual o modelo fechado e totalizante, muitos advindos da perspectiva positivista, não consegue “tecer as teias de significados” (GEERTZ, 1989) contidos neste terreno. Dito isso, esses modelos, que possuem como característica um esquema pragmático, nos fornece um panorama da política com inevitáveis perdas de dimensionalidades. Para Lejano (2012), essa representação rígida propicia um distanciamento entre o texto e o contexto.

Sendo assim, um dos objetivos metodológicos do teórico é a construção analítica de um arcabouço que possa denotar as diferenciações entre a teoria da prática. Buscou definir estes dois elementos em seus contextos, apontando as incongruências e demonstrando que as realidades que atravessam os domínios dos atores necessitam de olhares plurais e específicos. Dito de outra forma, o teórico propõe um processo de análise onde as “perdas irreparáveis” (p.196) que são criadas ao utilizar mecanismos fechados fossem sanadas.

Para os pragmáticos, que utilizam sistemáticas fechadas, o papel do avaliador é a consequência da sua observação. Levando em consideração essa ordenação de aferição, minimizavam a relação entre contexto e atores. Além disso, os sujeitos não são percebidos a partir das experimentações que os atravessavam. Sob esse aspecto, limita a interpretação e o resultado distanciava-se da realidade.

Com o advento do neo-institucionalismo<sup>62</sup>, em meados da década de 1990, começaram a emergir trabalhos de avaliação que consideravam os elementos do cotidiano de forma complexo e multifacetado (LEJANO, 2012, p.198). Para o teórico, esse olhar “leva a buscar melhores caminhos para descrever e analisar a “prática”<sup>63</sup>, isto é, as maneiras pelas quais as pessoas compreendem as coisas e conduzem as tarefas na vida real” (p.198).

---

as ciências sociais, em particular a sociologia, deveriam utilizar os mesmos métodos de análise que as ciências naturais ou exatas.

<sup>62</sup> O movimento denominado de “neo-institucionalismo” ou novo institucilismo surge a partir da perspectiva que as ações dos atores políticos são influenciadas pelas instituições. Até então, os estudos focavam nas ações racionais particularizadas no ator, mas não na relação com as instituições. Com o advento desta perspectiva, muda-se esse olhar e, de forma direta e indireta, começam a perceber que as instituições, suas leis e normativas influenciam nas decisões dos indivíduos (PETERS, 1999; SIMON, 1955).

<sup>63</sup> Lejano (2012) descreve “prática” como sendo “aquele elemento, na educação da escola secundária, caracterizado por alternar e mesclar períodos de interesse, tédio, mudanças hormonais, aprendizado e indignação, e não só um período na vida de um jovem em que conceitos mais avançados como literatura, matemática e responsabilidade cívica são instalados. O que podemos caracterizar como anos de aprendizado progressivo, pode e deve ser caracterizado como longos períodos em que se olha pela janela, sonhando acordado, rabiscando, ouvindo, adormecendo, acordando, trocando notas e muitas outras atividades que realmente formam as horas expandidas na sala de aula” (p.198).

Nota-se, portanto, um ganho importante e um espaço conferido aos sujeitos que até então não destoava de um lugar na avaliação. Temos, aqui, pelo contrário, uma prática sistemática centrada no avaliador a partir do seu olhar, intencionalidades e preferências. Com efeito, os elementos do contexto passaram a ser avaliados com as implicações, interesses e necessidades dos sujeitos, mas ainda de maneira bastante limitada.

Estava em cena o empirismo que ocasionou reflexões profundas na maneira como os modelos avaliativos passaram a ser utilizados na prática. Através dele, teoricamente, vamos ter “três domínios ontológicos primários: 1) o empírico, consistindo em coisas que vivenciamos; 2) o atual, consistindo em eventos que acontecem se os observamos, se os reconhecemos ou não; 3) o real, consistindo em mecanismos geradores que fazem emergir eventos.” (LEJANO, 2012, p.199).

Com efeito, uma das críticas a esta perspectiva encontra-se na limitação ao simplesmente observar a realidade (LEJANO, p. 98). É através desta inquirição ocular que o avalista busca as respostas para o entendimento do evento. Essa ação se mostra superficial tendo em vista que todo conhecimento produzido parte apenas e simplesmente do pesquisador. De fato, cada incursão, a depender do avaliador-pesquisador, terá um ganho significativo a partir da bagagem oriunda da sua experiência.

Há, fortemente, uma característica bastante nociva à ciência se limitamos a busca por resposta dos fenômenos as circunstâncias do observável que é o imediatismo. Ao fazer uso deste recurso, o pesquisador-avaliador pode deixar-se contaminar pelo dado, informação, elemento, que está contido em determinado momento. Trata-se, sobretudo, de um olhar restringido e facultado a determinada circunstância e contexto. Essa ação empirista é diferente do que propõe Oliveira (1996)<sup>64</sup>, por exemplo, quando escreve sobre a importância não só de olhar, mas também de *ouvir e escrever*.

Para Oliveira (1996), o pesquisador já moldou seu olhar quando vai a campo, uma vez que, teoricamente, já delineou as linhas e o caminho da observação. Este “olhar domesticado” (p.15) altera o olhar do pesquisador pelo próprio modo de visualizá-lo, “mostrando como a teoria social pré-estrutura o nosso olhar” (p.18). Com efeito, somente o olhar não seria suficiente para entender o significado das relações que existem no evento. Dito

---

<sup>64</sup> Escrito com a denominação de “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever” (1996), Roberto Cardoso de Oliveira vai descrever a importância do trabalho do profissional da antropologia a partir destas três ações cognitivas para a formação do conhecimento. Elas estão conectadas e formam uma massa plausível necessária para a busca dos sentidos das relações dos sujeitos sociais, bem como dos fatos, eventos e acontecimentos que ocorrem num grupo social. Para o teórico, que se vale da antropologia para falar das etapas do fazer científico, afirma que “o olhar possui uma significação específica para um cientista social, *bem como* o ouvir também” (1996:18).

isso, com a utilização apenas deste elemento, o pesquisador-avaliador fica limitado a um parecer vago, distante da realidade. Por isso, a necessidade de outro elemento cognitivo<sup>65</sup> básico para a pesquisa empírica que deve ser usado que é o ato de ouvir. Mas ele destaca que esta segunda ação não é independente do ato de olhar no exercício da investigação. Menciona que ambas se complementam, e que o ato de ouvir, assim como o do olhar também adentra o território da reflexão com um suporte teórico primário, ou seja, adestrado. Para Oliveira (1996), o ato de ouvir,

Cria um espaço semântico partilhado por ambos os interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela “fusão de horizontes” (como os hermeneutas chamariam esse espaço), desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando um diálogo teoricamente de “iguais”, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso. Mesmo porque creditar ser possível a neutralidade idealizada pelos defensores da objetividade absoluta é apenas viver numa doce ilusão. Trocando ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guiados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante. O Ouvir ganha em qualidade altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação (OLIVEIRA, 1996, p.21).

Contudo, é preciso enfatizar que Oliveira (1996) escreve esse apanhado metodológico temporalmente distante em relação aos primeiros escritos empiristas mencionados aqui, para a avaliação no campo das políticas públicas. Assim como Lejano (2012), Oliveira (1996) tece críticas ao modo empirista, levando em consideração a maneira como esta perspectiva busca entender o real.

Para Lejano (2012), a interpretação dos dados da realidade social necessita de múltiplos mecanismos geradores de conhecimento dados à natureza da vida em sociedade. Diante de uma estrutura social<sup>66</sup> multiforme, que se modifica constantemente<sup>67</sup>, é pertinente a demanda de termos projetos de pesquisa multimodais, por exemplo, por meio de estudo de caso, bem como estudos comparativos e outros que necessitam ser criados para dar conta da multiplicidade da vida em sociedade. Para o teórico:

---

<sup>65</sup> Questões cognitivas e paradigmáticas sobre os atos da pesquisa antropológica como olhar, ouvir e escrever foram desenvolvidas no livro “Sobre o pensamento antropológico” (1996) de Roberto Cardoso de Oliveira.

<sup>66</sup> Para Lejano (2012: 199), a estrutura social é formada por “uma maré de fenômenos sociais ou leis que determinam como a sociedade funciona. Neste sistema conceitual, o analista pode simplesmente focalizar estes processos amplos e sistêmicos, excluindo considerações do indivíduo”. É importante salientar que o teórico faz menção ao **indivíduo** como unidade pertencente a sociedade, diferente do que iremos trabalhar mais a frente a importância de criarmos uma metodologia onde o enfoque é o **ator social**. Diferenciações entre sujeito e agente social serão descritas na parte referente à *proposta metodológica do retrato experiencial*.

<sup>67</sup> Lejano (2012), bem como Lahire (2004) concebem a estrutura social como sendo de intensa movimentação. Como a sociedade é vista como um processo, que se modifica a partir dos interesses de diversos atores e instituições, os teóricos concebem que a política também deve continuar sua caminhada paralela as demandas desses sujeitos.

Os realistas críticos também rejeitam a noção construcionista de que o conhecimento pode ser reduzido ao que podem dizer. De fato, nossas ações são influenciadas e inseridas em um profundo contexto de história, cultura e relações, para que os fenômenos sociais sejam muito mais do que aquilo que podemos trabalhar discursivamente. Muito disto, como Bourdieu sugeriu, mostra parte de si mesmo nas intrincadas e inefáveis lógicas da prática (LEJANO, 2012, p.199).

Ao afirmar a importância do contexto da história, cultura e relações sociais, Lejano (2012) sinaliza que o estudo do contexto é imprescindível para entendermos os sentidos e significados que a política possui em circunstâncias específicas diferentes. Neste momento, tanto Lejano (2012) quanto Lahire (2004) são influenciados pelos estudos bourdiezianos.

Para o teórico, é necessário repensarmos a separação entre atores e objeto na perspectiva da prática social. Esta última entendida como sendo “a arena onde eventos e ações são trabalhados” pelos atores (2012: 199). Em tempo, essa prática social leva em consideração o **sujeito** como integrante de um conjunto maior que é a sociedade. É importante pontuarmos esse elemento, ou seja, o sujeito, porque ele se diferencia da proposta metodológica que propomos ao focar a análise no **agente social**.<sup>68</sup>

Critica-se as teorias sociológicas, por exemplo, de Durkheim<sup>69</sup> na qual pesquisas por elas orientadas levam em consideração os preceitos de como a sociedade funciona, sem levar em consideração o indivíduo e suas particularidades. Dito isso, Lejano (2012: 199) propõe uma reflexão sobre o papel do analista-avaliador “em simplesmente focalizar estes processos amplos e sistêmicos”, deixando de lado o espaço conferido ao sujeito. Isto implica que sua perspectiva analítica se contrapõe a estes sistemas analíticos generalistas ou totalizantes. Em verdade, o autor corrobora com as ideias de Giddens (1991) sobre o local que deve ser condicionado ao sujeito:

Teorias de agência, por outro lado, focam as motivações e ações do indivíduo livre – como na noção liberal do indivíduo atomista escolhendo livremente de acordo com suas motivações (seja agindo de acordo com os princípios morais ou maximizando sua própria utilidade). Repensando estas dicotomias, os teóricos são forçados a aceitar a complexidade e multidimensionalidade da prática. Por exemplo, em sua teoria da estruturação, Giddens coloca o indivíduo como agindo e sendo afetado por instituições maiores em seu contexto social, e as instituições como sendo o meio e resultado da ação individual (GIDDENS, 1991). A relação entre indivíduos e estrutura é reflexiva. Por exemplo, em sua análise de jovens rebeldes do ensino médio, Giddens vê seu comportamento não conformista na escola como um espelho de estruturas maiores da sociedade na qual o trabalho é dividido entre os especificamente habilitados e um grande contingente de menos treinados,

<sup>68</sup> Sobre a formação conceitual do agente social, será desenvolvida na parte referente a *proposta metodológica da avaliação do retrato experiencial* que está teleologicamente trabalhado mais a frente.

<sup>69</sup> A crítica que se faz a teoria do Émile Durkheim é porque ele enxerga a sociedade como um todo complexo. Ou seja, sua perspectiva é totalizante, divergindo dos olhares micro das contribuições teórica e metodológica colocadas em prática pelos dois teóricos.

pertencentes à classe trabalhadora. Porém, as ações destes jovens são necessárias para reproduzir ou transformar as estruturas sociais (LEJANO, 2012, p.200).

Para Giddens (1989), que, ao que parece muito influenciou as ideias de Lejano (2012) - e como se verá adiante as de Lahire (2004) - concebe a sociedade a partir de um movimento das atividades entre o agente e a estrutura. Para o teórico, não há primazia entre esses dois elementos, sendo que eles necessitam um do outro para existir. Propõe, portanto, a integração entre ação-estrutura. Sobre o agente, Giddens (1989) o referencia por meio da sua ação, consequência dos estudos e da interferência teórica weberiana<sup>70</sup>. A estrutura, por sua vez, diz respeito aos processos que ordenam as ações dos indivíduos, como motivação, intencionalidade, racionalidade, bem como os fatores relacionados aos sistemas sociais.

Assim como Giddens (1991) influenciou as ideias de Lejano (2012), também Bourdieu (1990) possui sua contribuição na construção metodológica da avaliação experiencial. A construção do conceito de *habitus*<sup>71</sup> como sendo,

[...] um conjunto padronizado de respostas admissíveis do indivíduo que é construído desde a história, os padrões de vida, os significados implícitos, os sinais explícitos, e mesmo as direções inconscientes que forma o contexto de uma pessoa (LEJANO, 2012, p.200 apud BOURDIEU, 1990).

Enquanto a perspectiva de Giddens (1991) possui um olhar mais ampliado quando desenvolve seu conceito a partir da concepção teórica da estrutura, Bourdieu (1990) trabalha suas ideias de maneira micro, incidindo sobre o indivíduo as implicações contextuais e causais. Para Lejano (2012: 200):

Na teoria de Bourdieu, o *habitus* está internalizado na realidade consciente e pré-consciente tal que apenas um aspecto dele pode ser identificado. O indivíduo age dentro de um cenário moldado por inumeráveis e, de fato, parcialmente inomináveis influências, histórias, motivações, constrangimentos e entendimentos que, se necessitássemos encontrar uma única palavra para captura-lo, poderíamos ter usado a palavra “cultura” [...] abrir nossa análise para compreender ações individuais por meio dessas motivações complexas e constrangimentos, também exige que compreendamos e caracterizemos ações e instituições através da cognição mais complexa e cotidiana do agente. Se tivermos que entender como o terreno do contexto social-cognitivo e tentar compreender como esta realidade é experienciada.

É a partir dessa percepção teórica advinda de uma reflexão centrada nas

<sup>70</sup> Weber é um dos grandes expoentes da sociologia e criou sua teoria a partir da **ação**. A **ação social** dos sujeitos, para Weber, era proveniente de três pilares: 1) Ação oirunda de uma prática concreta; 2) Ação desenvolvida a partir de marcos normativo com regras das instituições, do Estado, por exemplo; 3) Ou, ação baseada nas regras, mas mesmo sem o individuo entender para que servem, mas as usam. Todo esse trabalho foi cunhado numa perspectiva denominada de compreensiva. Weber buscava entender a sociedade através das ações dos sujeitos de modo compreensivo.

<sup>71</sup> Para mais informações a respeito da importância do conceito de *habitus* de Bourdieu (2017), ler a obra *A distinção: crítica social do julgamento*, especificamente a parte referente denominada de *O habitus e o espaço dos estilos de vida* (2017: 162).

motivações do indivíduo é que Lejano (2012) vai desenvolver suas premissas conceituais centrada na relação entre de **texto** e **contexto**. Na abordagem textual, “compreende-se como sendo o ponto de vista do observador que interpreta a realidade social a partir de sua perspectiva particular sobre ela” (p.201). Contudo, o teórico sinaliza para a importância de uma das características que a realidade social possui que é a movimentação dos eventos. Por movimentação dos eventos, o teórico entende que a realidade não é permanente, pelo contrário, ela se movimenta de acordo com os elementos que possui, principalmente através das intencionalidades que atravessam os sujeitos. Ressalta, também, a importância de não realizar uma análise-avaliação separada da prática. Caso isso venha a ocorrer, a avaliação fica comprometida tendo em vista que apenas parte do evento foi condensado e interpretado. Dito isso, Lejano (2012) ressalta a notoriedade da preocupação com a natureza múltipla e complexa da **experiência**, a centralidade do **contexto** onde essas experimentações são realizadas e o desenvolvimento das **práticas** sociais que ocorrem neste terreno metodológico.

Lejano (2012: 202) endossa que, diferentemente de outras avaliações, os sujeitos não são passivos na política. Eles são capazes de modificá-la, aperfeiçoá-las de acordo com seus interesses. Além disso, incide sobre as políticas públicas a importância do contexto que pode modificar o desenvolvimento da política de acordo com as particularidades que o caracterizam.

Se tivermos que entender porque algumas políticas parecem funcionar e outras não, ou por que uma política parece funcionar algumas vezes e não em outras, temos que nos esforçar mais seriamente para entrar no mundo dessas pessoas para as quais a política está sendo moldada. As populações em questão, que em alguns círculos são conhecidos como “população alvo”, não podem mais ser tratadas como receptoras passivas da política. As pessoas podem vivenciar a política de maneiras muito diferentes do que é assumido pelo *policymaker*<sup>72</sup>. Elas são afetadas por circunstâncias e situações específicas, de maneira mais rica do que possamos conceber, talvez de uma maneira muito retratada na noção de *habitus* de Bourdieu. Por último, as pessoas trazem a política à realidade e, deliberadamente ou não, são coparticipantes da construção da política. Temos de encontrar caminhos para diminuir a distância entre o projeto político e ação da política [...] partimos da noção de que estas pessoas que poderiam ser tratadas como passivas, alvos, receptores de políticas, podem muito bem ajudar a solucionar dilemas políticos participando como autores da política (LEJANO, 2012, p.202).

Uma das principais características elementares metodológicas criados por Lejano (2012) é o conceito de **experiência**. Experiência para o autor significa “o modelo de conhecimento da pessoa (ou grupo) inserido na situação política” (p.205). Isto é, o

<sup>72</sup> A denominação de *policymaker* está relacionada, semanticamente, aos legisladores. Estes, por sua vez, têm a função de criar políticas públicas, programas e projetos que irão incidir na vida das pessoas. Contudo, trata-se, sobretudo, de agentes sociais que desenham a política pública que pode ou não serem legisladores, mas técnicos que trabalham diretamente na construção de políticas.

aprendizado que as pessoas possuem ao estarem atravessadas pela política pública. Para isso, os sujeitos revelam componentes importantes e necessários para explicar o conteúdo da política através do contexto. Para o teórico, não há análise-avaliação se o pesquisador-avaliador a realize fora dos imperativos contextuais. Se a avaliação for conduzida sem trabalhar este elemento crucial e necessário para o desvendamento, o resultado sempre será “descrições parciais de situações políticas que são mais complexas do que se pode expressar nas diferentes linguagens da análise política” (p.205).

O modelo de avaliação que Lejano (2012) propicia está fundamentado na experiência. É a partir dela, do envolvimento dos sujeitos na política, os sentidos e significados adquiridos no processo, as manifestações simbólicas nessa atividade é que está o conteúdo para a análise-avaliação. Contudo, é imprescindível que o avaliador possua uma perspicácia analítica aguçada para trabalhar a riqueza da experiência, uma vez que ela se mostra complexa e multidimensional, como deve ser, a partir do que sentencia o teórico, a condução das avaliações.

Para o teórico, a vida do indivíduo que experencia a política pública, é formada por *camadas* (LEJANO, 2012, p.205). Cada um desses estratos comporta um repertório de conteúdo diferenciado, por exemplo: como sentimento, conhecimento e autoridade moral. Desta maneira, pontua que o avaliador não conseguirá alcançar a realidade como ela é, mas apenas uma aproximação. Diante disso é que ele critica o modelo *racional-positivista*<sup>73</sup> por trabalhar a avaliação através de uma redução do movimento do real. Ou seja, o avaliador, a partir desta perspectiva, emite o parecer segundo seu olhar em dado momento, não levando em consideração as mudanças que a vida social desenvolve. Soma-se a isso, a limitação que a perspectiva do modelo *construcionista*<sup>74</sup> possui quando assume a autoria da elaboração do texto político sem valorizar o repositório de conteúdo que os sujeitos que serão afetados, possuem.

Levando em consideração que modelos existentes podem capturar nuances da realidade de maneira limitada, Lejano (2012) chama a atenção para o “perigo de falta de autenticidade e representação errônea” (p.207). A realidade, para o teórico, “possui muitas facetas, ondulações e lados” (p.206). Além disso, o real, ao ser capturado por determinada

---

<sup>73</sup> Como dito anteriormente, a perspectiva dos modelos racionais com o viés positivista não consegue trazer para a avaliação elementos como sentidos e significados, vontades, sonhos e, como veremos na proposta da metodologia de avaliação do retrato experiencial, as disposições dos agentes sociais que desenvolvem a política pública.

<sup>74</sup> O *construcionismo* é uma perspectiva teórica que se valida na construção de um objeto palpável, ou seja, contida dentro da avaliação pragmática e normativa da política, deixando de lado a experiências, vivências, bem como os atravessamentos que incide no sujeito.

lente analítica, se diferencia de outro olhar, ou seja, de outro observador. Pois estes trazem consigo seu conteúdo teórico acumulado e sua experiência de vida que os atravessaram a ponto de encaminhar descrições a partir das suas vivências. Há, portanto, o olhar do observador-avaliador que possui suas manifestações e se diferenciam um em relação ao outro e existe, também, o “objeto” estudado que é multifacetado.

Um dos pontos que fica bastante claro e que Lejano (2012) elenca é que não há **neutralidade axiológica** (*Wertfreiheit*<sup>75</sup>) numa pesquisa. Tanto o pesquisador, quanto o objeto que está sendo investigado possui uma relação direta, objetiva, fundamentada em valores, sentidos e significados tanto para um, quanto para o outro. Nesse sentido, Lejano (2012) vai de encontro às ideias de Max Weber que buscou, metodologicamente, na sua obra “*A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*” (1904) sistematizar um rigor ordenado na escolha do objeto sem que os valores e as experiências dos pesquisadores incidissem neste posicionamento. Weber (2006) afirma que os imperativos que atravessam os pesquisadores que estão presentes na escolha do objeto caminharão para respostas, hipoteticamente, esperadas. Isto é, para Weber (2006), “quando a possibilidade de determinado fim parece dada, podemos considerar as consequências que decorreriam da aplicação dos meios necessários conjugada ao eventual êxito na busca do fim” (p.15). Dessa maneira, é imperioso que o pesquisador-avaliador busque, sistematicamente, ficar cada vez mais afastado das motivações que delineiam a sua pesquisa.

[...] levar essa ponderação à decisão certamente não é uma tarefa possível da ciência, mas do homem dotado de vontade: ele sopesa e escolhe entre os valores envolvidos conforme sua consciência e sua concepção de mundo. A ciência pode ajudá-lo a tornar-se consciente de que todo agir, e naturalmente também o não agir, significa nas suas consequências assumir posição em favor de determinados valores e, assim, regularmente contra outros – o que hoje tanto se aprecia ignorar. A ele cabe a escolha (WEBER, 2006, p.16).

Weber (2006), neste sentido, atribui ao pesquisador as suas preferências motivadas ou não por seus interesses ao afirmar que “a ele cabe à escolha” (p.16). Além disso, nesta sua primeira obra onde desenvolve e sistematiza esse distanciamento do pesquisador com o objeto, o faz dando possibilidades metodológicas para a tomada de decisão do pesquisador. Sentencia (2006: 16):

O que lhe podemos oferecer além disso para a sua decisão é o *conhecimento do significado* daquilo que almeja. Podemos ensinar-lhe a conhecer os fins que deseja e

<sup>75</sup> *Wertfreiheit* é a palavra alemã escrita nos textos de Max Weber que foi traduzida para o português como sendo “neutralidade axiológica”. Está presente nos textos “*A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e Políticas*” (1904), bem como no texto “*O sentido da neutralidade axiológica das Ciências Sociológicas e Econômicas*” (1918) e no livro “*A ciência como vocação*” (1919).



entre os quais escolhe conforme suas conexões e sua importância, em primeiro lugar mediante a demonstração e o desenvolvimento logicamente coerente das “ideias” que estão, ou poderiam estar, na base do fim concreto. Pois é sem dúvida uma das tarefas mais essenciais de qualquer ciência da vida cultural humana abrir à compreensão intelectual essas “ideias” pelas quais real e supostamente se lutou e se luta (WEBER, 2006, p.16).

Há, fortemente, uma relação entre a perspectiva da escolha do objeto de estudo a partir das ideias de Max Weber (2006) e o modelo utilitário, onde tudo é substanciado no plano da utilidade e objetividade. Em tempo, de acordo com Lejano (2012), neste quadro, não há espaço para pensar a importância da experiência que os sujeitos, tanto pesquisador, quanto pesquisado, possuem e carregam consigo. O conteúdo da vivência é “uma teoria estruturada na qual aspiramos sair do plano da redução e aproximarmo-nos do complexo corpo de experiência (p.206)”.

Essa questão metodológica é reconfigurada quando Lejano (2012) afirma a centralidade do contexto para entender o texto. Contudo, com o passar do tempo, surgiram movimentos metodológicos que separavam a formulação da política com a parte referente à sua implementação. Dessa forma, cada vez mais o processo de produção de políticas públicas foi sendo dificultada a partir do momento que começaram a recortar ou, compartimentar, a política. É preciso entender, afirma o teórico, que as partes referentes à produção ou criação de uma política pública se integram numa conexão de sentidos. Dito isso, desmembrar a política é como olhar para um fragmento de um retrato e não conseguir evidenciar o que está pintado ou desenhado no quadro.

A experiência dos sujeitos envolvidos na política ganha centralidade para entender sua criação, implementação, desenvolvimento, modificação. Dialogar, compartilhar informações, escutar a pluralidade de vozes são elementos centrais que Lejano (2012) atribui para que a política possa ser capturada em seus mais diferentes níveis ou camadas<sup>76</sup>. O teórico propõe um modelo de avaliação onde possa,

[...] descobrir diferentes aspectos de uma situação e integrar diferentes tipos de conhecimento. Em uma frase, o que queremos é uma “descrição densa”. Também sabemos que política é o que emerge de um processo e não é anterior à ação (ou implementação). A formulação de uma política ocorre em meio à ação em uma espécie de aprendizado embasado. Essa fusão da formulação da política com sua implementação é provavelmente melhor descrita pelo termo “ação política” (LEJANO, 2012, p.208).

---

<sup>76</sup> Para entender essa dimensionalidade que possui a vida social e, também, a política pública, Lejano (2012) utilizou em sua obra um desenho multiforme para demonstrar que os processos da vida social que são representadas/desenhadas através do nome de políticas possuem vários níveis de entendimento, camadas, nuances. A analogia é pertinente para dizer que necessitamos observar essas pluralidades de dimensões: quer seja no plano da moral, dos sentidos, das experimentações, bem como normativos (p.206-207).

Lejano (2012) consegue, por meio das aproximações com a antropologia <sup>77</sup>, a partir dos estudos de Clifford Geertz<sup>78</sup>, suas bases conceituais, teóricas e metodológicas para criar elementos para o seu modelo avaliativo. Deste autor, ele trouxe a importância que a cultura possui para explicar o contexto. Além disso, encontra na etnografia os elementos necessários para a sua prática avaliativa. Geertz (2017) afirma que “praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (p.04). Ainda sobre a etnografia, Geertz (2017) vai pontuar:

O ponto a focar agora é somente que a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem de, de alguma forma, primeiro empreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentescos, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (p.07).

Soma-se a isso a técnica da “descrição densa”<sup>79</sup> que o antropólogo tomou emprestado do filósofo Gilbert Ryle<sup>80</sup>. Conforme Geertz (2017) a descrição densa está contida na etnografia e possui três características: **é interpretativa**; “o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (2017:17). O que os antropólogos realizam são interpretações das relações que os indivíduos criam entre si. É trazer o sentido ou significado que está estar por traz dos interesses das manifestações dos sujeitos. Além disso, ela **é microscópica**. Ou seja, o antropólogo deve estar atento as mais minuciosas relações que são criadas e, para isso, precisa ser sensível aos acontecimentos que muitas vezes passam despercebidas pelo olhar do sujeito comum. É necessário que o

<sup>77</sup> A perspectiva metodológica de avaliação de Lejano (2012) está profundamente fundamentada em elementos teóricos e metodológico oriundo da ciência antropológica.

<sup>78</sup> Clifford Geertz é um antropólogo que trabalha na perspectiva do simbólico ou cultural. É um dos grandes, senão o maior teórico dessa corrente que se empenha, como ele mesmo menciona, “extensivamente nas áreas do desenvolvimento econômico, da organização social, da história comparada e da ecologia cultural [...] um tratado de teoria cultural, desenvolvido por meio de uma série de análises concretas” (2017:01). Ver: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

<sup>79</sup> Clifford Geertz (2017) tomou emprestado o conceito da técnica denominada de “descrição densa” do filósofo Gilbert Ryle. Com afirma Geertz, “[...] a discussão de Ryle sobre *descrição densa* aparece em dois ensaios de sua autoria (ora reimpressos no segundo volume de seus *Collected Papers*) e dirigida ao tema genérico sobre o que, como ele diz, o “*Le Penseur*” está fazendo: “Pensando e Refletindo” e “O pensar dos Pensamentos” (2017: 05)”.

<sup>80</sup> O que Geertz (2017) faz com a técnica da “descrição densa” é aperfeiçoar, expandir e dar outros contornos aos já existentes trabalhos realizados pelo filósofo Gilbert Ryle.

pesquisador adestre o olhar (OLIVEIRA, 1996) para situações e ocasiões que são reveladores de significados. Mesmo pontuando a importância da descrição densa ser microscópica, Geertz (2017) afirma:

Isso não significa que não haja interpretações antropológicas em grande escala, de sociedades inteiras, civilizações, acontecimentos mundiais e assim por diante. Aliás, é justamente essa extensão de nossas análises a contextos mais amplos que, justamente com suas implicações teóricas, as recomenda à atenção geral e justifica nosso empenho em construí-las (p.15).

A terceira característica da técnica da descrição densa, que Lejano (2012) levou para seu modelo avaliativo, é a importância da **teoria**<sup>81</sup>. É através dela que o pesquisador refina o conteúdo encontrado na pesquisa. Por refinamento entendemos como sendo a ação interpretativa dos elementos identificados a partir de um conjunto de concepções, conceitos e teorias derivados de estudos que o pesquisador-avaliador realizou antes de ir a campo ou depois de ter colhido essas informações.

Além disso, dentro desse universo, Lejano (2012) foi capaz de descrever três elementos que não podem faltar na avaliação experiencial. O primeiro deles diz respeito “a revelação de diferentes aspectos de situações políticas que formam a experiência” (p.208). Ou seja, esse modo de olhar a realidade social leva em consideração que o sujeito é atravessado por diferentes situações, ou camadas/níveis na sua vida. Estas situações, por sua vez, possuem conotações políticas de diversas formas que revelam como o ser **humano é plural**<sup>82</sup>. Em verdade, os sujeitos se manifestam de acordo com as circunstâncias específicas e elas são reveladoras de como o contexto e suas múltiplas experiências vão pintando e moldando o ator social.

Acrescenta-se a isso, para o entendimento da criação, implementação, desenvolvimento da política a importância da “sua integração a um corpo consistente de conhecimento” (LEJANO, 2012, p.208). Essa afirmação está alinhada ao olhar que o teórico possui da realidade, isto é, da pluralidade e variadas dimensões que ela possui. Com efeito, necessitamos de conhecimento de diversas áreas do saber para entender as implicações da política na vida das pessoas. Olhares teóricos advindos de múltiplos saberes são importantes

<sup>81</sup> Sobre a importância da teoria, Geertz (2017) afirma que existe “uma série de características de interpretação cultural que tornam mais difícil o seu desenvolvimento teórico” (p.17). Para ver a série de características sobre a importância da teoria, ver: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

<sup>82</sup> Lejano (2012) e Lahire (2004) se aproximam ao revelar que o ser humano desempenha diversos papéis na sociedade de acordo com as circunstâncias. Os dois estão a falar sobre a pluralidade dos sujeitos. Lahire (2004) escreve um livro que denomina de **homem plural** para demonstrar os diversificados seres humanos que há em um único ser humano. Isto é, o ser humano é plural por desempenhar vários papéis na sociedade. O ser humano, em outras palavras, é um **ator social**: onde tira e coloca a roupa de acordo com o contexto no qual está inserido.

para ampliar o leque de possibilidades de interpretação para chegarmos mais próximo possível de uma descrição que reflita o objeto em estudo.

Como parte integrante da formulação do seu corpo teórico, que trouxe da antropologia, Lejano (2012) afirma a pertinência da “ligação das prescrições e da ação a essa descrição densa do contexto político (p.208)”. Detalhar de maneira minuciosa o contexto político é fundamental para a apreensão de articulações, relações, vínculos, associações entre o que está escrito, normativamente, e as ações que são colocadas na prática no desenvolvimento da ação política. Dito isso, a fundamentação da necessidade da descrição está no centro da metodologia de Lejano (2012) ao afirmar que o “conhecimento experiencial é a própria realidade. O que se precisa, segue-se, é uma analítica que possa trazer a diversidade e a riqueza dessa experiência e conectá-la firmemente ao processo político” (p.210).

Lejano (2012) também foi bastante influenciado pelos trabalhos da fenomenologia<sup>83</sup> de Husserl (1978), ao trazer a experiência como central para entender como os indivíduos agem e como a avaliação das políticas públicas deve ser conduzida. Afirma, a partir daqueles, “que a essência do significado encontrava-se não na observação do objeto pelo sujeito, como na análise clássica, mas na experiência, cognição e impressão” (p.209), como abaixo:

Nesse modelo de pensamento, experiência é tudo e de maneira correspondente, o analista precisa fazer um esforço para penetrar nas descrições puras da experiência, seja a do observador ou a do participante. Em vez de buscar o *summum bonum* dos racionalistas ou dos utilitarista-empiristas, o fenomenologista busca a pura descrição da cotidianidade – a autenticidade que se busca ao refletir sobre os relacionamentos de alguém com as entidades do mundo. A essência da análise, no contexto fenomenológico, é pura descrição (LEJANO, 2012, p.209).

Um importante elemento para a análise da política está na afirmação que o teórico faz de que “tratamos contextos políticos como fenômenos que só podem ser compreendidos por alguém que os tenha experimentado” (p.210). A partir desse argumento, Lejano (2012) cita Paulo Freire como sendo um expoente na área da educação que modificou a maneira clássica na transmissão do conhecimento. Freire<sup>84</sup>, afirma Lejano (2012), construiu um modelo educacional onde o “especialista” e o “praticante” aprendem juntos. Não há, portanto, como nos modelos anteriores, onde o sujeito-professor<sup>85</sup> era repositório de conteúdo que tinha

<sup>83</sup> A fenomenologia estuda aquilo que é “mostrado”, “visível” a nós. Só podemos entender a realidade a partir dos fatos e acontecimentos que podemos enxergar. Ela é a ciência dos fatos, do que é mostrado.

<sup>84</sup> Lejano (2012) não pontua no seu trabalho a data da obra de Paulo Freire.

<sup>85</sup> Nota do autor ao denominar “professor”. Lejano (2012) utiliza a denominação de “especialista” para nomear a função de professor e “praticante” para nomear a função do aluno.

o objetivo de transmiti-lo ao praticante-aluno tudo o que teoricamente sabia. Pelo contrário, para Paulo Freire<sup>86</sup>, tanto o professor quanto o aluno aprendiam juntos com as experiências que cada um traz consigo.

Ao falar da obra de Paulo Freire, o teórico está a falar sobre o papel do analista-avaliador. Para ele “a noção de especialista pode ser modificada para servir melhor a essa conceitualização. Em vez de eliminar a noção do “analista” externo de uma vez, a análise política foi influenciada por descrições do pesquisador mais como etnógrafo do que um observador objetivo” (p.210). Para Lejano (2012: 211):

O analista visa chegar mais perto da experiência da pessoa pela abertura da análise a diferentes conhecimentos e representações, sem pretender ter para sempre a completa competência de ser um “nativo”. Aqui, “competência” significa a entrada em diferentes mundos experienciais pela aproximação a eles por meios diferentes, por exemplo, entrevistas, pesquisas de artefatos escritos, técnicas de observação participante, etc.

Com efeito, a partir da reflexão e seu posicionamento, Lejano (2012) foi capaz de construir seu modelo avaliativo denominado de *experencial*, onde os principais elementos são estes: a) **descrição densa de situações políticas**. Conforme o teórico é “preciso trazer diferentes aspectos, perspectivas e dimensões (...) isto é, encontrar modelos de questionamentos que permita acessar diferentes formas de conhecimento”. b) **o saber e a política emergem de um processo que inclua a ação**. Afirma que essa proposição “motiva projetar fóruns políticos que possibilitem a convergência de perspectivas (...) entre as partes interessadas que são diretamente afetadas pela política”. c) **contextualidade e complexidade das situações políticas**. Ele considera as “diversas estratégias, políticas híbridas, soluções locais e práticas inovadoras”. (p.211).

Para além dos elementos descritos acima como fundamentação do modelo avaliativo intitulado de *experencial*, Lejano (2012) pontua regras que orientam o pesquisador no processo de avaliação:

REGRA 1: Os atores políticos devem ter a liberdade de fornecer suas perspectivas sem desfazer a estruturação do analista (ou moderador) e outros no processo.

REGRA 2: Caminhos para reflexão conjunta devem ser desenhados no processo de modo que essas perspectivas múltiplas sejam acessadas, comparadas e, talvez, integradas a uma narrativa política coerente.

REGRA 3: Os atores políticos deveriam ter múltiplos espaços para apresentar sua experiência, possibilitando assim a emergência de diferentes facetas da mesma.

REGRA 4: Em um determinado momento do processo, os atores políticos deveriam estar engajados de forma tal que o conhecimento gerado é conectado à ação.

---

<sup>86</sup> Para saber mais sobre a metodologia freiriana ver as obras: “*Pedagogia do oprimido*” e “*Pedagogia da autonomia*”. É preciso salientar que Freire escreveu dezenas de livros que possuem uma relação entre si, a partir dos seus modelos e teorias.

(LEJANO, 2012, p.213).

Apropriando-se criticamente das regras estabelecidas pelo teórico que caracterizam o seu modelo avaliativo, vamos perceber que ele está preocupado com o distanciamento que há entre o sujeito, que é alvo da política, com o desenvolvimento desta. Quando afirmamos a questão do desenvolvimento da política, afirmamos o momento do desenho ou construção, sua implementação, avanços e recuos e o resultado. Todas essas etapas, para Lejano (2012), deve envolver o público-alvo.

Uma das aproximações<sup>87</sup> entre Lejano (2012) e Lahire (2004), reside na técnica da obtenção dos dados por meio da entrevista. Ambos estabelecem como sendo a mais adequada para o desenvolvimento da política, a utilização da **entrevista aberta**. Esta possibilita a abertura e liberdade necessária para que o sujeito (alvo da política) possa dar as respostas de acordo com sua vontade, sem a interferência do pesquisador-avaliador. Situa-se, portanto, como sendo a primeira parte da entrevista. Posteriormente, depois de um grande acúmulo de material empírico através da fala do entrevistado, o pesquisador deve analisar os pontos que se encontram “obscuros”, que possuem lacunas, informações incompletas ou que podem ser aprofundadas. É nesse momento que o analista, juntamente com o sujeito entrevistado, entra num processo de reflexão sobre o que foi **dito e o não dito**<sup>88</sup>.

Soma-se a isso a possibilidade<sup>89</sup> do pesquisador chegar mais próximo da realidade atribuída através das informações colhidas com o entrevistado, sujeito-alvo da política, “poder caminhar pela comunidade” (p.213). Não é uma característica que o teórico defende como sendo prioritária, mas que “se houvesse mais tempo ou paciência” pode fazê-la. Dessa maneira, Lejano (2012) pontua os seguintes conjuntos de ferramentas necessárias para a realização da entrevista: a) técnicas de observação participante; b) narrativas pessoais (por meios de entrevistas, testemunhos, etc.) c) pesquisa participativa e d) técnicas de multimídia.

A avaliação experiencial demanda do analista-avaliador uma característica específica que é o **sincretismo metodológico**. Por sincretismo metodológico, Lejano (2012) entende como sendo a ação de integrar os elementos a partir de diferentes conhecimentos. Afirma:

[...] o analista tem que tomar todo o conjunto de conhecimento e fazer esses pedaços

<sup>87</sup> Essas aproximações, relações e diferenças entre a contribuição das perspectivas *experienciais* e do *retrato sociológico* estão contidas na parte referente à criação de uma proposta avaliativa do *modelo do retrato experiencial*.

<sup>88</sup> Sobre o “dito e o não dito”, ver a obra do Marcel Mauss denominada de “*Sociologia e antropologia*”, editora UBU, 2017.

<sup>89</sup> Este é o termo utilizado por Lejano (1961), ou seja, “**possibilidade** do entrevistado caminhar pela comunidade” (p.213).

diferentes se encaixarem. É uma atividade que busca *recriar a integridade da experiência da pessoa* (grifo nosso), não em diferentes parcelas de informação ou em planos separados de informação, mas como um todo coerente (LEJANO, 2012, p.214).

Ademais, o teórico afirma a importância da **ação de integração** das partes que foram trabalhadas para formar um todo coerente para o conhecimento aproximado da realidade através da experiência. Dito isso, a integração, que significa “o processo pelo qual diferentes aspectos de uma situação e diferentes formas de conhecimento são considerados como um todo e usadas para compreender toda a ação política” (LEJANO, 2012, p.215) faz parte do arcabouço teórico da análise ou avaliação da política e pode ser desenvolvida através das seguintes formas:

**Metanarrativa.** Envolve procurar uma narrativa mais elevada e abrangente que combine e contenha as diferentes partes do conhecimento. **Composição.** Nesse modo de integração, um meio adequado é encontrado ou construído, no qual os diferentes conhecimentos são apresentados juntos, como um todo unificado. **Triangulação.** Diferentes tipos de corpos de conhecimento podem coincidir e corroborar as mesmas conclusões em um processo geralmente conhecido como “triangulação”. **Testemunho.** Envolve uma avaliação reflexiva de um ator político que está bem no centro da situação. **Ação.** Os diferentes conhecimentos podem ser usados para sustentar rotas de ação. A ação pode resultar de uma consideração sobre todo o conhecimento relevante (LEJANO, 2012, p.214).

Desta maneira, temos as possibilidades de integração do conhecimento para uma avaliação experiencial, adquiridos pelo pesquisador. Quando menciona a possibilidade de realizar uma metanarrativa, Lejano (2012) está afirmando a execução da construção de uma descrição da situação da política de maneira abrangente, sem compartimentar ou fragmentar. Ou seja, uma avaliação que prioriza todos os conhecimentos que possam existir na política: quer seja normativo ou que atravessa o indivíduo ou sujeito alvo da política, culminando com sentidos e significados fornecidos através de relatos por aqueles. Por conseguinte, cria-se uma narrativa abrangente ou geral sobre a política. A composição visa estabelecer uma única perspectiva de descrição. Resume-se o conhecimento adquirido, mas conectando-os para que se estabeleça uma coerência. Na triangulação, por sua vez, objetiva-se fornecer os achados que se conectam, comparando os elementos comuns. Contudo, áreas que não se encaixam ou não corroboram com similaridades são deixadas em segundo plano. Além disso, podem ocorrer situações nas quais os três elementos integrativos acima não conseguem captar o conteúdo necessário para a avaliação. Dessa forma, o testemunho de uma pessoa pode prover lacunas para a compreensão de determinado objetivo. A ação é realizada quando um grupo de pessoas, por exemplo, o público-alvo, utiliza-se do seu conhecimento para explicar determinada atitude ou tomada de decisão. Através dela, o pesquisador pode entender as

orientações e motivações que foram desenvolvidas para a execução de uma atividade.

Esses são os principais elementos teórico-metodológicos que compõem a avaliação experiencial de Lejano (2012). Com centralidade na experiência dos sujeitos, ou público-alvo da política, o teórico avança na aplicação de um olhar que até então não era considerada, por exemplo, as várias faces de uma política a partir da vivência e os possíveis sentidos e significados interpretados pelos próprios sujeitos.

### 3.2 Contribuições Metodológicas do Retrato Sociológico

A obra de Lahire (2004), denominada “*Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*”, foi fruto de uma pesquisa que começou no ano de 1998 até os anos 2000<sup>90</sup>. Trata-se de uma metodologia “nova”<sup>91</sup> no campo científico se comparada a de outros pesquisadores. Nova no sentido de ser recente, onde muitos estudiosos ainda não possuem conhecimento ou familiaridade com as suas disposições: elementos, concepções e conceitos.

O cerne do trabalho de Lahire (2004) está na criação de retratos sociológicos<sup>92</sup> dos sujeitos sociais a partir “daquilo que o mundo social refletiu nelas” (p.07). Eles são construídos levando em consideração as várias experiências, que se tornam singulares por possuir elementos específicos, em situações particulares, os quais foram capazes de construir trajetórias, denominadas de retratos, sobre suas vivências.

Lahire (2004) afirma que esta metodologia preenche uma lacuna quando da “ausência de trabalhos que se dedicassem ao estudo dos mesmos indivíduos, em diversos cenários” (p.08). Quando fala sobre diversos cenários está a falar de práticas particulares como os contextos onde são desenvolvidas relações familiares, escolares, profissionais, lazer e demais situações específicas.

[...] das disposições, atitudes ou relações gerais com o mundo, *supostamente*

<sup>90</sup> De acordo com Lahire (2004), a pesquisa que resultou na criação da metodologia do retrato sociológico começou nos anos de 1998, “financiada pelo Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)” (p.07).

<sup>91</sup> A validação de um modelo científico, afirma Karl Popper (2013), requer tempo. Essa aprovação necessita, por exemplo, da validação dos seus pares na academia. O seu uso, por inúmeros pesquisadores dão conta de que o modelo criado ganhou espaço no fazer científico. Deste modo, podemos afirmar que a criação de Lahire (2004) é relativamente “nova” porque possui pouco mais de vinte anos. Ver: POPPER, Karl. “*A lógica da pesquisa científica*”. Tradução Leonidas Hegenberg, Octanny Silveira da Mota. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

<sup>92</sup> Mesmo com a denominação de sociológico, Lahire (2004) fala sobre a importância que o departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade de Louvain-la-Neuve (UCL, Bélgica) possuíram para a realização desta obra, principalmente os trabalhos de Jean-Claude Passeron, que muito trabalho com Pierre Bourdieu. Portanto, a elaboração intelectual de Lahire (2004) possui influência tanto da sociologia quanto da antropologia.



*transferíveis de um contexto ao outro* (grifo nosso) (domínios ou subdomínios de práticas, tipo de interação...), bem como a necessidade de novas exigências metodológicas para apreender a variação social dos comportamentos individuais, segundo os contextos e ação. A preguiça empírica e o demônio da generalização abusiva mencionados foram substituídos pela pesquisa, que deu origem à presente obra, por um alto grau de exigência empírica e por um *desejo de contextualização* (grifo nosso) e comparação entre comportamentos (LAHIRE, 2004, p.09).

Para Lahire (2004), o sujeito social consegue transferir e levar consigo as experiências que o atravessaram em determinado contexto para outro. Em outras palavras, o conhecimento adquirido numa situação molda o indivíduo e é levado por este para outros contextos em outras vivências cotidianas. Soma-se a isso o fato do teórico, assim como Lejano (2012), de se opor as generalizações como os modelos totalizantes<sup>93</sup>, e centrando a análise da vida social do sujeito a partir das experimentações advindas dos contextos.

A partir desta perspectiva que Lahire (2004) concebe a existência do indivíduo, que possui duas composições, uma biológica e a outra social. Esta última, por sua vez, faz parte de uma construção desde o momento que o sujeito nasce. Os elementos nos quais o sujeito percorre seu caminho, as condições de existência, a educação e cultura dos pais, familiares e demais pessoas que estão a sua volta nas diversas fases da vida, vão impelir **modos de ser** e se comportar e reproduzir. Dito isso, a metodologia do Lahire (2004) está no panorama individual ou micro, mas necessitando da composição do contexto para desenhar quem é o sujeito social que se formou, é e está se transformando de agora em diante.

[...] constatei progressivamente que um indivíduo – objeto construído, inatingível como tal – podia ser definido como uma realidade social caracterizada por sua possível (provável) complexidade disposicional, que se manifesta na diversidade dos domínios de práticas ou cenários nos quais esse indivíduo insere suas ações. A complexidade começa a partir do momento em que se dispõe para um mesmo indivíduo, de pelo menos dois comportamentos a serem comparados em contextos diferentes (LAHIRE, 2004, p.09).

Neste sentido, para Lahire (2004), hipoteticamente, o indivíduo se manifesta de maneira diferente em diferentes contextos. Contudo, carrega dentro de si o que ele denomina de **disposição**<sup>94</sup>, que significa “na análise das práticas ou comportamentos sociais, o passado incorporado dos atores sociais” (p.21) ou, “uma realidade reconstruída através da interpretação” (p.27). Isto é, a totalidade complexa das experimentações que os sujeitos vivenciaram em diferentes contextos. Essas disposições estão latentes, podendo ser visíveis e

<sup>93</sup> “*Modelos totalizantes*” são teorias que tentam explicar os fenômenos da sociedade a partir de um único viés. São grandes sistemas de pensamento que buscam engobar e engendrar os acontecimentos a partir de uma única perspectiva.

<sup>94</sup> O principal conceito de Lahire (2004) é a *disposição*, como estar empregado no primeiro capítulo da obra “*Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*” denominado de “Estar disposto”. Esse conceito foi muito influenciado pela produção intelectual de Pierre Bourdieu.

manifestadas em qualquer situação. Por exemplo, quando alguém se expressa no trabalho através de ações, atitudes e modos de ser peculiar do ambiente familiar. Com efeito, advindo dessa complexidade que são as várias facetas do indivíduo, o pesquisador afirma que “é impossível compreender de forma exaustiva o que há de mais singular em cada indivíduo” (p.09).

De alguma maneira, cada indivíduo é o “depositário” de disposições de pensamento, sentimento e ação, que são produtos de suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos duradouras e intensas, em diversos grupos (dos menores aos maiores) e em diferentes formas de relações sociais (LAHIRE, 2004, p.10-11).

Para Lejano (2012), a composição da vida do sujeito pode ser compreendida através de várias camadas (p.205). Assim também pensa Lahire (2004) ao afirmar que o indivíduo é o “conjunto de suas relações, compromissos, pertencimentos e propriedades, passados e presentes. Nele sintetizam-se ou se combatem, combinam-se ou se contradizem, articulam-se harmonicamente ou coexistem de forma mais ou menos pacífica, elementos e dimensões da sua cultura” (p.11).

As dimensões de que fala o pesquisador estão reunidas por meio do conceito da cultura. A partir desse conceito, Lahire (2004) está a falar sobre a família, as práticas escolares, religião, trabalho, universo da moral, profissional e demais outros espaços que o sujeito necessita para viver. Desse modo, questiona como o mundo **social**<sup>95</sup> é construído, uma vez que o sujeito faz parte desse espaço generalista<sup>96</sup>. Em tempo, faz menção a compartimentação do conhecimento, ou especialização, através da divisão que a ciência realiza (2004: 11).

[...] o mundo social é construído de tal maneira que não segue essas mesmas divisões científico-institucionais; o mesmo indivíduo é, ao mesmo tempo, escolarizado, protestante, artesão e assim por diante. “Cada indivíduo”, escreveu Erving Goffman<sup>97</sup>, “diferencia-se de todos os outros” e “em torno desses elementos de diferenciação há um registro único e ininterrupto de fatos sociais ligados a eles [...]”.

Lahire (2004) traz em sua obra um estudo de oito casos<sup>98</sup>, construídos a partir e

<sup>95</sup> Sobre a criação do “setor social” ou “espaço social”, importante para situarmos o sujeito da proposta metodológica do *retrato experiencial*, denominado de **agente social**.

<sup>96</sup> Lahire (2004) critica as abordagens generalistas, totalizantes. Mas não deixa de afirmar que todo conhecimento é importante para conhecer o sujeito, até aqueles que são limitados (ele pontua as limitações das generalizações). Não à toa que o prólogo do seu trabalho – *retrato sociológico* – começa com uma citação de Karl Marx.

<sup>97</sup> Erving Goffman é conhecido por sua contribuição intelectual no campo da antropologia. Entre os seus principais trabalhos destacamos as obras: “*Manicômios, prisões e conventos*”, editora perspectiva, 2019. “*Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*”, editora LTC, 2015.

<sup>98</sup> Lahire (2004) desenvolveu oito estudos de casos colhendo informações a respeito destas pessoas a partir de seis incursões, isto é, seis entrevistas com cada um destes, sobre assuntos já mencionados para a criação dos

uma mesma perspectiva criada por ele onde leva em consideração: escola, família, trabalho, amigos, lazer, atividades culturais, esporte, alimentação, saúde, vestimenta, entre outros espaços em que o sujeito desenvolveu suas experimentações. Como afirma, “esses estudos de caso não são simples ilustrações de contextos teóricos, mas mostram esquemas interpretativos na prática” (p.12).

Toda construção metodológica de Lahire (2004) é oriunda desse olhar que é permeado pelas disposições sociais de ordem familiar, amistosa e profissional. Por familiar entende-se como sendo a constelação de relações que ocorre desde quando o ser humano nasce, a partir da família nuclear<sup>99</sup> (ROUDINESCO, 2003) e ampliada. Quando se reporta às disposições de ordem amistosa, está a falar das relações que são criadas fora do ambiente familiar, como amigos, colegas e conhecidos, em diferentes contextos. Ao mencionar o espaço conferido ao trabalho cita os vínculos da construção de um ser humano na perspectiva formal, como escola, demais instituições e atividades laborativas, como abaixo:

Ao captar as razões das variações intra-individuais dos comportamentos e a complexa articulação dos patrimônios de disposições individuais e dos contextos de seu desencadeamento ou de seu estado de vigília, compreenderá o que muitas vezes é inexplicável na vida comum e às vezes provoca sofrimento. Pois não há nada mais social, mais compartilhado por todos, do que os “problemas” ditos “pessoas” (consciência de culpa, incompreensão, frustração, mal-estar, depressão...): produtos das numerosas defasagens entre o que somos (o que o mundo social refletiu em nós) e o que as situações exigem de nós (e que nem sempre estamos dispostos a “dar”); produtos dos diversos enfrentamentos, confrontos ou acomodações (mais ou menos forçados) a pessoas com disposições contraditórias; produtos do fato de não ter saciado inclinações constituídas pelo passado e que nem sempre podem se exprimir; produtos, finalmente, da incompatibilidade dos investimentos em diferentes esferas de atividade (familiares, profissionais, amistosas, culturais...) (LAHIRE, 2004, p.11).

A partir do fragmento acima, o ser social é produto dos múltiplos atravessamentos, em todos os campos<sup>100</sup> da vida, sendo produzido e reproduzido a partir das

---

oito retratos sociológicos.

<sup>99</sup> A partir de Roudinesco (2003) a “família nuclear” se caracteriza pela sua constituição, ou seja, pelo pai, mãe e filhos. Mas afirma que essa composição, conforme mudam os interesses dos sujeitos, muda sua forma de ser, principalmente na busca por visibilidade dos casais lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, entre outras identidades. A “família ampliada”, por sua vez, dizem respeito à constituição da família pelos pais, filhos, tios, primos e avós. Ver a obra: ROUDINESCO, E. *“A família em desordem”*. Zahar: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>100</sup> O conceito de “campo” de Bourdieu a partir de Bernard Lahire pode ser definido da seguinte maneira: “Um campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo. As práticas e estratégias dos agentes só se tornam compreensíveis se forem relacionadas às suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes, encontra-se a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão do estado da relação de forças existentes: as primeiras são mais frequentemente as estratégias dos dominantes, enquanto as segundas correspondem às dominadas (e, entre eles, mais particularmente, dos “recém-chegados” no campo). Essa oposição pode assumir a forma de um conflito entre “velhos” e “novos”, “ortodoxos” e “heterodoxos”, “conservadores” e “revolucionários”, etc. (LAHIRE, 2017, p.65) Ver: *Vocabulário Bourdieu/Afrânio Mendes Catani* [et al.]. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

suas experiências consigo, com o outro e com as diversas e difusas situações contextuais. Conforme o teórico, nem sempre o sujeito dará as respostas necessárias quando em determinada situação, justamente porque não foi vivenciada anteriormente, ou seja, é uma situação desconhecida. E, assim, o sujeito é confrontado com uma nova “descoberta” que irá fazer parte do seu repositório de conteúdo que o molda. De acordo com Lahire (2004), “das relações entre o que interiorizamos (através de nossa experiência de mundo) e o que enfrentamos continuamente como novas situações, dificilmente aprendemos a nos conhecer, por vezes nos surpreendemos e, em todos os casos, nunca somos detentores de uma espécie de verdade pessoal” (p.13). A centralidade do trabalho de Lahire (2004: 20) reside em,

[...] avaliar a rentabilidade científica de todo um léxico conceitual disposicional, por meio de uma pesquisa concebida para atualizar e interpretar as variações contextuais dos comportamentos e atitudes de indivíduos singulares (variações intra-individuais).

O trabalho de Lahire (2004) possui duas dimensões: a primeira diz respeito à profunda **reflexividade** que realiza para a construção do retrato do sujeito. O objetivo é criar o ponto de vista que deu alicerce a construção do objeto. Segundo, diz respeito à composição através do viés científico que possibilitou chegar próxima à realidade ou a criação de uma versão da realidade. Além disso, ressalta que o dispositivo metodológico é inédito porque trazem vários e “diferentes domínios de atividade ou distintas dimensões da vida social, com os mesmos entrevistados” (p.20).

Ressalta-se que a metodologia de Lahire (2004) está contida no âmbito experimental, como mostra o tomo primeiro, do capítulo um (1) que denomina de “*uma sociologia experimental*”. Esta perspectiva se aproxima do quadro metodológico criado por Lejano (2012) ao conceber a centralidade da sua construção intelectual a partir da *experiência*. Lahire (2004) chega a denominar seu conceito central de *disposição experimental*, ao afirmar que o retrato sociológico é formado “pelo passado incorporado pelos indivíduos socializados” (p.21). Mais a frente ele afirma que “não pretende atualizar determinações que, inseridas de uma vez por todas nos agentes, orientariam suas ações seja qual for à situação em que se encontrem”. Trata-se, pois, de um modelo que, assim como o de Lejano (2012) tem na experiência, nas práticas cotidianas, passadas e presente e que influenciará as tomadas de decisões no futuro, em qualquer contexto. Ele afirma:

[...] a sociologia disposicional pressupõe um mínimo de aplicação, pelos atores dos princípios que regem suas ações, do princípio de não-consciência. Na verdade, uma disposição só se revela por meio da interpretação de múltiplos traços, mais ou menos coerentes ou contraditórios, da atividade do indivíduo estudado, sejam eles produto da observação direta dos comportamentos, do recurso ao arquivado, ao questionário

ou à entrevista sociológica. Ao considerar uma série de informações relativas à maneira como o ator se comporta, age e reage em diversas situações, o sociólogo tenta formular o princípio que dá origem a esses comportamentos. Poderíamos, inclusive, dizer que estes se tornam indicadores das disposições que devem ser nomeadas progressivamente. Em todos os casos, embora seja suficientemente consciente para nos descrever o que faz, o ator não tem consciência das determinações internas e externas que o levaram a agir como agiu, a pensar como pensou, a sentir como sentiu... Em suma, não podemos pressupor que o ator possua as chaves (disposicionais e contextuais) do que o faz agir (LAHIRE, 2004, p.23).

A partir do que afirma acima, podemos denotar que os sujeitos não possuem a noção de como determinada ação colocada em prática, se originou. Neste sentido, afirma o teórico, a função que rege o profissional do saber é dar o entendimento e sentido as raízes que originaram as manifestações dos sujeitos e o que eles são a partir dos atributos disposicionais. Portanto, cabe ao profissional realizar o trabalho interpretativo ao construir as ações dos atores. Dito isso, afirma que o técnico<sup>101</sup> “realiza um trabalho interpretativo com base naquilo que o ator lhe diz ou do que pôde observar ou reconstruir indiretamente por meio de seu comportamento” (p.23).

É importante salientar que Lahire (2004) defende uma *sociologia das representações* – imaginárias e simbólicas – (p.24) ante uma “sociologia do real”. Para ele, a realidade é uma criação a partir do conteúdo que o pesquisador traz na sua bagagem contido no material empírico colhido. Contudo, aponta que o sociólogo “não deve escolher seus ‘objetos’ (em todos os sentidos do termo); tem de se deixar guiar pelos deslocamentos dos atores no mundo em que habitam” (p.24).

Para Lahire (2004) o pesquisador possui o que ele denomina de “duplo destino” (p.24): ou seja, ele deve colocar em prática a sua avaliação a partir do seu conhecimento científico, conjugado com o conhecimento e validação da interpretação do pesquisador pelos pesquisados. Essa associação de interpretações produzirá um material a partir de dois olhares, o da ciência e da vida cotidiana.

Em alguns casos, os pesquisados podem ter o direito de rejeitar certas interpretações e de desempenhar um papel na validação das teses científicas. Os sociólogos também devem submeter suas interpretações sociológicas aos grupos de atores com os quais trabalham, e os atores, por sua vez, “são incitados a interpretar as análises dos sociólogos e a reagir a elas” [...] o pesquisador pode considerar que sua análise é “falsa”, se tiver sido rejeitada como “não provável por aqueles mais capacitados para discutir o fato” (LAHIRE, 2004, p.24).

Apropriando-se criticamente da citação acima, o que o autor afirma é que existem

---

<sup>101</sup> Lahire (2004) utiliza a denominação de “sociólogo”, “profissional”, “profissional do saber”, “técnico”, “antropólogo” em referência ao sujeito que possui as bases teóricas e metodológicas para a construção do retrato sociológico. Todas estas denominações são utilizadas como sinônimas, não possuindo diferenciações, por menor que seja, entre uma e outra.

vários ângulos de como olhar determinada questão. Soma-se a isso, o fato do conhecimento científico ser mais um conhecimento entre os que existem, por exemplo, a experiência do saber popular. Dito isso, Lahire (2004) afirma a importância de, depois de realizar a avaliação, por exemplo, as trajetórias de vida que incide no ambiente de trabalho, validar essa interpretação a partir do olhar do pesquisado.

Importante salientar que a interpretação dada pelo pesquisador, com bases científicas, diante da não “aceitação” de afirmações, nexos, sentidos, das ações dos pesquisados, não deve se intimidar com o “não” ou o “sim”, optantes por estes. Conforme o teórico, os sujeitos tendem a questionar e a negar sentidos não apropriados ou de cunho “negativo” atribuído a si. Logo, afirma que “essas reações dos pesquisados aos produtos da pesquisa não devem deixar insensível o pesquisador [...] este deveria poder compreendê-las, no seio de seu modelo de inteligibilidade, como indicações de certas características de sua análise e, inclusive, poderia se enriquecer com este fato” (2004: 24). Lahire (2004) busca em Max Weber<sup>102</sup> a compreensão e a importância do conhecimento científico para elucidar ações e criar nexos de sentido ao estudar as ações dos sujeitos.

Isso sucede porque as representações, em parte, constituem as práticas, porém não contam essas práticas. Se uma ciência do mundo social é possível, isto pode acontecer por meio da interpretação (a objetivação, a comparação, o corte etc.) daquilo que fazem e dizem os atores, o que desemboca obrigatoriamente em um discurso diferente daquele que estes são capazes de fazer de forma espontânea. Nem desprezo, nem opressão, mas a pesquisa de uma verdade para além da evidência (p.25).

Afirma-se que as motivações induzidas para uma determinada ação pode ser proveniente de vários fatores (WEBER, 1971). Os atores destas ações, muitas vezes, só conseguem enxergar “apenas um valor relativo”, deixando que essas experiências sejam interpretadas por meio da ciência do mundo social. Contudo, é em Bourdieu (1979) que Lahire (2004: 25) extrai grande parte das premissas teóricas para a construção do seu modelo experimental denominado de retrato sociológico:

[...] encontramos nos trabalhos de Pierre Bourdieu o maior esforço de explicação em matéria de teoria disposicionalista da ação. Em sua obra encontram-se, especialmente, as noções de interiorização das estruturas sociais, de esquema, de disposição, de sistema de disposição, de fórmula geradora ou de princípio gerador e unificador das práticas, de *habitus*, de transponibilidade ou transferibilidade dos esquemas ou disposições.

A criação do modelo de Lahire (2004) pode levar o pesquisador a criar esquemas

---

<sup>102</sup> Max Weber desenvolve o que denominou de *sociologia compreensiva*. Para ele, é preciso entender os nexos causais das vontades, das ações, das motivações dos sujeitos que, em certa medida foi agenciada por Lahire na construção da metodologia do retrato sociológico.

interpretativos a partir do momento que encontra ações homogêneas ou heterogêneas dos sujeitos. Contudo, reitera que os sujeitos são “atores individuais” que singularizam seu percurso. Dito de outra forma, “os atores individuais são portadores em função de seu percurso biográfico e de suas experiências socializadoras e, por outro, a análise da articulação das disposições e dos contextos”<sup>103</sup> (p.26). A partir disso, dessa especificidade que molda o retrato social do sujeito, teremos a configuração de atores que ora podem se aproximar pelas experiências vividas, bem como se distanciar. O teórico afirma o corpo de conteúdo como sendo “movediço”, em constante transformação, porque estamos a falar de pessoas e das engrenagens das relações que estas engendram no seu dia a dia.

O trabalho de Lahire (2004: 26) visou, essencialmente:

[...] estudar a variação *intra-individual* dos comportamentos, atitudes, gostos etc., segundo os contextos sociais. Essa variação foi captada em suas dimensões **diacrônica** (durante uma biografia) e **sincrônica** (nos domínios de práticas diferentes ou em diversos microcontextos intradomínios), e tentou lhe dar um sentido a partir da combinação da pluralidade das disposições incorporadas e da pluralidade dos contextos em que os atores evoluem.

A partir disso, a pesquisa caminha levando em consideração várias situações, entre elas:

[...] a) o grau de extensão e heterogeneidade dos universos, grupos ou indivíduos frequentados; trata-se de ver especialmente se o pesquisado sofreu uma exposição (mais ou menos precoce) a contextos socializadores (instituições, grupo) ou a indivíduos (pais com disposições sociais diferentes, membros da família, pessoas próximas das famílias, amigos, professores, agentes de instituições culturais ou religiosas. b) a variação diacrônica das disposições, em função dos momentos no percurso biográfico, e a variação sincrônica das disposições, em função dos contextos (atualização específica ou geral das disposições); no caso de uma dicotomia disposicional (por exemplo, disposição ascética versus disposição hedonista), isto pode dar origem a dois grandes casos de figura: 1) uma atualização de alguma dessas disposições nos diferentes domínios de práticas em que tentamos coloca-las em evidência (aqui tal disposição por todas as partes) ou 2) uma oscilação ou alternância dessas disposições de acordo com o momento, no seio do mesmo domínio. c) as crises – grandes ou pequenas – ou as tensões que podem ser reveladoras de contradições ou defasagens entre as disposições do pesquisado e as requeridas por uma situação, uma instituição... ou portadas por mesmo indivíduos frequentados; a adaptação ou ajuste progressivo das disposições ou seus estados de vigília (vividos ou não como “frustração”); os confrontos (e possíveis atritos) de disposições (LAHIRE, 2004, p.26-27).

Com efeito, estas são consideradas algumas camadas da vida social do sujeito que o pesquisador deve ficar atento para entender as teias de significados fundamentais para a criação do retrato. Em outras palavras, em um primeiro momento, devemos dar importância

---

<sup>103</sup> Aproximação entre Lahire (2004) e Lejano (2012) quando o primeiro afirma que para entender o conceito de *disposição* é preciso *analisar o contexto*. Essa relação é imprescindível para entender a raiz do surgimento da disposição e, posteriormente, suas várias formas de manifestação.

às relações mais próximas do sujeito que é o seio familiar, os familiares, amigos, colegas, conhecidos que podem ser vizinhos ou pessoas que estabelecem contato diário ou de maneira esporádica. Mas sempre tendo em mente que os contextos são específicos porque está lidando com pessoas que possuem suas particularidades. Soma-se a isso, o olhar que se deve ter em relação aos diferentes momentos que configuram a vida do sujeito, que o autor denomina de *biografia*<sup>104</sup>. Alerta para a pulsão de múltiplas disposições que podem ocorrer em determinado contexto. Isto ocorrendo, deve, o pesquisador, possuir o olhar atento e perspicaz para poder separar e entendê-las conforme o contexto. Além disso, o sujeito pode vivenciar o que o autor denomina de “crises”, “frustações”, “tensões”, “atritos” que podem ser reveladores de contextos e situações experimentadas e que podem ser reavivadas de maneira “negativa” na sociabilidade cotidiana.

A rigor, estas são as etapas que o pesquisador tem que possuir na sua mente, com um olhar e uma escuta “afinada” (OLIVEIRA, 2000) para entender que o ser humano é um homem plural e que se manifesta através das suas disposições:

Na verdade, uma disposição é uma realidade reconstruída que, como tal, nunca é observada diretamente. Portanto, falar de disposição pressupõe a realização de um trabalho interpretativo para dar conta de comportamentos, práticas, opiniões, etc. Trata-se de fazer aparecer o ou os princípios que geraram a aparente diversidade das práticas. Ao mesmo tempo essas práticas são constituídas como tantos outros indicadores da disposição [...] realmente não podemos compreender por que indivíduos com diferentes experiências socializadoras passadas reagem de forma diferente aos menos *stimuli*<sup>105</sup> externos, se não levantarmos a hipótese de que esse passado sedimentou, de alguma forma, e se converteram em maneiras mais ou menos duradouras de ver, sentir e agir, isto é, em características disposicionais: propensões, inclinações, hábitos, tendências, persistentes maneiras de ser... (LAHIRE, 2004, p.27).

Dessa forma, Lahire (2004) aponta que o conceito de disposição, “como uma abstração útil para dar conta das práticas, representações” (p.27) e vivências dos indivíduos é central para a construção do retrato. Feito isso, ele aponta importantes características, bem como limitações empíricas e em que situações metodológicas este conceito deve ser utilizado.

- 1) Toda disposição tem uma gênese que, pelo menos, podemos nos esforçar para situar (instância de socialização e momento da socialização) ou para reconstruir (modalidades específicas da socialização) [...] pressupõe que alguns pesquisadores dediquem uma parte de seus trabalhos ao **estudo da constituição (e das consequências sociais de produção) das disposições (incorporação)** (*grifo nosso*).
- 2) A noção de disposição supõe que seja possível observar uma série de comportamentos, atitudes e práticas que seja coerente; ela **proíbe pensar na**

<sup>104</sup> É importante deixar claro que a perspectiva biográfica do sujeito está dentro ou, contida, no retrato sociológico. Este último é mais amplo, pois possui uma reflexão das etapas que o sujeito viveu, procurando pistas elucidativas sobre as práticas e ações que o mesmo realiza no presente.

<sup>105</sup> “*Stimuli*” está escrito em inglês e significa, entre outras coisas, “estímulos”.



**possibilidade de deduzir uma disposição a partir do registro ou da observação de apenas um acontecimento** (*grifo nosso*). [...] A noção de disposição contém a idéia de recorrência, de repetição relativa, de série ou de classe de acontecimentos, de práticas...

- 3) Como uma disposição é um produto incorporado de uma socialização (explícita ou implícita) passada, ela só se constitui através da duração, isto é, mediante *a repetição de experiências relativamente semelhantes*. [...] as disposições não são todas equivalentes do ponto de vista da precocidade, da duração, da sistematicidade e da intensidade de sua incorporação. [...] constata-se que diversas das nossas disposições comuns são fruto de uma repetição sistemática, cotidiana e de longa duração. Consequentemente, **uma disposição pode ser reforçada por solicitação contínua ou, pelo contrário, pode enfraquecer por falta de treinamento** (*grifo nosso*). Devido ao fato de não serem atualizadas, as disposições sociais, ao contrário das físicas e das químicas [...] podem “cansar-se”: a força de uma disposição só se dilui ou esfacela quando ela não é utilizada.
- 4) Embora a noção de disposição implique uma operação cognitiva que evidencia a coerência de comportamentos, opiniões, práticas diversas, não se deve pensar que, obrigatoriamente, a disposição deve ser geral, transcontextual e ativa em todos os momentos da vida dos atores. A busca da coerência deve ser acompanhada de uma **preocupação com a delimitação das classes de contextos, áreas de pertinência e atualização da disposição reconstruída** (*grifo nosso*). [...] para poder falar de *transferência* de uma disposição de um contexto para outro, os contextos em questão devem ser necessariamente diferentes.
- 5) **Uma disposição não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas** (*grifo nosso*). No entanto, nem sempre a disposição consegue se ajustar ou se adaptar, e o processo de ajuste não são o único possível na vida de uma disposição. Dessa forma, ela pode ser inibida (estado de vigília) ou transformada (devido a sucessivos reajustes congruentes).
- 6) Por fim, o problema da natureza e da organização do patrimônio individual das disposições deve ser estudado por meio do trabalho empírico e não deve ser resolvido antes de ter sido colocado pelo uso de termos muito exigentes, como “sistemas de disposições” (LAHIRE, 2004, p.27-31).

Estas são as principais características que o conceito de disposição possui para Lahire (2004) e que o pesquisador deve estar ciente da maneira como ele pode se manifestar no cotidiano do sujeito. São pistas esclarecedoras e reveladoras das práticas que foram experienciadas e, depois, desenvolvidas, de diferentes formas, pois os indivíduos são singulares por possuírem vivências distintas. Desta forma, as disposições precisam ser localizadas no contexto de vida do indivíduo, naquilo que o teórico denomina de gênese. Através dos relatos das experiências vividas pelo sujeito, o pesquisador precisa encontrar “a raiz” originária das representações que são colocadas em movimento no cotidiano.

Há, pois, uma preocupação central na identificação da disposição: ela precisa se manifestar mais de uma vez, isto é, ser recorrente. A repetição do olhar, falar, o modo de desenvolver determinada ação, vai possibilitar aos pesquisadores caracterizar essas especificidades. Não à toa que Lahire (2004) realizou<sup>106</sup> várias entrevistas com o mesmo

---

<sup>106</sup> Quando se afirma que Lahire (2004) realizou várias entrevistas com o mesmo sujeito é necessário pontuar que ele teve o auxílio de vários colegas da Universidade, entre estes, seus alunos do Doutorado.

sujeito, tendo em vista que carecia de informações consistentes para afirmar se uma prática, visão de mundo ou modos de ser e portar configurava-se numa disposição.

Com efeito, uma disposição se diferencia de outra no que tange a sua formação, onde se desenvolveu, a duração da sua manifestação, como se manifesta e por que se manifesta. Como poder ser lido acima, ele enfatiza a importância da recorrência de uma experiência que pode se anunciar em condições contextuais próximas as que deram origem a ela, ou diferente. Como a intensidade de uma experiência vivida vem à tona, depende de como este repertório foi ao longo do tempo exercitado. Diante disso, estamos na presença de disposições que possuem diferenciações de múltiplas potências de pronunciamento no dia a dia.

Decerto, disposições podem ser reconfiguradas de acordo com o tempo e o espaço. Com relação ao aspecto do tempo, as representações que fazem parte da vida do sujeito vão sendo remodeladas com a dinâmica da vida social. Essas transformações no cotidiano podem implicar modificações nas disposições, mas o conteúdo central que o caracteriza está “vivo”, possibilitando ao pesquisador que possui o olhar e ouvir “treinado”, identificá-los. Para diminuir o grau de dificuldade para captar essas manifestações, salienta o teórico, é necessário delimitar o contexto (por exemplo: o contexto familiar, escolar, relação com os amigos, lazer, trabalho, etc) com o objetivo de criar um retrato com vários territórios de sociabilidade que compõem a figura social do sujeito.

Ademais, uma disposição pode ser reconfigurada por determinado contexto que é totalmente diferente daquele que o criou. Além disso, ele pode desencadear manifestações múltiplas a partir de um acontecimento vivido. Há, porém, sujeitos que inibem determinada manifestação, por vários motivos. Em relação a outros, por sua vez, o reforçam a partir do uso constante e intenso.

### ***3.2.1 Pedacos que se Encaixam: a Entrevista como um Mosaico***

A entrevista é uma das principais técnicas para a criação do retrato sociológico criado por Bernard Lahire (2004). Ao buscar pintar o sujeito como uma criação social, a partir das múltiplas experiências vividas e sentidas, divididas em “pedaços” como uma criação de um mosaico, ele está trabalhando como um artesão, ou, um tecelão, que vai cruzando os fios da vida dos sujeitos. Denominado de “*Um dispositivo metodológico inédito*”, Lahire descreve como foram realizadas as entrevistas e a produção dos retratos dos sujeitos escolhidos para a construção da confirmação metodológica do seu desenho intelectual. Dito isso, ele dispõe:

O dispositivo metodológico aplicado consistiu em realizar uma série de seis entrevistas com os mesmos oito pesquisados sobre suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir, agir em diferentes domínios de práticas (ou esferas de atividade) ou em microcontextos (no interior desses domínios de práticas) diferentes. [...] o mesmo pesquisador entrevistou seis vezes o mesmo pesquisado sobre temas relacionados à escola, ao trabalho, à família, à sociabilidade, ao lazer e às práticas culturais e, por fim, ao corpo (saúde, alimentação, esporte, estética...) (LAHIRE, 2004, p.32).

No que diz respeito às entrevistas, de acordo com o autor, um mesmo pesquisador<sup>107</sup> realizava as incursões com o mesmo sujeito entrevistado. A continuidade da aquisição de informações a respeito da vida do sujeito por um único pesquisador fortalecia os vínculos entre as partes envolvidas. Lahire (2004) concebe a confiança como um elemento central para que encontre “as raízes” disposicionais que conferem as representações (modos de ver e enxergar o cotidiano e suas manifestações) dos sujeitos. A confiança, afirma o autor, “torna mais leve um dispositivo já pesado” (p.32). Isto é, falar sobre sua vida, o que passou na infância, suas relações familiares, amigáveis e afetivas, bem como profissional, visão de mundo e de como se veem na sociedade, agindo, colocando ações em práticas, é um empreendimento “difícil de colher”, afirma o teórico. Diante disso, só a confiança de laços que vão se fortalecendo com o passar do tempo entre entrevistador e entrevistado, pode ocorrer.

De início, na entrevista, o pesquisador não falou dos objetivos como estava desenhado intelectualmente, isto é, hipóteses ou o que ele denomina de “desafios teóricos”. Apresentou o trabalho com o objetivo de saber “os modos de vida” e os sentidos das práticas cotidianas dos sujeitos.

“Nesta pesquisa realizaremos seis entrevistas com o senhor (você) sobre diferentes assuntos; escola, trabalho, família, amigos, lazer, saídas, alimentação e saúde”; podíamos acrescentar também que se tratava de um “estudo sobre os modos de vida”, para dar sentido ao amplo conjunto das práticas abordadas (LAHIRE, 2004, p.32).

Lahire anuncia a dificuldade de encontrar sujeitos que queiram falar sobre sua vida, em detalhes, de maneira minuciosa. Diante dessa situação, entra em cena a figura do pesquisador, que saiba explorar através do diálogo a importância do desenvolvimento da pesquisa para o fazer científico. Contudo, afirmou que conseguiram realizar *quase*<sup>108</sup> (grifo nosso) todas as entrevistas no domicílio dos pesquisados.

<sup>107</sup> Para a realização da coleta do material empírico através das entrevistas, Lahire contou com o trabalho, à época, de alunos doutorandos, uma vez que foram realizadas 48 entrevistas na sua totalidade.

<sup>108</sup> É importante deixar claro a dificuldade de obter dados sobre a vida do sujeito, principalmente no que diz respeito a situações vividas de “foro íntimo”. E, a maioria delas – no que tange a vida privada – são reveladoras de como se deu a construção do sujeito social e o modo de ser e enxergar o mundo.

Os pesquisadores fizeram uso de **anotações etnográficas**<sup>109</sup> sobre o espaço onde tiveram o primeiro contato com os sujeitos pesquisados. Fora isso, também realizaram: a) anotações de como se deu primeiro comunicação; c) como o diálogo foi iniciado e desenvolvido; d) dificuldades encontradas para extrair informações dos sujeitos; e) além da entrevista, os pesquisadores observaram os entrevistados em diferentes situações: em casa, no trabalho e em momentos de lazer.

[...] além da entrevista, para “observar” o pesquisado (refeições ou conversas informais, sozinho ou com outras pessoas, atividades de lazer...), para obter informações sobre ele (por meio de terceiros, conhecidos comuns ou outros) ou para ter acesso a suas atividades (publicações em um jornal estudantil, por exemplo). Esses materiais empíricos, mencionados ou não explicitamente em cada estudo de caso, contribuíram para reforçar as dúvidas ou certezas sobre a recorrência de certas disposições, evidenciadas por meio do rico material verbal (LAHIRE, 2004, p.33).

O teórico afirma que esta metodologia é “complicada e singular” (p.33), pois trata-se de uma relação que deve ser desenvolvida para extrair particularidades extensivamente íntima da vida do sujeito. Diante desse objetivo, muitos pesquisadores optam por usar outra metodologia. Soma-se a isso, a questão do tempo disponível que deve ter com o pesquisado e, a prática do percurso sinalizou duas importantes descobertas: “o fato de ter de falar de si mesmo durante tanto tempo excluía, quase por completo, dois tipos de pesquisados, do ponto de vista da relação com os pesquisadores: os muitos próximos e os totalmente desconhecidos” (LAHIRE, 2004, p.33).

Se pessoas próximas tivessem de falar sobre aspectos extremamente variados de sua vida haveria o risco de ocorrer um constrangimento mútuo e uma importante distorção dos relatos de práticas solicitadas: o pesquisador não desapareceria do universo familiar do pesquisador e o pesquisado deveria viver com essa experiência comum, o que certamente modificaria sua relação. Como seria possível “se abrir” (sobre suas experiências familiares, conjugais, amistosas, escolares, profissionais, culturais, políticas, éticas) pensando que o que fosse dito poderia ser “utilizado” por aquele que escuta e que faz parte de sua constelação social ou universo cotidiano, ou seja, imaginando que as palavras proferidas poderiam modificar de alguma maneira esse universo? (LAHIRE, 2004, p.33).

Diante de um problema metodológico crucial para a existência da pesquisa é fundamental estabelecer que nível de proximidade o pesquisador deve ter com o pesquisado. Ao afirmar que as partes envolvidas no delineamento da pesquisa não podem ser totalmente desconhecidos e, muito menos, próximos/íntimos, os vínculos que uniram cada pesquisado a seu (sua) pesquisador (a) foram estes:

Amiga de uma amiga (encontrada somente em festas), conhecido encontrado em um clube esportivo de forma irregular, durante as refeições, conhecido de algum

<sup>109</sup> Como já dito, Lahire faz uso de recursos etnográficos para a produção dos retratos sociológicos.

parente, irmã de um amigo (encontrada ocasionalmente), amigo de um casal de amigos (encontrado em festas), amiga de um colega de trabalho, médico ocasional dos filhos, estudante e amiga de colegas de trabalho (LAHIRE, 2004, p.33-34).

Além do critério descrito acima, é imprescindível que os entrevistados se dispusessem a falar sobre **seis temas centrais da entrevista**: família, escola, trabalho, sociabilidade, lazer-cultura e corpo (alimentação, saúde, estética, esporte). Ademais, “os sujeitos da pesquisa devem ser adultos que tenham uma vida familiar, escolar e pelo menos um início de vida profissional” (p.34). Contudo, a preocupação maior neste processo de obtenção dos dados pelo pesquisador,

[...] consiste em perguntar a si mesmo em que a (enorme?) especificidade dos casos estudados pode influenciar as reflexões teóricas (sobre as noções de disposições ou hábitos, competências e apetências, patrimônios de disposições, combinações de disposições, oscilação/alternância de traços disposicionais opostos, relações de forma entre disposições mais ou menos fortes ou fracas ou mais ou menos solicitadas pelo contexto...) que ele pode elaborar a partir dos mesmos (LAHIRE, 2004, p.34).

Lahire (2004) concebe a vida dos sujeitos, em todas as suas ramificações, “estradas percorridas” como sendo de grande importância para configurar seu retrato. Para o teórico, não existe disposição mais importante ou menos importante que outra. Todas as motivações ou não, o fazer e o não-fazer, os lugares e os “não-lugares”<sup>110</sup> (AUGÉ, 2012) que estiveram, estão ou serão transitados pelos sujeitos, igualmente, confere conteúdo disposicional que vai “construindo a teia de significados” (GEERTZ, 20017) em que o indivíduo tornou-se, foi e será. Sentencia que “cada ponto da trajetória pode ter causado uma crise, uma negociação, uma dúvida, uma hesitação entre diversas possibilidades, uma resistência ou uma pressão [...] tentamos encontrar a heterogeneidade incorporada do indivíduo” (p.35).

Por outro lado, na busca incessante por respostas a respeito dos acontecimentos da vida do pesquisado, podem – como surgem – “fissuras”, ou, como ele nomina, “rupturas” no esclarecimento dos acontecimentos. Em outras palavras, são situações onde o indivíduo não consegue reconstruir da maneira como ocorreu – a partir da sua visão – devido ao esquecimento. Diante disso, o entrevistado pode viver “momentos onde as disposições podem entrar em crise ou podem ser reativadas e sair do estado de vigília” (p.35). Neste momento, o

---

<sup>110</sup> Marc Augé é um antropólogo que trabalho os espaços nominado por ele como “não-lugares”, isto é, espaços de trânsito corrente, por exemplo, paradas de ônibus, estacionamentos, sentar por alguns minutos numa praça pública, aeroportos, entre outros. Que são espaços cada vez mais vivenciados e experimentados pelas pessoas. Logo, são lugares, ou como ele denomina “não-lugares”, que fazem parte da experiência dos sujeitos. Ver a obra: “*Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*”, 9ª Edição, Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

pesquisador deve ter a artimanha de realizar “perguntas (precisas e contextualizadas, em vez de gerais e abstratas) dando origem a memórias úteis, que permitem a anamnésia<sup>111</sup> e experiências muito antigas”.

Com efeito, essas memórias são necessárias porque se de alguma maneira foram sendo apagadas – na grande maioria das vezes – conduziu a produção de disposições que podem ser visíveis através das manifestações dos sujeitos, de diferentes maneiras, isto é, reconfiguradas.

[...] parece-nos **importante dar a palavra** (*grifo nosso*) aos momentos de “rupturas biográficas”, de mudanças ou modificações, mesmo que fossem pouco significativas, nas trajetórias ou carreiras (momentos de orientação escolar, de “escolha” no final dos estudos, de saída – ou retorno – à casa dos pais, da escolha do cônjuge, de divórcio, de novo casamento ou relação, de escolhas ou de abandono de uma determinada atividade cultural, esportiva, lúdica, do primeiro trabalho, do primeiro trabalho fixo, da perda do emprego, da chegada dos filhos, de graves problemas de saúde, de mortes em um ambiente mais próximo...) (LAHIRE, 2004, p.35).

A nosso ver, devemos dar destaque quando Lahire (2004) faz menção à “importância *em* dar a palavra” para o pesquisador nos momentos de “rupturas” no ato da pesquisa pelo entrevistado. É ele, nestas situações, identificadas situações em que o pesquisado não consegue desenvolver a narrativa vivida, quem deve ajuda-lo a partir de perguntas objetivas na obtenção de respostas para preencher as lacunas das experiências. Sob esse aspecto, fica visível o entendimento de que o pesquisador não está interferindo no desenvolvimento da narrativa, mas sim, sendo um facilitador para o reavivamento das memórias.

Para Lahire (2004), o ser humano está em constante **estado de vigília** (*grifo nosso*) em relação à exposição das suas disposições. Esse cuidado se dá porque o ser humano busca se manifestar de acordo com o contexto onde está inserido. De acordo com ele, as circunstâncias levam os indivíduos a realizarem escolhas a partir de manifestações provenientes de uma espécie de “racionalização protetora”.

Para a construção da grade das entrevistas, Lahire (2004) criou um conjunto de regras e observações que devem ser colocadas em prática e observadas pelo pesquisador.

- 1) [...] deseja-se captar os efeitos causados nos entrevistados pelas grandes matrizes socializadoras que são, acima de tudo, família (e todas as “instituições educativas” ligadas à primeira infância: escola maternal, creche, jardim de infância), a escola e o universo de trabalho, assim como as instituições culturais, esportivas, religiosas, políticas, movimento de jovens...

---

<sup>111</sup> É a ação de lembrar acontecidos vividos no passado. Essa é uma técnica bastante utilizada por psicólogos, terapeutas e psicanalistas.

- 2) [...] cada grade não pretende abranger uma matriz socializadora (uma esfera de atividade ou um domínio de práticas) diferente. Embora possamos ter a impressão de lidar com universos relativamente autônomos, que correspondem a espaços-tempos específicos [...] (LAHIRE, 2004, p.38).

Lahire (2004) concebe as grandes “matrizes socializadoras”<sup>112</sup> como sendo “grade” que fundamentam a construção social do sujeito. Além disso, aponta para o fato de que essas “grades” (ou seja, família, escola, trabalho) estão relacionadas. Dito isso, para obter informações a respeito da vida escolar do pesquisado, por exemplo, implica saber a experiência de vida no cotidiano intrafamiliar e no trabalho. Por outro lado, pensar a matriz cultural, conseqüentemente, faz-se necessário ter conhecimento do poder econômico, que pode ser obtido através do trabalho. Essas vinculações vão sendo realizadas pelo próprio pesquisado, pois os campos da vida social são indissociáveis.

- 3) [...] ser extremamente cuidadoso para não acabar com a homogeneidade ou a globalização dos “contextos” (familiares, profissionais, escolares...), operando diferenças internas e chegando a diferenciar pessoas importantes no ambiente dos pesquisados [...] Dessa maneira, não são captadas apenas as grandes variações intra-individuais de um universo para o outro, mas as variações intradomínios, em função das propriedades das situações, do lugar ocupado pelo pesquisado nessas situações e das propriedades das pessoas com as quais interage.
- 4) Uma parte das perguntas feitas visava a compreender fenômenos de compartimentação estanque ou, ao contrário, de interpenetração das esferas de atividade (família, trabalho, lazer...), das relações de sociabilidade (amigos frequentados de forma separada ou em grupo), assim como fenômenos de concorrência ou complementaridade entre investimentos sociais (em termos de energia e tempo dedicados aos diferentes universos sociais). (LAHIRE, 2004, p.38-39).

Adverte que muitos pesquisadores, em busca de uma “reconstrução ideal-típica”<sup>113</sup> de um hábito, prática ou costume, deixa de lado “microtensões”, detalhes sutis que são de extrema importância e cruciais para a formação social do sujeito. Desta maneira, o olhar, bem como o ouvir do pesquisador deve estar atento a essas informações que podem não ser colhidas e, com isso, criar um retrato que não se aproxima da realidade do pesquisado. Na busca por procurar padrões de comportamento, é preciso que o pesquisador busque “fazer surgir às diferenças, as pequenas contradições” (p.39). Ressalta-se, também, que as matrizes socializadoras (família, trabalho, saúde, etc.) possuem níveis de caminhos ou passos que foram e são realizados. Isto é, são matrizes que não são “fechadas”, “cristalizadas”, mas que possuem elementos na sua “borda” ou “franja” que se conectam com os sujeitos e devem ser

<sup>112</sup> *Matrizes socializadoras* para Lahire (2004) são os diversos campos da vida, como é família, o espaço escolar, a religião, o trabalho, a política, o lazer. Eles são importantes elementos de socialização entre os sujeitos.

<sup>113</sup> O *tipo ideal*, conforme conceito weberiano, não possui espaço na construção do modelo do retrato experiencial de Lahire (2004) porque ele enxerga que o indivíduo é um processo em constante construção e reconstrução a partir das experiências vividas, que se vive e que irá viver.

trazidos para a construção das disposições dos sujeitos.

- 5) Cada grade da entrevista tem um caráter mais ou menos biográfico [...] existem essencialmente duas razões para essa escolha biográfica: por um lado, a vontade de captar as variações intra-individuais, tanto de um ponto de vista diacrônico como sincrônico e, por outro, na medida do possível, a tentativa de abordar a questão da gênese das disposições, apetências e competências que fazem parte do patrimônio individual atual dos pesquisados.
- 6) O aspecto diacrônico das variações intra-individuais está parcialmente ligado a mudanças classicamente estudadas pela sociologia, sobretudo em diferentes momentos de um ciclo de vida. De que forma a saída da casa dos pais, o casamento, a entrada na vida ativa, um divórcio, uma separação, uma mudança profissional ou a perda de um emprego, a perda de um amigo ou parente, uma mudança, etc., contribuem para reorganizar o patrimônio de disposições individuais? O retorno ao passado incorporado e à variação diacrônica muitas vezes permite compreender melhor as variações sincrônicas constatadas e os novos contextos presentes que solicitam antigas experiências incorporadas e que estão em estado de vigília. [...] captar as oscilações ou ambivalências disposicionais, hesitações ou contradições que muitas vezes desapareceram, devido aos acontecimentos posteriores [...]. (LAHIRE, 2004, p.39).

Ao afirmar que a obtenção de dados a partir da técnica da entrevista pelo pesquisador se dá através de uma perspectiva biográfica, não quer dizer que o pesquisador esteja construindo uma biografia de vida, uma vez que os elementos dos fatos vividos passam pela criação de disposições sociais que é próprio do retrato sociológico. Ademais, retornar os fatos vividos e atravessados no passado para entender o surgimento das disposições, hesitações e contradições, como menciona, é necessário para apreender as variações diacrônicas (fatos vividos que são dão ao longo do tempo) conferindo-lhe assimilação de fatos e situações que possam esclarecer as variações sincrônicas (fatos vividos que ocorrem ao mesmo tempo).

- 7) Uma parte das perguntas visa a estudar algumas disposições precisas, para poder evidenciar o grau de extensão de sua ativação, os contextos de sua aplicação e os de seu eventual estado de vigília. No caso de uma **dicotomia disposicional** (*grifo nosso*) (d1 versus d2) [...] modos práticos de aprendizagem (aprendizagem no local de trabalho, por imitação prática, impregnação ou identificação) versus modos escolares-pedagógicos de aprendizagem (por exemplo, o pesquisado pode ter fortes disposições escolares no domínio literário, mas aprendeu música de forma prática em vez de ter frequentado uma escola ou um conservatório).
- 8) Outra parte das perguntas consiste em considerar, por meio dos relatos de práticas, as relações dos pesquisados com esta ou aquela situação, pessoa, prática ou instituição. Nesses casos, o pesquisador não tinha o objetivo de saber se o pesquisado aplicava uma determinada disposição definida anteriormente, mas o de coletar um material verbal suficientemente rico para poder reconstruir *a posteriori* algumas maneiras de ver, sentir e agir próprias da pesquisa. (LAHIRE, 2004, p.40-41).

O que Lahire (2004) está querendo dizer é que o pesquisador não pode “fechar” uma disposição por completo. O fato de alguém, como no exemplo acima, apresentar uma facilidade em aprender literatura no ambiente institucional escolar, pode apresentar, também,



habilidade de aprender música sem a necessidade de estar numa instituição de ensino. Pode, portanto, desenvolver através da imitação ou persistência independente do lugar/local: por exemplo, em casa, com os amigos em quarto no fundo do quintal ou nos intervalos do trabalho. Isso significa que esse sujeito possui o que Lahire (2004) denomina de “dicotomia disposicional”. Com efeito, o teórico aponta a obrigação do pesquisador ser sensível a essas questões e não fechar situações em que o pesquisado se manifesta de maneira dicotômica.

A relação entre pesquisado e determinadas situações, qualquer que seja, por exemplo, um acontecimento familiar, um evento no bairro onde mora, uma situação que não está relacionada diretamente com suas vivências, são importantes para a construção da maneira como enxerga e se comporta de acordo com determinados assuntos. Em verdade, esta instância no processo da entrevista visa entender o posicionamento subjetivo e, a partir daí, relacioná-lo com suas escolhas, ações e manifestações em diferentes contextos.

- 9) A grade sociabilidade ocupa um lugar particular no conjunto das grades. Através da reconstituição da natureza dos diversos vínculos ou afinidades, tentamos apreender, de certa maneira, a pluralidade dos gostos ou inclinações do pesquisado. Assim, cada amizade singular pode revelar uma parte – e apenas uma parte – daquilo que o pesquisado é [...] por outro lado, a captação das modificações dos vínculos de amizade (perda de um amigo, novas amizades) é uma boa forma de estudar a transformação-reorganização do patrimônio individual de disposições incorporadas, desde que este seja solicitado de maneira diferente, isto é, quando está sujeito a influências (ou forças) externas distintas.
- 10) Algumas perguntas tentam evidenciar mal-estar, atritos, tensões, crises (grandes e pequenas), frustrações passageiras ou duradouras, assim como fatos que permitam reconstruir disposições inibidas, contrariadas ou contraditas por certas propriedades do contexto (do mais imediato e restrito ou do mais duradouro e amplo) ou pelas propriedades das pessoas com as quais os pesquisados se relacionam (entram em relações de interdependência diretas) (LAHIRE, 2004, p.41).

A matriz que denominam de sociabilidade, que diz respeito às relações e vínculos que são criados desde quando o sujeito nasce, a partir da família nuclear, bem como os familiares, amigos que são construídas ao longo da vida, vizinhos, conhecidos, colegas das instituições de ensino, relações no trabalho, nos espaços religiosos, lazer, política, vão ditando e moldando o conteúdo disposicional do sujeito. Não à toa que essas relações de afetos, em diferentes graus e situações, são as que Lahire (2004) configuram, em conjunto com acontecimentos e situações que marcam profundamente a vida do indivíduo, que possuem uma força na qualificação das estruturas dispositivas que criam o retrato sociológico. Além disto, o teórico levanta a questão de trazer para o desenvolvimento do retrato o componente “sonho”, pois, na visão dele, “os sonhos acordados são oportunidades de expressar crenças, (modelos, valores, normas) cujas disposições correspondem (ainda?) não se constituíram, ou

de atualizar disposições incorporadas que já não encontram contextos favoráveis à sua atualização” (p.42).

11)Em suma, de maneira geral, a maioria das perguntas e dos comentários tinha a ver, por um lado, com a **precisão dos contextos** (*grifo nosso*) (onde? em que época?), com as pessoas que desempenharam um papel (com quem?), com a modalidade das práticas (como acontecia isso?) e, por outro lado, com a variedade dos exemplos dados, das cenas relatadas (a fim de apreender as eventuais diferenças segundo o contexto) (LAHIRE, 2004, p.43).

Nota-se que o sujeito e suas experiências que se transformam em disposições, estão no centro da metodologia de Lahire (2004). Mas não deixa de ser verdade que ele sinaliza a importância do contexto como pano de fundo que possibilita ao sujeito expressar e criar laços de sociabilidade que produzirão situações, momentos, impelindo-os a realização de ações que foram criadas a partir das suas experimentações.

#### 4 UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA AVALIATIVA MULTIDISCIPLINAR

Assim como Lejano (2012) e Lahire (2004), concebemos a realidade social como “uma teia de significados” (GERRTZ, 2017) que está em constante transformação. E essa transformação não ocorre de maneira homogênea, como um processo que ocorre em diversos lugares, na mesma temporalidade. Isso se dá porque os sujeitos e as particularidades dos contextos incidem dinamismos específicos.

Os dois teóricos criaram dispositivos metodológicos que levam em consideração a pluralidade das manifestações dos sujeitos, a partir das suas vivências particulares. Diante de uma teia social que está em constante transformação, Lejano (2012) e Lahire (2004) tiveram o cuidado de ampliar o olhar para os atravessamentos nos quais os sujeitos são impelidos. Dessa maneira, buscaram elementos na ciência política, sociologia, antropologia, psicologia, filosofia e desenharam os modelos interpretativos que conjugamos neste exercício intelectual.

Dessa forma, a proposta metodológica de avaliação de políticas públicas que é denominada aqui de retrato experiencial, criada a partir da aproximação entre duas linhas interpretativas que se fazem plurais, é caracterizada a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Isto significa que não deixaremos de lado os imperativos característicos escritos e descritos nos modelos dos dois teóricos que, conseqüentemente, deram enlace a esta construção epistêmica.

Quando Lejano (2012) afirma que uma política pública pode ser modificada pelo *ator ou agente político*, ele está usando uma terminologia para descrever o sujeito proveniente da ciência política. Enquanto Lahire (2004), por sua vez, ao anunciar que para entender o sujeito é preciso criar um retrato sociológico a partir do conceito de *disposição*, que possui afinidade e é proveniente do conceito de *habitus* de Bourdieu<sup>114</sup> – mesmo possuindo suas diferenciações – está utilizando um repertório da ciência sociológica.

Ainda sobre o conceito de *disposição*, central para a proposta metodológica do *retrato experiencial*, Lejano (2004) afirma:

[...] uma disposição é uma realidade reconstruída que, como tal, nunca é observada diretamente. Portanto, falar de disposição pressupõe a realização de um trabalho interpretativo para dar conta de um trabalho de comportamentos, práticas, opiniões, etc. Trata-se de fazer aparecer o ou os princípios que geraram a aparente diversidade

<sup>114</sup> A diferenciação entre os conceitos de *disposição*, que é central para o desenvolvimento do modelo interpretativo nominado de *retrato sociológico* de Lahire (2004) em relação ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu está desenvolvida mais a frente no subcapítulo 3.3 *A centralidade dos conceitos de disposição e contexto* da dissertação.

de práticas. [...] o fato de que a pesquisa dos princípios de produção ou das fórmulas geradoras dos fatos constatados constitui uma das poderosas alavancas da interpretação nas ciências sociais [...] (LAHIRE, 2004, p.27).

Soma-se a isso, para entender como surge e se desenvolve uma disposição no indivíduo, é fundamental fazer uso de arcabouço “interpretativo das ciências sociais”, ou seja, de mais de uma ciência, como são a sociologia, antropologia e a ciência política. Além disso, em sua obra sobre a construção de retratos sociológicos, faz constantes menções a importância da ciência psicológica.

Os trabalhos realizados no âmbito da psicologia da aprendizagem evidenciam que, para além de um certo umbral de repetição da experiência, pode-se falar de *superaprendizagem*, e constata-se que diversas disposições comuns (como acontece com nossas disposições sexuais [Lahire, 2001c]) são fruto de uma repetição sistemática, cotidiana e de longa duração. Consequentemente, uma disposição pode ser reforçada por solicitação contínua ou, pelo contrário, pode enfraquecer por falta de treinamento (LAHIRE, 2004, p.28).

O conceito de *disposição* (LAHIRE, 2004) é fundante, juntamente com o conceito *contexto* (LEJANO, 2012) para a construção da proposta metodológica de avaliação de políticas públicas que nominamos de *retrato experiencial*. Sobre a construção desse elemento central, Lahire (2004: 29) também recorre aos trabalhos do filósofo e cientista político Jon Elster<sup>115</sup> (1990), quando este anuncia a importância dos “mecanismos” criados por ele para entender as condições de mobilização das disposições. Assim, traz do cientista político a afirmação de que “a disposição [...] pode ser observada em contextos diversos, porém sua aplicação não é universal e podemos nos perguntar quais são as condições em que este ou aquele mecanismo será acionado” (LAHIRE, apud ELSTER, 1990, p.12).

De Erving Goffman<sup>116</sup>, Lahire (2004) trouxe o conceito de *diferenciação*<sup>117</sup> que passa a ser um elemento importante para a construção do seu modelo disposicional. Afirma “que cada indivíduo, diferencia-se de todos os outros e em torno desses elementos de diferenciação há um registro único e ininterrupto de fatos sociais ligados a eles” (LAHIRE,

<sup>115</sup> Lahire (2004) encontrou subsídios teóricos criados por Jon Elster. Este, por sua vez, defende a proposta metodológica do individualismo metodológico. Para Jon Elster, as respostas para o entendimento das ações e mudanças que ocorrem na sociedade pode m ser encontradas nas crenças, nos objetivos, nas intencionalidades das pessoas. Dito isso, o ser humano é dotado de intenções, crenças e escolher ações tendo por base seus objetivos.

<sup>116</sup> Erving Goffman (1922-1982), já mencionado anteriormente, é um antropólogo com obras de grande relevância para as ciências sociais.

<sup>117</sup> Goffman (2015) é referência nos estudos socioantropológicos e da antropologia da saúde com seu principal conceito que é o de *estigma*. Para a criação dele, Goffman utiliza a categoria de *diferenciação* que existe entre os indivíduos para caracterizá-lo como “desviante” ou “normal”. Desse modo, Lahire “transportou” este elemento para a criação do conceito de *disposição*, central para o desenvolvimento metodológico do retrato sociológico. Assim, para Lahire (2004), os sujeitos se diferenciam em todos os aspectos porque possuem experiências e experimentações que só ele viveu. Dito isso, suas disposições são únicas, que os caracterizam e especificam fazendo com que sua prática seja única.

p.11, apud GOFFMAN, 1975, p.74). Contudo, diverge quando ele trabalha na sociologia e na antropologia o que denomina de “ator sem passado”, isto é, “Goffman nos descreve a ordem da interação sem evocar necessariamente a socialização passada dos atores” (2004: 21). Do historiador Jacques Revel<sup>118</sup>, por sua vez, transferiu a “preocupação com a experimentação” (LAHIRE, apud REVEL, 1996, p.7-14). Ou seja, a importância que o qualificativo “experimental” de um fato ou acontecimento incide e molda as ações dos sujeitos. Soma-se a isso, a importância do filósofo Pierre Abélard<sup>119</sup> traz a reflexão para o conceito de disposição sobre o movimento do social. Ou seja, a maneira como a realidade social se manifesta e possui seus deslocamentos que não podem ser desconhecidos ou, como afirma, ignorados.

Mas, também, Lahire (2004) busca distinguir seu conceito disposicional em relação à importância que a sociologia de Norbert Elias<sup>120</sup> possui para as Ciências Sociais quando elaborou, intelectualmente, a relação entre as estruturas psíquicas individuais que são moldadas a partir das estruturas da sociedade.

[...] ainda que evoque os processos de interiorização dos limites sociais e mencione as “estruturas pulsionais e conscientes”, a “economia psíquica” ou o habitus, em suas reflexões sociológicas Norbert Elias insiste mais nas redes ou configurações de interdependência que os indivíduos formam entre si e em suas limitações sobre os comportamentos e decisões de cada um deles, do que na articulação entre esses “paralelogramas das forças” e o passado incorporado pelos indivíduos socializados. Ele afirma que “a estrutura e a forma do comportamento de um indivíduo dependem da estrutura de suas relações com os outros indivíduos” (Elias, 1991, p.104), ou ainda que “os diversos caminhos pelos quais opta lhe são prescritos pela constituição de seu círculo de ação e de suas relações de interdependência” (LAHIRE, 2004, p.21).

Para Lahire (2004), Norbert Elias abandona o “passado incorporado” pelos sujeitos nos mais variados campos de socialização da vida e centra-se na hierarquia das relações de dependência que há entre ele. Dito isso, para Lahire (2004), esse olhar limita o campo de entendimento sobre as práticas e, conseqüentemente, as suas disposições.

Como Lahire (2004), Lejano (2012) também faz uso das Ciências Sociais, principalmente a antropologia e a ciência política para a construção do seu modelo avaliativo. Afirma a necessidade de termos um olhar plural para os fenômenos onde os sujeitos

<sup>118</sup> Jacques Revel é um notável historiador que, com grande artimanha, trabalhou o conceito de “experimentação”, a partir dos princípios historiográficos para afirmar que o indivíduo passa a ser “adequado” a partir das suas experiências históricas.

<sup>119</sup> Pierre Abélard é um filósofo do século XI, conhecido pela famosa obra “*conhece-te a ti mesmo*”. E para seu autoconhecimento é necessário conhecer o movimento da sociedade. Ou seja, a influência que a sociedade possui para a “construção do indivíduo”.

<sup>120</sup> Norbert Elias influenciou muito Bernard Lahire na configuração do seu conceito central, principalmente quando assinala que o indivíduo, ao longo do tempo, vai “reprimindo” atitudes que eram consideradas normais na época dos seus pais ou avós. Dele, Lahire trabalhou a questão da disposição ser, em alguns contextos reprimidas e, em outros, afloradas.

desenvolvem suas experiências e intencionalidades.

[...] buscamos caminhos para redirecionar a análise política de volta ao campo do contexto, experiência e complexidade. O analista é convidado a abrir-se a fundamentadas e, talvez necessariamente, inovadoras formas de compreensão da realidade. Precisamos abordar as situações políticas como fenômenos – isto é, antes que alguém possa julgar, classificar e categorizar a situação, devemos primeiramente senti-la pelo que ela é. Uma volta ao fenômeno da política não significa, entretanto, que a análise pode tornar-se objetiva, longe disso. Os fenômenos se fazem conhecer por diversas dimensões e podemos acabar descrevendo algumas possíveis experiências absolutamente pessoais de uma situação política. Além disso, o analista deve buscar um retorno à complexidade porque a realidade a ser estudada é fundamentalmente complexa. Entre outras coisas, isto requer um conjunto de metodologias que podem trazer a dimensionalidade de volta às nossas análises (LEJANO, 1961, p.29).

Lejano (2012) afirma a necessidade da “abertura do analista” em percorrer outros caminhos para interpretar os fenômenos da sociedade. E, assim, endossa a pertinência que o pesquisador deve possuir para “inovar”. Inovar, para o teórico, é estar disposto a dialogar com vários discursos e múltiplos olhares, uma vez que os fenômenos sociais são complexos. Nesse sentido, ele é favorável à existência de modelos interpretativos com a perspectiva multidisciplinar porque a vida social é fundamentalmente caracterizada por diferentes dimensionalidades.

Lejano (2012) estabelece que o fenômeno da política possui diferentes dimensões e, que, por isso, uma única perspectiva pode não alcançar as facetas que ela possui. Chega a reiterar, por diversas vezes, a necessidade de se ter um “conjunto de metodologias” para interpretar esses acontecimentos no âmbito das políticas públicas. Realiza críticas às perspectivas metodológicas avaliativas de característica uníssona que visam dar conta da totalidade dos variados caminhos que um fenômeno político possui. Diante disso, Lejano (2012: 25) anuncia “que a política, no processo de remodelação e evolução, ajusta-se cada vez mais e melhor às necessidades particulares, às motivações e aos significados relevantes para um determinado contexto”. Ou seja, proveniente das particularidades das intencionalidades, experiências e disposição dos atores sociais e, dos elementos específicos do contexto, a política deve se desenvolver levando em consideração estes elementos. Diante disso, conseqüentemente, o desenho avaliativo de políticas públicas deve estar atento à linguagem desses contextos. Com relação a isso, o teórico assinala que,

Para sermos capazes de reconstruir nossos modos de análise, vemo-nos abordando situações políticas como fenômenos – isto é, situações complexas e multifacetadas que continuamente excedem nossa capacidade de tomá-las todas conjuntamente, muito menos descrevê-las. O problema começa quando a análise vem de outra direção, que força uma situação política, em toda a sua complexidade, a se encaixar em nossos esquemas analíticos pré-construídos (LEJANO, 2012, p.25).

O que ele expõe está diretamente relacionado aos modelos avaliativos que são construídos distantes dos atores que vivem o desenvolvimento da política e, que, por isso, a análise pode conter distorções da realidade. Dito isso, a partir do autor, entendemos que se faz urgente a emergência da criação de modelos avaliativos que possam ser reinterpretados e adaptados às contingências dos contextos e disposições dos atores políticos.

Da mesma forma que Lejano (2012), apresentamos elementos multidisciplinares – sociologia, antropologia e da ciência política – para dar respostas e preencher lacunas as avaliações que não consegue trazer para a cena da análise os agentes sociais que desenvolvem no dia a dia a implementação das políticas públicas. Para este trabalho, entendemos que esses componentes estão contidos na criação intelectual de Lahire (2004) e de Lejano (2012), que fazem uso de diversas ciências para a construção dos seus modelos. E, assim também é a criação da proposta metodológica do retrato experiencial, uma vez que este nasce da conjugação das forças criativas desses dois desenhos analíticos.

Dito isso, propomos um *ethos* epistêmico que amplia os conceitos avaliativos, como o uso *disposicional* (LAHIRE, 2004) dos sujeitos, dialogando com o *contexto* (LEJANO, 2012), concedendo possibilidades de análises que até então não existem numa proposta metodológica avaliativa que denominamos de *retrato experiencial*. Essa inspiração intelectual é oriunda da imprescindibilidade que o agente social deve possuir no exercício da avaliação. A partir da construção do retrato experiencial dos agentes sociais, podemos realizar a avaliação de uma política pública por meio das práticas que são desenvolvidas no seu lócus de implementação.

#### **4.1 O Agente Social no Centro da Proposta Metodológica da Avaliação do Retrato Experiencial**

O *agente social* é uma denominação criada por Jacques Donzolet (2001) que está contido na obra “*A polícia das famílias*”<sup>121</sup>. O surgimento desse personagem se dá no auge das revoluções industriais na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, com o aumento da pobreza nas cidades oriunda da concentração de riqueza entre os que possuíam os meios de produção<sup>122</sup> e a classe trabalhadora.

<sup>121</sup> A denominação dessa obra parte do pressuposto de que o **setor social**, criado nesse contexto onde ferve a revolução industrial e fortes mudanças na sociedade, policia – investiga, vigia, controle – o espaço familiar. Ver: DONZOLET, Jacques. *A polícia das famílias*. Tradução de M.T. da Costa Albuquerque; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed., 2001.

<sup>122</sup> A concepção de uma camada social que detêm os meios de produção e outra que vende sua força de trabalho foi desenvolvida por Karl Marx.

Diante de um contexto de crescimento do pauperismo, a burguesia – classe econômica, política e cultural – na época, não conseguia conviver com o “cheiro das pessoas pobres” (ELIAS, 1994) que esparramavam nas ruas das metrópoles. Com isso, surgiram instituições sociais que visava “limpar” esse cenário que não coadunava com os interesses políticos e econômicos da classe emergente, ou seja, a burguesia.

A partir do final do século XIX<sup>123</sup> surgiu uma série de profissões: os assistentes sociais, os educadores especializados, os orientadores. Todas elas se reúnem em torno de uma bandeira comum: **o trabalho social** (*grifo nosso*). Essas profissões encontram-se, atualmente, em plena expansão. Bastante marginal no início do século, o trabalhador social, progressivamente, substituiu o professor primário na missão civilizadora do corpo social e as pesquisas de opinião atestam que herdou, deste último, seu prestígio. Apesar dos trabalhadores sociais não serem ainda tão numerosos como os professores primários, seus efetivos aumentam com extrema rapidez. Nos últimos dez anos, aumentaram mais que o dobro, ultrapassando 80.000. Indubitavelmente, sua unidade, sua homogeneidade institucional é menor do que a do corpo dos professores primários. Não se vinculam a uma única instituição, mas, ao contrário, enxertam-se como apêndice nos aparelhos pré-existentes: judiciário, assistencial, educativo. Disseminados numa multiplicidade de lugares de inserção, guardam sua unidade, não obstante, em função de seu domínio de intervenção, que assume os contornos das classes menos favorecidas (DONZOLET, 2001, p. 91-92).

Diante de uma demanda originária pelo contexto econômico onde grande parte da população deixou o campo em direção a cidade à procura de emprego nas emergentes fábricas, o Estado teve que lidar com questões sociais que nasciam a partir do embate entre os interesses da burguesia e do proletariado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

A partir desses interesses surgiram instituições sociais que tinham por objetivo lidar com a complexidade das questões sociais oriundas do universo da infância, adolescência, da mulher, dos idosos, das pessoas com deficiência, entre outros. Criaram, como reportado anteriormente, trabalhadores sociais – assistentes sociais, educadores, professores, cuidadores, psicólogos, conselheiros, policiais, médicos da família, entre outros – que tinha por objetivo realizar um trabalho social para amenizar a situação vivida por esses sujeitos.

Diante disso, os agentes sociais se configuram como profissionais que trabalham com questões sociais relacionadas, a sua grande maioria, a pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social: são crianças abandonadas, doentes, que vivem nas ruas; são jovens que perambulam nas cidades sem ocupação, não frequentam instituições de ensino e dormem em qualquer lugar; crianças e adolescentes que transgridem a lei e, com isso, são enviados para “espaços reformatórios”; mulheres grávidas abandonadas pela família e familiares; mulheres que precisam trabalhar e requerem a ajuda do Estado para cuidar das crianças no período em

---

<sup>123</sup> Donzolet (2001) está relatando um cenário do final do século XIX e, que, por isso, mudanças expansivas foram desenvolvidas nos anos posteriores.



que exercem suas atividades fora do lar; jovens, mulheres e homens que transgridem a lei e são enviados para os espaços criados para os apenados; jovens, mulheres e homens que não estudaram e possuem dificuldade de conseguir locação por emprego; pessoas com deficiência que, na maioria dos casos, principalmente num contexto adverso, são abandonados pelos familiares e necessitam de um lugar para morar e serem cuidados; idosos abandonados pelos familiares que carecem de abrigos para morar; são pessoas dependentes de álcool e outras drogas que demandam de instituições sociais e de saúde para poderem sanar suas patologias; são pessoas com distúrbios psíquicos que requeem a criação de instituições onde passam amenizar as dores da alma.

Os profissionais do social – os agentes sociais – da proposta avaliativa da metodologia do retrato experiencial, “são pessoas que se tornaram” agentes sociais do Estado. Por pessoas que se tornaram agentes sociais do Estado, entendemos como sendo os sujeitos que trabalham num espaço – instituição social – criado pelo Estado (por um ente federativo: município, Estado ou União) que passaram por algum processo seletivo – prova, entrevista, avaliação de currículo, ou, escolhidos por afinidades múltiplas<sup>124</sup> - para desenvolver o trabalho social em uma das frentes de serviços descritas acima. Donzolet (2001: 93-94) indaga sobre o que é o trabalho social:

[...] o que é o **trabalho social** (*grifo nosso*) – seria ele um corte brusco na brutalidade das sanções judiciais centrais, por meio de intervenções locais, através da brandura das técnicas educativas; ou seria ele o desenvolvimento incontrolável do aparelho de Estado que, sob a capa da prevenção, estenderia seu domínio sobre os cidadãos até que em suas vidas privadas, marcando com ferro discreto mas, não obstante, estigmatizante, menores que não cometeram o menor delito? Ao contrário: interrogar o trabalho social sobre o que ele faz, considerar o regime de suas transformações em relação com o estabelecimento de seus alvos efetivos; não mais considerar a relação poder-saber segundo a concepção mágica que só pode imaginar, entre os dois termos, relações de contaminação ou de desvirtuamento: de um lado, essas generosas ciências humanas que levariam, por meio de seus conceitos, a um quase desaparecimento da opressão do homem, em proveito de uma administração racional das coisas; de outro lado, esse abominável poder que desviaria os saberes em seu proveito e anularia a pureza das intenções, em benefício de uma cega e extensiva dominação. Em resumo, *tentar compreender o efeito socialmente decisivo do trabalho social, a partir do agenciamento estratégico das três instâncias que o compõem, o judiciário, o psiquiátrico e o educacional.*

Eles se distinguem dos demais trabalhadores por causa do seu espaço de trabalho, o corpo de leis criado por técnicos do Estado, o desenvolvimento de uma específica política pública que possui como alvo pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social. Dito

<sup>124</sup> Muitos profissionais se tornam agentes sociais por possuírem relações de afeto – amizade, laços de solidariedade e familiares – nas instituições sociais do Estado (Município, Estado ou na União). Essa prática é proveniente de uma política partidária que tem como conteúdo o aspecto particular em detrimento do aspecto público.

isso, a proposta avaliativa metodológica do retrato experiencial possui seu agente bem definido, o espaço bem caracterizado onde desenvolve uma política do Estado. Além disso, é preciso afirmar que essa política não foi desenvolvida pelo agente social. Pelo contrário, a grande maioria delas foi criada longe dos espaços sociais de intervenção desses trabalhadores.

Por desenvolverem políticas públicas que não foram criadas a partir dos espaços sociais onde atuam, muitas delas não conseguem exprimir os elementos inerentes do contexto. E, com isso, os resultados estão longe dos “arquitetados intelectualmente”. Nesse sentido, quando o contexto e os interesses dos atores não estão em conformidade, ocorre dos agentes sociais “criarem” ações e práticas que estabeleça uma conexão de sentido proveniente da demanda do público-alvo. Deparando-se com essas situações, pode suceder, portanto, o que Lejano (2012: 235) denomina de “arranjo institucional”.

Pela razão das políticas serem postas em prática em lugares específicos, com instituições específicas que lhes dão suporte (ou elas se opõem), devemos descobrir que, até certo ponto, as políticas exibem certo grau de polimorfismo. Isso traz consequências práticas para a política, já que podem existir muitas outras opções de política além do que podemos conceber. [...] pela mesma razão, temos que ir fundo o suficiente nas ricas particularidades de uma política para encontrar possíveis diferenças sutis entre a mesma e as políticas postas em prática em diferentes contextos. Neste nível de análise, devemos encontrar um grau maior de complexidade. Isso faz parte da nossa transição do nível abstrato do texto político a uma incorporação maior às ricas bases do contexto. De maneira correspondente, a análise política deve, cada vez mais, desenvolver métodos para descrever e analisar essa complexidade. Para obter a profundidade de percepção necessária, no mínimo uma parte de nossa análise deve ser mais e mais contextual. De outro modo, não conseguiremos entender que elementos em uma situação podem ajudar ou entravar uma política proposta (LEJANO, 2012, p.231).

Diante disso, o agente social pode reconfigurar elementos das políticas públicas de acordo com os interesses do público-alvo e que esteja em consonância com as especificidades dos contextos. Nesse sentido, entendemos que as instituições e as políticas públicas não são “edifícios concretos”, conforme pensa Lejano (2012: 231), mas que estão conectadas com as modificações que ocorrem na sociedade.

Além disso, outra característica importante dos agentes sociais que parte da visão criadora de Lahire (2004) é que eles não podem pertencer às classes populares. É preciso que eles possuam um conhecimento didático mínimo para se diferenciar das demais pessoas. Isto é, na condição de agente social que passou por etapas que excluía e promoviam alguns, faz com que eles se diferenciem das camadas menos favorecidas. Além disso, são agentes sociais que possuem um conhecimento técnico específico que está relacionado à política pública que desenvolve no lócus de atuação. De fato, por se tornarem agentes sociais, por conseguinte, deixam de serem “pessoas comuns” por possuírem uma distinção social e política.

Entre outras limitações, portanto, os entrevistados **deviam** (*grifo nosso*) ser adultos que tivessem vida familiar, escolar e pelo menos um início de vida profissional. Evidentemente – e nem é preciso esclarecer isto – esse tipo de pesquisa não pretende ser representativa, sobretudo da perspectiva de critérios clássicos, como a profissão ou o nível do diploma. [...] (adultos com atividades sociais e profissionais e não crianças, adolescentes) [...] devem ser lembrados para tentar controlar os efeitos interpretativos que poderiam surgir.

Desta maneira, ao ensejar critérios para a escolha dos agentes sociais para a produção do retrato experiencial a partir das etapas da vida, por exemplo, em não recorrer a crianças e adolescentes, muito se deve ao fato de que são nessas etapas da vida que ocorrem uma “movimentação” intensa das experimentações. São nessas etapas da vida que muitas disposições são criadas e levadas (expostas nas ações diárias: relacionamento familiar, entre amigos, conjugais, trabalho, etc.) para o resto da vida (LAHIRE, 2004). Neste sentido, essas etapas da vida possuem sua importância na busca por encontrar as raízes das disposições dos agentes sociais que irão se manifestar na condição de uma pessoa adulta<sup>125</sup>.

A distinção que se faz dos agentes sociais da proposta metodológica do retrato experiencial dos demais trabalhadores que pertencem ao Estado diz respeito, a) **ao lócus de atuação**: o trabalho do agente social deste procedimento técnico se faz numa instituição criada pelo Estado, através de demandas oriundas de determinado segmento social (criança, adolescente, jovem, adulto, mulher, homem, LGBTQIA+<sup>126</sup>, idoso). Além disso, sua atuação não se restringe a um compartimento isolado, isto é, um prédio, uma sala ou uma casa. Suas atribuições vão além de um espaço concreto pontual, ou seja, ele está em trânsito, próximo ao público alvo da política pública (em diferentes instituições, na casa dos sujeitos, tendo proximidade com pessoas que possuem relações de afeto e pertença com o público-alvo da política). Temos, também, b) **o trabalho social** que é desenvolvido a partir do conteúdo das políticas públicas que são as *refrações da questão social*<sup>127</sup> (NETTO, 2009), que é proveniente da complexidade de situações onde os sujeitos não possuem seus direitos garantidos conforme a política; c) **uma política pública específica** para um determinado segmento social. Somos cômicos que pós-regime ditatorial, no período da redemocratização

<sup>125</sup> É preciso deixar claro que não estamos afirmando que crianças e adolescentes não possuem suas disposições. Pelo contrário, possuem e devem ser estudadas com outros objetivos, uma vez que a proposta metodológica da avaliação do retrato experiencial trabalha com agentes sociais adultos que exercem uma função no desenvolvimento prático de uma determinada política pública.

<sup>126</sup> LGBTQIA+ - cada letra significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e o símbolo (+) “mais” no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo.

<sup>127</sup> Com relação ao conteúdo das políticas públicas que são desenvolvidas pelos agentes sociais – *as refrações da questão social* – que trouxemos do serviço social, será desenvolvido num tomo específico mais a frente.

do país (NOGUEIRA, Y) e, principalmente, nos governos Lula e Dilma<sup>128</sup> foram criadas várias políticas, programas e projetos para atender a heterogeneidade da sociedade civil. Com isso, a agenda do campo de políticas passou a demandar resultados e, conseqüentemente, modelos avaliativos que dessem conta dos objetivos almejados no contexto de emergência de novos movimentos sociais (GUSSI; OLIVEIRA, 2016); d) **os agentes sociais possuem a “liberdade”** de poder modificar os elementos da política pública. Conforme Lejano (2012), diante de um texto – a política pública – que não consegue dialogar com o contexto, os agentes sociais tendem a criar dispositivos<sup>129</sup> no desenho da política para que possam atender as exigências e determinantes específicos locais; e) **seleção para a função de agente social:** os agentes sociais passaram por uma avaliação, teste, prova, seleção, para estar ocupando determinada função e desenvolvimento de uma exclusiva política; f) **os agentes sociais não são crianças e nem adolescentes.** Como já afirmado acima, são nesses intervalos da vida onde ocorre, de acordo com Lahire (2004), a criação de um maior número de disposições que serão colocados em práticas pelos agentes sociais (que são sujeitos adultos) no exercício do desenvolvimento da política; g) **os agentes sociais não participaram da criação da política pública** que desenvolvem no lócus de atuação. Além disso, eles não se configuram como avaliadores, pelo contrário, são sujeitos que serão avaliados a partir das suas disposições e contexto para a criação do seu retrato experiencial e como suas experimentações são expostas no lócus de atuação.

#### 4.2 *Questão Social: Conteúdo das Políticas Públicas e no Trabalho dos Agentes Sociais*

A *questão social* (NETTO, 2009) é o conteúdo das políticas públicas que são desenvolvidas no lócus de atuação pelos agentes sociais. É justamente no período em que ocorre o surgimento do *setor social* (DONZOLET, 2001), nas revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX que deparamo-nos com a emergência do embate entre duas classes que despontavam: a burguesia e o proletariado.

---

<sup>128</sup> “Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferências da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo relativos à alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer á migração forçada em direção aos centros urbanos. Os programas sociais determinam mudanças profundas nos costumes (particularmente no que se refere às mulheres e aos jovens), operando transformações no plano da cultura, isto é, dos valores simbólicos” (CHAUÍ, 2016, p.16).

<sup>129</sup> Esses “dispositivos” são ações que orbitam nas franjas da política ou fora dela, de acordo com os interesses dos atores e dos contextos e as particularidades inerentes a ele, onde a política está sendo desenvolvida.

Por questão social, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (FILHO, 1982, p.21).

Ou, conforme Iamamoto e Carvalho (1983: 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...].

A burguesia se configura como sendo uma classe que possuía, à época, bens comerciais e passaram a investir na indústria. Em contrapartida, o proletariado eram, em sua grande maioria, pessoas das classes populares urbanas que perderam algum bem imobiliário pelo avanço da indústria, conjugado com pessoas que viam do campo para cidade em busca de emprego nas grandes fábricas. Estas, por sua vez, perderam suas terras para o grande latifundiário que precisava aumentar a produção para abastecer o parque industrial. Para Netto (2009: 152-153),

A expressão surge para dar conta do fenômeno mis evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do *pauperismo*. Com efeito, a pauperização (neste caso, *absoluta*) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação.

Dessa forma, a partir do embate dos interesses das classes que surgiam, temos o afloramento das questões sociais que são o objeto de estudo e intervenção dos profissionais do social: educadores, assistentes sociais, psicólogos, tutores, médicos, entre outros técnicos do social (DONZOLET, 2001). Em verdade, surgia uma nova situação, um *fenômeno novo*, como afirma Netto (2009),

[...] Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. [...] pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quando em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com forças a situação de escassez.

Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (p.153-154).

Com afirma Netto (2009), se a causalidade do evento da pobreza já existia antes do surgimento dos embates dos interesses das classes – burguesia e proletariado – é bem verdade que o desenvolvimento das forças produtivas – produção de mercadorias – acabou que aumentando os ganhos e riquezas de uma parcela da população, em contrapartida, esgarçou o feito da pobreza na maioria da massa populacional. Dito isso, as condições de sobrevivência para a classe trabalhadora colocava sua condição de existência nas piores situações.

É preciso afirmar que o pauperismo, conforme Netto (2001), em si, não se configura como sendo a questão social. Ele é, no entanto, “o desdobramento sócio-políticos” de uma “perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social” (p.154). Ou seja, formas da expressão da questão social foram aflorando dessa situação da desigualdade.

Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de *características inelimináveis de toda e qualquer ordem social*, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte “científico”), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário *reformista* (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica). No caso do pensamento conservador confessional, se se reconhece a gravitação da “questão social” e se se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus agravames, insiste-se em que somente sua exacerbação contraria a *vontade divina* (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891). [...] em qualquer dos dois casos – o que, aliás, explica a perfeita complementaridade político-prática dessas duas vertentes do conservadorismo –, mesmo as reduzidas reformas sociais possíveis estão hipotecadas a uma *reforma moral do homem e da sociedade*. De fato, no âmbito do pensamento conservador, a “questão social”, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a *propriedade privada dos meios de produção*. Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; *trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar* (NETTO, 2001, p.155).

Tem-se, portanto, um contexto em que as forças de produção burguesa que está atrelada ao Estado, visavam ações apenas para minimizar os efeitos da questão social. Assim, criam-se políticas públicas compensatórias e instituições sociais onde a base do conteúdo

delas está atrelada as *expressões* da questão social<sup>130</sup>. Não há, nesse sentido, o objetivo de modificar radicalmente a vida da grande massa populacional que sofre com as modificações que vem ocorrendo no plano da produção de mercadores que incide fortemente em todos os campos da vida social.

Desta maneira, o conteúdo das políticas públicas que são desenvolvidas pelos agentes sociais do Estado são expressões da questão social vividas pela massa populacional. Os agentes do Estado tratarão, portanto, no lócus de atuação com situações as mais diversas que acometem a vida das pessoas em diferentes cenários: são pessoas que vivem nas ruas, ou seja, sem moradia; são crianças, jovens, adultos e idosos que sofrem pela violência, negligência, no aspecto físico, moral, psicológico e material; são sujeitos que não possuem renda para sequer se alimentar; que não dispõem do direito de ter educação, saúde, segurança, proteção à maternidade e a infância, trabalho, lazer, previdência social.

Segundo Netto (2001; 160), “sem a supressão da ordem do capital”, ou seja, permanecendo a configuração entre os que se enriquecem por possuir os meios de produção e concentrá-los, enquanto a grande massa da população vende sua força de trabalho e vivem numa situação de pobreza e vulneráveis, surgem *novas expressões* da questão social. Contudo, o cerne para resultar nestes novos desdobramentos é a mesma situação que fez surgir à questão social nos séculos XVIII e XIX<sup>131</sup>.

Dito isso, os agentes sociais do Estado que desenvolvem as políticas públicas são sujeitos que buscam minimizar a situação de vulnerabilidade dos que estão desprotegidos, mesmo que possuam seus direitos escritos em cartas normativas constitucionais<sup>132</sup>. É o caso, por exemplo, dos conselheiros tutelares – que são agentes sociais do Estado – que possui a função de colocar em prática<sup>133</sup> a política pública de defesa da criança e do adolescente.

<sup>130</sup> Somente através dos estudos dos escritos de Karl Marx, obra que ganhou a denominação de *O Capital*, é que vamos ter o suporte teórico dos nexos causais que origina a questão social e, conseqüentemente, os meios de combatê-las. Para Netto (2001), “[...] com o conhecimento rigoroso do processo de produção do capital, Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo” (p.157).

<sup>131</sup> Não estamos atestando que o contexto é igual, mas sim, que o conteúdo do embate entre as classes sociais e seus interesses – parte integrante para o surgimento da *questão social* – é a mesma.

<sup>132</sup> Faz-se referência a Constituição Federativa (CF) do Brasil que foi promulgada em 1988 onde tem como **direito fundamental**, no seu artigo 5º de que “todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Apropriando-se criticamente dessa afirmação, o Estado tem por dever conceder ao indivíduo as condições necessárias para que possam gozar desses direitos. Mas, como somos cômicos, o que há – parafraseando Angela Alencar Araripe Pinheiro – é um **“abismo entre a lei e a realidade”**. Ver: PINHEIRO, Ângela. *Crianças e adolescentes no Brasil*: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

<sup>133</sup> No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990, não fez menção a palavra **fiscalização** no trabalho dos conselheiros tutelares que são agentes sociais do Estado, conforme a proposta metodológica de avaliação do retrato experiencial. Contudo, na prática, uma de suas atribuições é a de fiscalizar o que a

Também, como exemplo, temos os assistentes sociais, psicólogos, educadores e auxiliares que trabalham nos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS)<sup>134</sup> onde desenvolvem projetos, programas e políticas públicas do Estado para poderem atenuar a situação – em vários campos da vida social – da massa populacional mais vulnerável. Com efeito, temos vários outros agentes sociais, como os policiais militares, civis e penitenciários, que trabalham uma política pública de segurança<sup>135</sup> onde o conteúdo é formado por múltiplas refrações da questão social: vários tipos de violência (roubos, furtos, assassinatos), bem como inúmeras formas de descumprimento da lei.

Assim, através do trabalho do conteúdo das políticas públicas, os agentes sociais colocam em prática os interesses do Estado e do mercado, bem como da elite política que coaduna com os interesses e objetivos dessas políticas para o bem estar social e a permanência do *status quo*.

---

família, sociedade civil e Estado colocam em prática para esse segmento da sociedade.

<sup>134</sup> Conforme o Ministério da Cidadania do Governo Federal (Gov), os CRAS (Centros de Referências da Assistência Social) é “a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade”. Ele foi criado pelo Estado a partir das demandas que surgem da população mais vulnerável, nos mais diferentes aspectos da vida, como: alimentação, renda/trabalho, entre outros. Com isso, foram criados projetos, programa e políticas públicas para amenizar a situação de penúria que estão submetidos. Nas palavras de Costa (1989) é uma maneira de “remediar” e “reparar” o que o próprio Estado possui como obrigação de cumprir e não o faz conforme está escrito na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Sobre os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), ver o sítio do Gov.br: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>

<sup>135</sup> É preciso estar atento quando Donzolet (2001) afirma que *o setor social* é um **espaço híbrido**, comportando outros setores como judiciário, saúde, previdência. Ao sentenciar esse elemento do social, ele está afirmando que não conseguimos “purifica-lo” como se faz na separação de moléculas a partir duma perspectiva positivista.



## 5 O RETRATO EXPERIENCIAL DO AGENTE SOCIAL TUTELAR E A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O estudo de caso trabalhado neste apanhado avaliativo através da proposta metodológica do *retrato experiencial* caminha a partir dos elementos encontrados na metodologia do retrato sociológico de Lahire (2004), avaliando a partir dos conceitos de *disposição* e da avaliação metodológica de Lejano (2012), centrado no *contexto* onde foi produzido os conteúdos colhidos a respeito das experimentações das vivências do agente social.

Assim como Lahire (2004), também iremos utilizar o anonimato do agente social tendo em vista que o objetivo da pesquisa caminha por dois sentidos: a) aplicação da proposta metodológica do retrato experiencial e, por sua vez, b) como podemos utilizá-lo na avaliação de uma política pública, que, neste caso, diz respeito à avaliação da política pública de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes do município de Horizonte, Estado do Ceará.

[...] a escolha minimalista de colocar no título de cada estudo apenas um nome e sobrenome (modificados por razões de anonimato, mas que respeitam, todavia consonâncias ou referências implícitas contidas nos nomes e sobrenomes originais) está ligada a uma convicção teórica central desta obra: as diversas práticas, atitudes, etc. de um indivíduo singular não são redutíveis a uma fórmula geradora. O simples título um pouco mais desenvolvido para segurar o leitor viria, pois, destruir a lógica científica deste trabalho, propiciando a leitura de um traço “subjetivo” (posição social ou tipo de situação) ou “objetivos” (posição social ou tipo de trajetória) próprio ao entrevistado. [...] se houve uma diretriz que guiou a construção destes casos, foi exatamente aquela segundo a qual os atores individuais jamais são monocoerentes e podem ser movidos, de modo geral, por motivos múltiplos de coerência (LAHIRE, 2004, p.45).

Nesse sentido, Lahire (2004) pontua uma preocupação central com relação ao leitor que é conhecer pura e simplesmente o conteúdo disposicional do agente social. De fato, a entrevista desenvolvida para a construção do retrato experiencial traz um material individualista e, ademais, bastante particular sobre momentos da vida. Desse modo, a não identificação direta, tratará, sobretudo, dos nexos causais e correlacionais entre o retrato experiencial e as consequências disposicionais no trato com a política.

Além disso, é preciso entender que mesmo com todo o esforço realizado para colher o máximo de material empírico, de entrevistas que foram realizadas em diversos momentos, por exemplo, no *lócus* de atuação, no trabalho em trânsito<sup>136</sup>, na casa do agente

<sup>136</sup> Por possuir uma movimentação intensa no *lócus* de atuação, ou seja, no exercício da função na condição de conselheiro tutelar do CT do município de Horizonte, Estado do Ceará, grande parte do material foi colhido nessa movimentação intensa entre estar no *lócus* de atuação – Conselho Tutelar – e as visitas *in loco* dos

social, nos momentos de lazer nos finais de semana, nas conversas com familiares, amigos e conhecidos, em diversos contextos, bem como no anoitecer em sua casa, sempre a realidade será bem mais do que foi pintado neste quadro.

As incursões começaram no mês de maio deste ano e a escolha do agente social se deu porque o mesmo é o mais experiente no exercício da função onde pode vivenciar diversas situações no desenvolvimento da política. Essas experimentações no desenvolvimento da política, por possuir mais tempo no cargo de conselheiro tutelar, fez com que trouxesse um conjunto de disposições mais extensivo – latentes ou reprimidas – se comparado com os demais agentes sociais. Não foi uma escolha aleatória, pelo contrário, objetivou-se trazer para a cena da avaliação as mais variadas situações interventivas na política de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

### **5.1 Criação do *Retrato Experiencial* de um Agente Social Tutelar do Conselho Tutelar do Município De Horizonte/Ceará**

**José Muniz**<sup>137</sup>, 44 anos, Tecnólogo em Recursos Humanos pela Universidade Vale do Acaraú (UVA)<sup>138</sup>, trabalhou como agricultor, criador<sup>139</sup>, pescador e mototaxista antes de ser agente social tutelar do Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, Estado do Ceará. É casado há 21 anos com Maria Muniz, que possui ensino médio e trabalha numa fábrica de calçados<sup>140</sup> que existe na cidade. Conhece Maria desde a infância, pois nasceram no mesmo distrito chamado de Aningas, mas em comunidades diferentes, no município de Horizonte<sup>141</sup>. Chegaram a estudar juntos, na instituição de ensino público, na mesma sala de aula, numa escola que foi desativada no início dos anos 2000. A referida instituição possuía a denominação dos familiares de José Muniz, por ser uma das famílias mais antigas da cidade. Juntos, tiveram um filho que hoje possui três anos e sete meses. José Muniz também possui outro filho, agora, com a mulher que trabalhou na sua campanha política partidária eleitoral

---

casos que este agente social ficava responsável por desenvolver seu trabalho.

<sup>137</sup> Nome fictício.

<sup>138</sup> O município de Horizonte, Estado do Ceará, possui um anexo do Instituto Dom José, sediado em Fortaleza, com a denominação de Universidade Vale do Acaraú (UVA). Ver sítio: <https://www.idj.com.br/>

<sup>139</sup> “Criação” é um termo popular para designar o trabalho de **criar** (daí deriva-se o termo “criação”) animais que depois seriam vendidos ou consumidos pela própria família.

<sup>140</sup> A referida fábrica de calçados é a denominada Vulcabrás Azaleia, uma das maiores indústrias calçadistas não só do Ceará, mas do país. Atualmente emprega cerca de 10 mil trabalhadores calçadistas. Sítio na web da empresa Vulcabrás: <https://www.vulcabras.com/>

<sup>141</sup> Necessário mencionar que o município de Horizonte, Estado do Ceará, obteve a emancipação política e administrativa em 1987. Anteriormente pertencia a cidade de Pacajús.

em 2016<sup>142</sup>, que possui seis anos e quatro meses.

José Muniz possui mais três irmãos, todos mais novos que ele: Antonio, de 42 anos que atualmente trabalha como mototaxista; João que, se vivo estivesse, teria 38 anos. Este veio a adoecer e suicidou-se. José Muniz conta que o motivo do trágico episódio deveu-se “à separação de um relacionamento”, afirma. E Junior, o mais novo, 35 anos, casado e tem um filho. Seu pai era agricultor, plantava milho, feijão e hortaliças, além de criar gados, galinhas e porcos. O patriarca faleceu quando José Muniz era adolescente, 17 anos. Sua mãe é “dona do lar”, cuida dos afazeres domésticos. A família de José Muniz é de forte tradição religiosa. Do lado materno, seu avô chegou a Horizonte – na época a cidade era denominada de “Olho D’água” – no início do século XX. Agricultor e pescador, fincou morada próximo a um córrego que, no período das chuvas, pescava e vendia na grande feira que ocorre aos domingos no centro da cidade de Pacajús, Estado do Ceará. Quando no período da estiagem, plantava feijão, mandioca e cuidava de “criação”: gados, galinhos e porcos. Sua avó materna, cuidava dos 8 filhos, dona de casa, além de ser “uma religiosa fervorosa”, comenta. Contudo, do outro lado da família, ou seja, da linhagem paterna, pouco sabe, pois seu pai era comedido nas palavras e perdera o mesmo muito cedo: “[...] meu pai era muito calado e tínhamos medo dele. Só em olhar já entendíamos o que ele queria dizer. Nem precisava falar. Pouco sei da família dos meus avós” (*menção aos avós paternos*). Mas sabe que também eram agricultores e criavam animais para “abatimento”<sup>143</sup>.

Facilmente foi obtida a confirmação de realizar a entrevista porque o conselheiro tutelar já me conhece de outras pesquisas<sup>144</sup> e por eu ter sido, já dito anteriormente, conselheiro tutelar da cidade. A fluência dos encontros ocorriam em qualquer lugar, bastava enviar uma mensagem através do aplicativo WhatsApp<sup>145</sup> para poder obter a informação de onde estava e o que fazia naquele momento. Sempre busquei momentos em estar presentes em contextos específicos, peculiares, que me trouxesse outras visões e pudesse construir o seu retrato através da sua fala e da observação das suas disposições enquanto agente social. Recebeu-me amigavelmente, disposto a relatar o que eu quisesse saber e as entrevistas foram desenvolvidas de modo confiável.

Desde o início, José Muniz acatava as perguntas e em algumas situações ele

<sup>142</sup> Esse imbróglgio relacional será descrito no desenvolvimento do retrato experiencial de José Muniz.

<sup>143</sup> “*Abatimento*” é um termo usado para denominar a ação de **abater** (matança de animais que são criados e depois de certo tempo era abatida para serem vendidos nas grandes feiras).

<sup>144</sup> Pesquisas realizadas anteriormente na graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), bem como do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PGCS) da mesma instituição de ensino.

<sup>145</sup> *WhatsApp* é um aplicativo/programa de envio de mensagens, áudios, fotos e vídeos que possibilita que as pessoas se interajam entre si, bastando, apenas, que o referido aplicativo instalado em um celular ou no computador.

sentenciava: “[...] eu sabia que iria perguntar por isso. Estava demorando!”. E abria um sorriso convidativo para continuar o exercício de pertencimento sobre o conteúdo das suas vivências. Faz alguns anos que José Muniz faz uso de medicação controlada<sup>146</sup>, estando no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)<sup>147</sup> da cidade. Essas estadas neste centro de saúde, de certa forma, e suas atividades psicossociais com terapeutas, psicólogos e assistentes sociais, facilitaram a desenvoltura de narrar o conteúdo das experimentações que o atravessaram.

*Uma infância “entre trabalhar, rezar e um pouco de brincar”*

Quando José Muniz nasceu, em 1978, no hospital municipal da cidade de Pacajús, Estado do Ceará, seus pais possuíam dois anos de casados. Eles são analfabetos, sabendo apenas desenhar o nome. Em tempo, as instituições de ensino que existem à época, ficavam há quase três horas de caminhada de onde moravam, impossibilitando o exercício dessa atividade. Soma-se a isso, a visão que os avós de José Muniz possuíam sobre o exercício da alfabetização. Para eles, “era perda de tempo, pois desenhar num papel não colocava comida na mesa”. A ordem incontinente era o trabalho durante toda a semana e, nos sábados e domingos, ir para a Igreja rezar. Em alguns momentos, “entre o entardecer e o anoitecer é que a gente brincava com os colegas vizinhos antes de tomar banho para jantar e, depois, rezar e dormir”, comenta a mãe de José Muniz.

A mãe de José Muniz conta que acordava muito cedo e que sua mãe (avó de José Muniz) dividia, mentalmente, o terreno entre seus irmãos para poderem cisca-lo<sup>148</sup> e deixa-lo limpo. Depois dessa atividade, os irmãos homens, aqueles que já possuem nove ou dez anos, saíam com seu pai para as atividades de pescaria. Diz que pegavam, “quando o córrego estava cheio, quando tinha um bom inverno, uns tucunarés<sup>149</sup> bem grande. Naquela época tínhamos mais sustança do que hoje, você sabia?!”, afirma e indaga sobre a situação da alimentação de quando era criança. Por sua vez, ela e as irmãs, depois de terminarem de realizar a primeira atividade – “cisca o terreiro” – ajudavam sua mãe nas atividades do lar: varrer a casa, lavar roupas, buscar lenha para fazer o fogo que iria cozinhar ou fritar o almoço e a janta. Esperavam o pai e seus irmãos chegarem para “tratar o peixe com coco que apanhávamos no

<sup>146</sup> Medicação controlada ou popularmente conhecida como medicações “tarja preta”. Para obtê-la é necessária a prescrição médica numa receita específica para este tipo de medicação.

<sup>147</sup> O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tem a função de cuidar das pessoas que sofrem de algum distúrbio psicológico ou estão em processo de reabilitação psicossocial. Para mais informações sobre essa instituição ver: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/caps>

<sup>148</sup> “*Ciscar*” é um verbo popularmente utilizado por pessoas que vivem na Zona Rural para descrever a prática de limpar o terreno.

<sup>149</sup> Tucunarés são s que vivem em lagos, lagoas, rios e córregos. Vivem em água doce e servem como alimento par as populações ribeirinhas ou podem serem criadas em cativeiros específicos.

terreiro”, no extenso terreno que moravam. Mas se não conseguissem “pegar nada na pescaria”, sentenciava, “matávamos uma galinha das grandes que dava para o almoço e o janta”. Comenta que comiam macaxeira e peixe cozinhado com coco e hortaliças (cheiro-verde, cebolinhas, pimentas de cheiro). Como não frequentavam a escola, pois não tinham como se deslocar para o centro da cidade que era Pacajús, no período da tarde, tanto o pai quanto a mãe e os filhos iam para a roça plantar feijão, mandioca e “cuidar da criação”. Fala que trabalhavam muito e, no final da tarde é que “sobrava um tempo”, entre o entardecer e o anoitecer para brincarem com os primos e familiares da vizinhança.

As casas eram dispostas longe uma das outras, algo que dificultava a aproximação diária entre os vizinhos e, com isso, as brincadeiras entre as crianças não eram rotineiras, pois seus pais tinham medo de que algo pudesse acontecer no trajeto na caminhada por extensas estradas circundadas por matos<sup>150</sup> em todas as partes.

**Figure 4 - Casa onde José Muniz nasceu**



Fonte: Google Maps

Ao lado do fogão a lenha onde cortava 1 quilo de frango comprado na venda mais próxima da sua casa, a mãe de José Muniz narra, com saudosismo, os momentos vividos na infância ao lado dos pais, irmãos e vizinhos. Uma pausa se fez e, seriamente, olhou em meus olhos e disse: “[...] mas papai era casca grossa” (*menção a forma rigorosa em tratar dos assuntos que considerava “errado”*) quando alguns dos irmãos, inclusive ela, fazia alguma coisa que ele não gostava. Afirma que “ele batia com a primeira coisa que estava próxima dele: era cipó, galho de cajueiro [...] e ai da mamãe entrar na briga”. Continua: “[...] mas todos

<sup>150</sup> Matos é um substantivo masculino que designa um conjunto de plantas que crescem em terrenos baldios – abandonados – ou que não possuem moradores.

os filhos, nenhum de nós, deu para coisa ruim” (*menção a disposição em realizar ações que eram consideradas moralmente proibidas*). Quando próximo da noite, rezavam antes do jantar e, dormiam cedo porque tinham que se levantar “antes do galo cantar”<sup>151</sup>, afirma. Naquela época não possuíam eletricidade, nem televisão e estavam bastante cansados das tarefas realizadas durante todo o dia. Indagada como aprendeu a escrever o seu nome, respondeu que foi na Igreja quando fazia a primeira comunhão. Naquela época, os avós maternos e a mãe de José Muniz eram católicos. Hoje, por sua vez, praticavam a religião evangélica<sup>152</sup>.

Quando ainda muito nova, aos 15 anos, a mãe de José Muniz conhece aquele que seria seu marido e passaram a namorar escondidos. “[...] mas deixa eu dizer como era o namoro daquela época: (*neste momento, ri*) [...] no máximo andar ao lado, conversar e, de vez em quando, escondido, pegar na mão. Se papai visse, eu apanhava<sup>153</sup> bastante”. O pai de José Muniz foi o primeiro namorado da sua mãe. Jovens, ergueram uma casa de taipa<sup>154</sup> que passou a ser sua morada até os dias de hoje. Atualmente a casa é de alvenaria, bem diferente de quando casou, pontua. Fala que criou os filhos da mesma forma que seus pais os criaram, com rigidez e regras claras. Se os filhos não os obedecessem deveriam ser punidos com palmadas e chineladas.

De origem humilde, considerado pobre, José Muniz é o filho mais velho dentro os quatro irmãos. Por ser o mais velho, seu pai sempre pontuava a não “fazer algo errado para não dar mal exemplo aos irmãos”. Além disso, por ser o primeiro filho, tinha a missão de cuidar dos mais novos quando realizavam alguma atividade: quer fosse no momento da ajuda no trabalho na pescaria e do roçado, ou quando iam para algum lugar, nos poucos momentos de lazer, por exemplo. Dito isso, o ambiente durante a infância no qual José Muniz cresceu, com regras bem definidas, com pais que desenvolveram uma educação intrafamiliar rigorosa – assim como tiveram quando eles eram crianças – demonstra que essas relações e a maneira como foi criado, com as mesmas imposições que seus pais tiveram, afloraram certos traços disposicionais no entrevistado. Em verdade, a infância de José Muniz é marcada pelas dificuldades, autoritarismo e, principalmente, a renúncia da infância e adolescência tendo como centralidade, o senso de responsabilidade desde muito novo.

<sup>151</sup> “*Antes do galo cantar*” é uma expressão comumente usada nas áreas rurais para dizer que acordavam muito cedo, bem antes do “sol nascer”.

<sup>152</sup> A mudança de religião ocorreu depois da morte do irmão de José Muniz que cometeu suicídio. Ele não gosta de citar o assunto e, assim, foi feita sua vontade.

<sup>153</sup> “*Apanhava*” vem do verbo “apanhar” que, entre outros significados, também designa o ato de realizar castigos físicos que, neste caso, era realizado pelo pai em relação aos filhos.

<sup>154</sup> Construção onde se utiliza, basicamente, barro e madeira. Popularmente usada nas construções de casas no nordeste brasileiro.

Quando criança, José Muniz acordava cedo e via seu pai sair para as atividades de criação de animais e plantação de feijão, milho e mandioca. Até os seis anos, conta sua mãe, ficava na sua presença porque “precisava ficar de olho nele”, pois a qualquer momento poderia perdê-lo de vista. Passava grande parte desse período brincando no terreiro da sua casa, debaixo dos extensos cajueiros e mangueiras. Não possuíam dinheiro para comprar brinquedo e, diante dessa situação, seu pai “criava carros” a partir de latas de sardinhas que, vez ou outra, consumiam. Pode-se dizer que era a forma do pai demonstrar carinho em relação ao filho. Ao mesmo tempo, pode-se extrair a confirmação que gostaria de vê-lo brincando com “objetos para meninos”.

José Muniz começou a estudar quando tinha oito anos, mas a escola mais próxima só ofertava até a quarta série. Diante disso, quando findou essa etapa parou de estudar e seus dias passaram a estar com seu pai no trabalho diário. Só conheceu o centro do município de Pacajus com quase treze anos, quando passou a vender hortaliças na feira grande que ocorre aos domingos no centro da cidade. Essa foi a maior viagem que José Muniz fez durante a infância e o início da sua adolescência.

A relação com os demais familiares eram intensas porque moravam “próximos uns dos outros”<sup>155</sup>. O seu avó materno possuía um extenso terreno que, aos poucos, quando os filhos casavam, eram divididos entre eles. Quando necessitava ir para o roçado ajudar o marido, sua mãe deixava-o com sua tia, irmã mais nova que morava há alguns metros da sua casa. Depois que cresceu, mais ainda criança, José Muniz passou grande parte do seu tempo trabalhando, no roçado e na criação dos animais. Pouco falou sobre momentos de lazer nesta fase, pois a impressão que ele carrega é que sua infância pode ser definida através do trabalho e na busca pela sobrevivência da sua família. No geral, foi assim que ele descreveu o momento da sua infância:

[...] lembro que brincava de carrinhos que eram feitos de lata de sardinha, isso quando comíamos sardinha, pois era difícil, não tínhamos condições. Meu pai fazia. Brincava debaixo dos cajueiros, onde minha mãe pudesse ficar me olhando. Brincava com meus primos e conhecidos que moravam próximos. Também fazíamos bola de futebol com sacos plásticos. E brincávamos como se tivéssemos a melhor bola do mundo. A imaginação de uma criança é muito engraçada (*ele enfatiza*). [...] uma vez, brincando com meus primos, subi num pé de cajueiro – minha mãe não viu – lembro que levei uma queda que “apaguei”. Lembro-me como se fosse hoje. É algo que ficou marcado. Ainda tenho uma cicatriz no braço (*mostrando a marca*). Os meus primos gritaram, minha mãe veio correndo e só sei que apanhei bastante. Chorei muito! E não podia chorar porque senão apanhava novamente [...] hoje tenho filhos e lembrando o que passei, percebo o sentimento

<sup>155</sup> As casas mais próximas, mesmo distante umas das outras, a grande maioria delas pertenciam a seus familiares. Quando afirma que eram “intensas”, José Muniz quis dizer que eram os contatos mais constantes que possuía naquela época.

que minha mãe e meu pai sentiam. Poderia dizer que seria uma lembrança ruim, mas hoje pensando, acho que não. Muito do que sou hoje vem da rigidez que eles (*menção aos pais*) tinham comigo e meus irmãos.

Quando tinha doze anos, ao estarem jantando, na mesa que ficava na cozinha-sala, pois os cômodos da casa onde moravam eram pequenos, reclamou que a comida estava salgada e seu pai, num movimento brusco, pegou sua cabeça e jogou-a fortemente na mesa. Sua mãe levantou incrédula do que seu esposo tinha feito e correu para estancar o sangramento que escorria da testa de José Muniz.

Meu pai era muito rígido, acho que posso dizer que até violento. Eu e os demais irmãos apanhávamos muito, às vezes, não entendia, pois para mim não fazíamos nada demais. Em outras situações até entendia. Mas era assim com todas as famílias que me recordo: meus primos e amigos também apanhavam e acho que fazia parte do modo de convivência da época.

José Muniz falou que era proibido brincar de boneca, pois seus pais observavam essa experiência como sendo exclusivamente para meninas. No início da adolescência, gostava de ficar próximo das amigas, geralmente vizinhas, conversando. Vendo-o que passava mais tempo com meninas do que meninos, seu pai o proibiu qualquer proximidade com elas, pois na visão dele, estar convivendo com meninas o faria “virar viado”<sup>156</sup>. Essas imposições passaram a ser cada vez mais extensivas e José Muniz se retraía. O tempo livre que desfrutava entre o trabalho no fim do dia e o anoitecer, passou a estar sozinho, em casa, e sofria com a exigência familiar. Com o tempo, como gostava de futebol, passou a frequentar e a jogar com garotos da sua idade nesse intermédio temporal que possuía depois dos afazeres obrigatórios.

Ele me proibia de sair, conversar com minhas amigas quando era bem novo (*menção ao início da adolescência*). Pois na visão tanto do meu pai quanto da minha mãe era de que ao estar próximo delas, quase que diariamente, aprenderia só “coisas de menina”. Na visão deles, eu não poderia ficar muito com elas. Não que parasse de falar, mas sim de que o convívio intenso poderia fazer com que eu gostasse do que as meninas também gostavam [...] daí comecei a não ser tão presente próximo a elas. Ficava olhando de longe e, de vez em quando me aproximava. Mas com medo do que meu pai e a minha mãe achava, com o tempo, passei a não mais estar com elas. Isso me deixava triste, pois não via nada demais. Além disso, os outros garotos da minha mesma idade também começavam a comentar porque eu só andava com meninas. Eles falavam, “fofocavam”, a meu respeito, deu não ser “puro”<sup>157</sup>.

As exigências colocadas em prática pelo pai com relação a José demonstram disposições que eram próprias de quem impõe sua visão de mundo, isto é, do pai: uma pessoa reservada, que pouco falava, dedicado ao trabalho pesado, com traços religiosos fortes. Todas

<sup>156</sup> “Viado” é um termo popular pejorativo para designar homens homoafetivos.

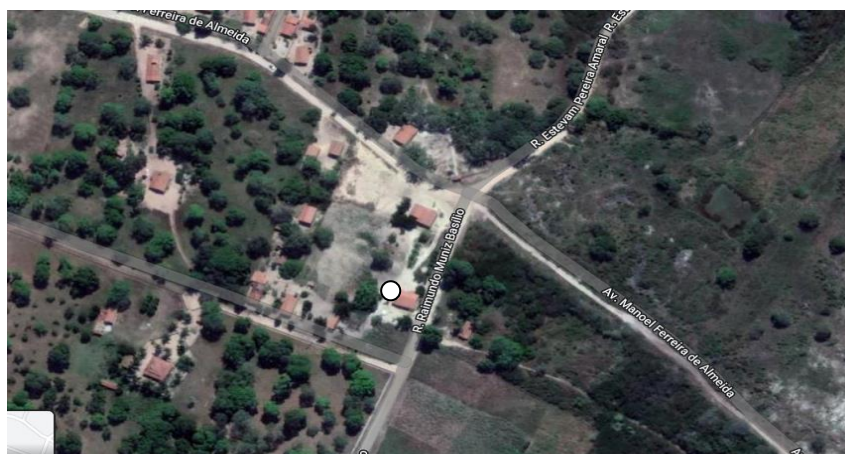
<sup>157</sup> “Puro” é um termo que designam pessoas que possuem sua orientação sexual héteros, ou seja, pessoas que se relacionam com outra pessoa do sexo oposto. Pessoas “não puras” são o inverso dessa designação, isto é, pessoas que podem ter atração por pessoas do mesmo sexo, do mesmo sexo ao mesmo tempo do sexo oposto, etc.



essas características foram sendo trabalhado “inconscientemente” na formação de José Muniz e como ele passava a enxergar a moral social das relações, ou seja, o que é permitido socialmente e o que não é aceito.

Como mostra a imagem abaixo, que pode ser considerada recentemente, aparece a casa onde o entrevistado nasceu. Em relação à vizinhança, como pode ser observado, de certa forma, era distante. As casas possuem terrenos com grandes extensões. Dito isso, a proximidade da sociabilidade cotidiana entre conhecidos e moradores da comunidade era algo que ocorria fruto de algum evento, por exemplo, missas, aniversários de familiares, amigos, bem como demais ritos de passagem: casamentos, batismos, primeira comunhão, velórios.

**Figure 5 - Casa onde José Muniz nasceu<sup>158</sup>**



Fonte: Google Maps

Dessa forma, durante a infância, o convívio se dava extensivamente no interior do núcleo familiar, isto é, com os pais e irmãos. Só no início da adolescência, através do trabalho como agricultor e criador de animais, que possibilitou ir as feiras para vender o que produziam é que começou a criar outros laços, vínculos que duram até hoje<sup>159</sup>. Além do trabalho que começou muito cedo, entre a infância e a adolescência, José Muniz sempre esteve inclinada na prática diária religiosa. Sua família, a partir dos seus avós maternos, até onde lembra, sempre foram fervorosamente religiosos. Assim, sua mãe o ensinou desde cedo rezas e começou a frequentar, nos sábados a tarde, as atividades religiosas que eram desenvolvidas numa Igreja Católica da comunidade que ficava cerca de 4,5 km de onde moravam. No início, ainda criança, com oito anos, sua mãe o acompanhava até a instituição

<sup>158</sup> A casa de José Muniz está indicada através de um ponto branco no mapa que foi extraído do Google Maps. Observem que as casas são distantes umas das outras, atualmente. Há 40 anos a quantidade de casas era bem menor do que se vê no mapa.

<sup>159</sup> Laços e vínculos vão sendo criados de maneira extensiva com o passar do tempo, principalmente oriundas das “rupturas” do trabalho que José Muniz desempenhou na trajetória da sua vida.

religiosa. Passado certo tempo, no início da adolescência, realizava o trajeto sozinho ou com seus irmãos mais novos. Afirma: “[...] como eu era o mais velho da família, passei a ter a responsabilidade de cuidar, desde cedo, dos meus irmãos mais novos. Isso ocorria, por exemplo, quando íamos para a Igreja aos sábados à tarde para as atividades religiosas da primeira comunhão, o catecismo<sup>160</sup>”.

De fato, pela criação na igreja, nota-se que ao narrar situações, acontecimentos, as relações e seu cotidiano, José Muniz, vez ou outra, verbaliza frases de sua devoção e crença, como: “Deus o tenha!”; “Deus nos livre de uma situação como essa”; “Deus sabe o que faz”; “Deixa nas mãos de Deus”. São lembranças disposicionais da religião incidindo no olhar que possui sobre os episódios e eventos que ocorreram no seu dia a dia.

José Muniz narra que seu pai era muito rígido e, que, com isso, ficava cada vez mais triste com as imposições que o mesmo empregava. Somam-se a isso, as severas formas na correção “dos desvios”, na visão do pai de José Muniz, através de açoites. “Eram verdadeiras violências físicas as que tínhamos, como o episódio já dito a você (*menção ao entrevistador*) quando estávamos nos alimentando e apenas mencionei que a comida estava um pouco salgada e ele bateu minha cabeça contra a mesa”.

Falou que possuía medo do pai, mas achava que a vida se desenvolvia daquela maneira, tendo em vista que seus colegas vizinhos também eram atravessados por situações similares. Episódios que ficaram marcados no corpo, fisicamente e, quando mais velho, movimentou seu espaço psíquico e começou a ter acompanhamento médico<sup>161</sup>, pois não conseguia dormir, uma vez que em seus sonhos sempre aparecia à figura do pai segurando um cipó para açoitá-los.

#### *As relações dentro de casa: uma mãe oprimida, um pai autoritário e extensas obrigações*

José Muniz começa seu passeio memorial através das atitudes do seu pai. “[...] ele, (*menção ao pai*), na hora do almoço ou jantar, sentava-se a mesa e não levantava para pegar sequer a colher, pois era trabalho da mulher”. Contou que, por seu pai ser mais rígido, introspectivo, estava mais próximo da mãe. Antes de adoecer e vim a falecer, o pai de José Muniz, numa rara demonstração de se importar com o filho, perguntou por que ele gostava mais da mãe do que dele.

<sup>160</sup> O “*catecismo*” é considerado o início do conhecimento dos rituais da Igreja Católica.

<sup>161</sup> Esse acompanhamento médico se deu quando estava com quase trinta anos, pois no município, antes disso, não possuía médico especializado com relação à saúde mental. Na verdade, ele afirma que começou o acompanhamento com um médico sem ser especialista no assunto e que o medicou com fármacos tarja preta que até hoje faz uso dos mesmos para poder dormir.

Agora, nesse trabalho de tentar procurar nas memórias tudo o que vivi, sinto que meu pai gostava de mim. Ao lembrar da pergunta que fez, penso que ele, por algum momento, percebeu que eu me dava mais bem e ficava a vontade com minha mãe. E a verdade é que nunca fomos próximos porque ele era bruto, rígido em tudo, batia na gente sem nenhuma pena. Era difícil gostar de alguém que se manifestava dessa forma. Tínhamos mais medo do que a palavra respeito. Medo dele nos bater, deixar de castigo, não deixar sair. A gente tinha medo até do modo como ele olhava para nós. Isso nos amedrontava. Fazia com que tremêssemos ao ouvir sua voz, pois poderia ser mais uma situação de represália sem sabermos o porquê [...] e diante dessa pergunta que tu me fez (*menção ao entrevistador*) vejo que ele gostava da gente ao lembrar a pergunta que me fez. Acho que foi difícil ele fazer essa pergunta do jeito que ele era, rude e grosso. Mostrar sentimento era coisa de mulher. Nunca vi meu pai chorar. Quando era criança achava que nos olhos dele não existiam lágrimas. Diferente de minha mãe que muitas vezes a vi chorando e perguntava do que se tratava e sempre dizia que “não era nada, era besteiras da sua cabeça”. E pedia para que fossemos brincar no quintal. Com essa pergunta que ele fez e na época não soube responder ao certo, na verdade, tive medo de responder algo que ele não queria, acabei dizendo que gostava dos dois, pois o medo me obrigou a dizer isso. Se dissesse porque gostava mais da minha mãe do que dele, a verdade, dele ser duro com a gente, tinha medo que ficasse com raiva e descontasse essa raiva em mim. Preferi mentir sobre o que sentia. E a verdade é que era mais próximo da minha mãe porque ela era, apesar de também bater, mas mais difícil do que meu pai, carinhosa, deixava a gente deitar em suas pernas, pegava nos nossos cabelos, catava nossos piolhos, falava histórias que ouviu dos seus pais quando era criança. Existia uma troca de carinho e me sentia bem estando ao lado dela.

Buscando em suas lembranças, José Muniz narra que, ao nascer, no hospital municipal de Pacajús, pois Horizonte ainda era distrito dessa cidade, seu pai, ao vê-lo, exclamou indignado que o filho não era dele. Isso porque, como reproduziram em suas palavras, dissera: “[...] que menino negro. Esse menino não é meu!”. Essa primeira informação tanto foi dada por José Muniz e confirmada por sua mãe, conforme dito abaixo:

Quando ele disse eu fiquei com raiva. Era como se eu tivesse saído com outro homem. Meu pai ficou com raiva e minha mãe foi tirar satisfação com ele por ter dito uma besteira daquela, no Hospital, na frente de muita gente. Mas ele sempre foi assim; de dizer o que vinha na cabeça. Mas dessa vez essa opinião saiu pela cabeça do dedo do pé dele. Lembro como se fosse hoje e contei ao “Zé” (*como chama José Muniz*) quando tinha uns 5 ou 6 anos, não lembro direito. Só sei que ele ficava repetindo e repetindo isso de que não filho do pai dele. Que foi achado na lata do lixo (*nesse momento ela ri*) [...] Hoje se você vê o “Zé”, vai ver que é a cara do pai dele quando tinha a sua idade. Foram os amigos que colocaram besteira na cabeça dele. Quando a criança nasce, geralmente tem outra cor, ainda do parto. Quando os dias passam vai ficando com a cor que possui. Foi besteira ele ter dito aquilo. Depois eu não mais liguei para essa história e nem ele falava sobre isso, mas percebi que não tinha muita proximidade com o “Zé”. Mas também ele sempre foi assim, fechado, na dele, independente dessa história.

José Muniz fala que seu pai sempre se comportou de maneira distante, mesmo quando saíam para desenvolver as atividades de pesca e no cuidado da criação. Por todo o tempo permaneciam calados, só falavam o necessário e a respeito de especificidades do trabalho. Mencionou que nunca o levava para algum lugar com ele, ainda criança e nem na adolescência. E, quem fez esse papel de levá-lo para algum local foi o namorado da sua tia

que gostava de futebol. Foi ele quem trouxe José Muniz, em algumas tardes e finais de semana para vê-lo jogar futebol. A partir dessa experiência que começou a gostar do esporte, pois, enquanto o namorado da sua tia materna jogava, brincava com outras crianças de futebol, ao lado. Dessa maneira, sua proximidade com o tio da namorada da sua mãe era maior do que com seu pai. Através dele, ouviu histórias sobre mulheres e sexo pela primeira vez. Diferentemente do pai que em nenhum momento entrou em detalhes sobre qualquer assunto a não ser o trabalho. Dito isso, José Muniz cresceu distante do pai, sem saber ao certo suas vontades e sentimentos.

Em narrativa expôs que quando cresceu, com mais ou menos 12 anos de idade fez algo que o deixou, depois, arrependido. José Muniz era muito apegado à figura materna, pela proximidade que tinha com a mãe e a “ausência simbólica” do pai e da imagem que criou a partir deste, ou dos homens. Em um dos seus passeios com o tio da sua namorada soube que o mesmo estava tendo outro relacionamento paralelo. De posse dessa informação e indignada com o que seu “amigo de lazer” estava fazendo, traindo sua tia, não pensou duas vezes e contou tudo o que sabia para ela. O tio da sua namorada não queria vê-lo depois de ter exposto o relacionamento paralelo que mantinha com sua tia. Passaram anos sem se falarem, vindo a interromper esse silêncio mais ou menos dez anos depois. Sua tia e o “amigo de lazer”, que o levava para os campos de futebol das localidades próximas, se casaram e tiveram dois filhos homens que são seus primos.

Por ser o primeiro filho da família, os demais irmãos ficavam sobre sua responsabilidade. Qualquer situação onde estivesse apenas ele e os demais, independente do enredo, a culpa recaía sobre ele. E esse ônus custou muito do seu tempo, ao mesmo tempo em que disposições de obrigação e cuidado iam sendo criados. Sobre o véu da responsabilização, sofreu com castigos físicos porque seus irmãos sofriam incidentes e, conseqüentemente, quem alimentava a falta de desvelo era ele. Com isso, eram imediatas as correções físicas que sofria do seu pai e da sua mãe.

Por morarem em um lugar longe dos equipamentos públicos da cidade, os adoecimentos que vivenciaram eram tratados em casa, apenas casos graves, como ocorreu com o seu irmão mais novo, pois a febre que o acometera não passava, foi que levaram para o hospital municipal no centro da cidade de Pacajús. Em verdade, qualquer doença era tida como quebranto<sup>162</sup> ou “mau olhado”. Assim, levavam a criança ou até mesmo os pais de José Muniz para serem “curados” a partir do ritual realizado pela benzedeira<sup>163</sup>. A crença era/é um

---

<sup>162</sup> “Quebranto” é designado popularmente como sendo um mal de ordem espiritual.

<sup>163</sup> “Benzedeira” é uma figura popular no Brasil que desenvolve trabalho espiritual, geralmente utilizando ervas

elemento fortemente desenvolvido na família de José Muniz. Ele que por várias vezes foi levado para benzedeira e acreditava/acredita fortemente no poder de cura das rezas e cantos.

Ainda sobre sua infância, por ter crescido sem um diálogo extensivo com o pai, José Muniz obteve informações sobre seu corpo e sexualidade com os colegas quando ia para os jogos de futebol com o namorado da sua tia. Através de conversas e diálogos acalorados sobre o assunto, que o deixava, afirma, “com certa vergonha, pois era muito tímido”, alcançou um conteúdo que em nenhum momento foi dito pelo pai ou mãe.

Era um assunto que ninguém mencionava dentro de casa. Falar do corpo, como eu soube da masturbação, foi através dos colegas [...] era um assunto proibido dentro de casa. Lembro que quando estava tomando banho, minha mãe me viu pegando nas minhas partes e gritou de longe: “o que você está fazendo? É feio! Isso é pecado. Jesus proíbe!”. Foi assim que ela percebeu quando passei a custar a tomar banho. Depois disso, nunca mais fiz (*menção a masturbação*) no banheiro de casa porque tinha medo que o vissem, pois o banheiro era de palha de coqueiro. Através das frestas dava ver o que estávamos fazendo, assim como dava para ver quem estava olhando. Minha mãe passou a ficar atenta no que eu poderia estar fazendo (*neste momento ri*).

Em vários momentos via a sua mãe chorando e a mesma falava que não era nada. Mas José Muniz sabia que estava ocorrendo algo porque ninguém chora do nada. Como sua mãe não fala nada, pontuava que não era nada para se preocupar, começava a imaginar que fosse uma picada de abelha, um cisco que caiu no olho, mas com o passar do tempo e a idade avançando começou a descobrir os motivos que a faziam chorar. Seu pai, quando brigava com sua mãe, a batia: dava tapas e murros em seu rosto. Com essa revelação que só soube quando avistou, ficou com muita raiva do pai a ponto de querer se distanciar ainda mais dele. Quando presenciava, corria para bem longe, com raiva e chorando muito, pois não sabia o que fazer para ajudar sua mãe. Ela pedia que ele não se preocupasse, revelando que sou pai sempre foi assim: “muito cabeça quente com qualquer situação”.

Dessa forma, José Muniz ocupou um lugar central na sociabilidade intrafamiliar por ter sido o primeiro filho. Isso fez com que recaísse muita responsabilidade no cuidado com os demais irmãos que eram mais novos. Além disso, foi uma infância marcada por uma forte rigidez, maus tratos e muito trabalho, pouco carinho familiar que às vezes a mãe o transmitia, mesmo com pouca idade. Embora seus passeios com o namorado da sua tia possibilitasse ampliar o olhar sobre questões que nunca ouviria ou saberia através dos pais, sentia que sua mãe e seu pai não eram felizes e isso o entristecia. “Hoje (comenta), fui vítima de muito maus tratos, mas naquela época as pessoas que conhecia – as famílias vizinhas e familiares – também passavam por situações similares e passava a acreditar que tudo o que eu

vivia era tido como normal”.

Essa instabilidade familiar que via como sendo práticas de convívio “normal” dentro da família são as lembranças mais fortes que possui. Os momentos de alegria que tivera na infância eram quando brincava no terreiro e criava um mundo só seu. Imaginava que “um dia seria vaqueiro, montaria num cavalo e correria atrás dos bois e vacas”. Além dos momentos de lazer que tivera quando saía com o tio da sua namorada para jogar futebol que até hoje é uma das suas grandes paixões. Somado a isso, mais frente iremos perceber que, com a instalação de uma instituição de ensino próximo a sua casa, José Muniz mobiliza disposições que foram criadas a partir das particularidades engendradas por este convívio.

*Uma família religiosa: e o cuidado com “os não recomendáveis”*

Filho de pais fervorosamente católicos, José Muniz vive sua infância cercado de simbolismo, bem como ritos de passagem frutos da religião que expressavam sua fé. As escolhas que tivera foi a partir da vontade dos pais: “[...] antes de dormir, rezávamos. Quando acordávamos, rezávamos. Antes de tomarmos café, agradecendo com uma oração, assim como no almoço”. Seus pais não queriam que os seus filhos de “misturassem” com qualquer um, principalmente com quem não manifestavam adoração ao “seu Deus”. Sempre pedia para estar próximo das pessoas que, assim como eles, frequentavam a Igreja e eram extensamente devotos.

Hoje, nessa atividade de rememorar suas vivências, percebe que as amizades que iam sendo criadas – que, diga-se: no entanto, poucas – eram escolhas oriundas do olhar dos seus pais galgados nas manifestações que realizavam da religião que professavam. Todos e todas as crianças e início da adolescência, pertenciam ao grupo de fieis da Igreja a qual fazíamos parte.

Não lembro ao certo quando foi a primeira vez que fui a Igreja. Mas lembro de quando tinha uns 6 anos, mais ou menos nessa idade, minha mãe levava-me para as atividades da Igreja no centro do Distrito onde morávamos, em Aningas. Andávamos muito para chegarmos e o caminho ora era um areal, em outros trechos com chão batido de pedras. Passávamos por um córrego. Gostava quando passávamos por essa “passagem molhada”, pois queria brincar e pegar os filhotes de peixes que eram bem pequenos e minha mãe não deixava, pois chegaria a Igreja, nas suas palavras: “com a roupa suja, molhada e não queria passar vergonha na frente de outros pais que levavam seus filhos!”. Hoje sei que foi/é através daquele córrego que deram o nome da comunidade que fica ao lado de onde moro que é chamado de “Córrego das Quintas” [...] minhas primeiras aproximações com crianças que tenha na mente foi nesse momento, quando ia para o catecismo aprender a rezar, bem como “as coisas de Deus” [...] vem à mente que muitas crianças vinham de outras comunidades, por exemplo, “Canavieira dos Pinheiros” e “Coqueiros”. Na época tudo parecia tão distante, pois não conhecia. Hoje são comunidades que fazem divisa onde moro, ou seja, ao lado. Como andávamos muito – essa é sensação que tinha –

acredito que para uma criança era um trajeto/percurso muito grande, muitas vezes achava que nunca chegaríamos. *[Foi na Igreja que conheceu sua atual esposa?]* não! Pelo menos, não lembro. Lembro que foi na escola que construíram aqui, ao lado, quando já tinha entre 9 ou 10 anos [...] mas meus primeiros coleguinhas foram da Igreja. Lembro-me de um colega, onde só sentava ao seu lado. Penso que não mora mais por aqui; acredito que foi embora para outra cidade, pois nunca mais ouvi falar sobre ele. Posso dizer que foi meu primeiro amigo, pois aprontávamos muito no momento do intervalo das atividades do catecismo. Em uma de nossas brincadeiras, subimos num pé de cajueiro e, com o peso de nós dois, pois o galho era fino, caímos os dois. Não aconteceu nada comigo, mas o grito que ele soltou daria para ouvir de longe. Ele tinha deslocado o braço e chorava gritando de tamanha que era a dor. Neste momento, como tudo era distante, ocorreu um grande alvoroço para poder leva-lo ao hospital. Por termos poucas condições e a maioria dos que frequentavam a Igreja viviam situações similares, mãe conta que cada um ajudou como podia para poder transportar meu amigo ao hospital. Também lembro que quando cheguei em casa, apanhei bastante do meu pai. Mesmo chorando, tinha que rezar para que meu amigo não tivesse ocorrido nada grave com ele. Depois soube que com dois dias voltou para a casa com o braço enfaixado. Lembro-me desse episódio como se estivéssemos vivendo neste momento.

Quando começou a sair com o namorado da sua tia, seus pais sempre falavam para brincar com crianças que “eram da Igreja”, ou seja, “pessoas que temiam a Deus!”. Mas quando lá estava, apareciam crianças que nunca tinha visto e quando dava por si já estava brincando com eles. Foi também nesse ambiente que comecei a ter amizade com outros meninos, mas meus pais não gostavam, pois não eram da Igreja. Algumas vezes, em várias oportunidades, não deixava ele ir para o futebol com medo de que “pudesse se perder ao andar com pessoas que não eram de Deus”!.

No futebol, José Muniz faz amizade com crianças “não recomendáveis, vadias, sem credo”, a partir do olhar dos seus pais. Isso, na visão deles, poderia colocar José Muniz num caminho sem fé e de vadiagem, algo que os pais temiam muito. Por isso, em muitos momentos, não deixava o filho ir para o futebol com o namorado da sua tia. Mas ele não possuía esse olhar temeroso que os pais implicavam. Pelo contrário, se sentia livre e feliz de poder conhecer outros garotos que viviam em outros lugares e falavam de situações que “parecia de outro mundo”, falou. Ele ficava encantado com o que seus colegas falavam: que iam para parques, andava em rodas gigantes, no barquinho, comiam algodão doce, pipoca e possuíam alguns brinquedos que José Muniz visualizava em seus pensamentos como sendo um “lugar mágico”! “Sempre dizia para mim que um dia eu ia para um parque”, afirmou. Era um dos seus sonhos de infância.

Lembra que os seus colegas do futebol faziam uso de estilingues para matar passarinhos. Para além do futebol, outras brincadeiras eram executadas e uma delas era a caça de pássaros. “Em nenhum momento consegui pegar no estilingue porque matar um pássaro ia de encontro com os ensinamentos da Igreja. Um pássaro é um animal que Deus adorava e eu não conseguia matá-lo, pois ia de encontro com o que aprendi”, afirmou.

Rapidamente, José Muniz passa a ter consciência das diretrizes que caracterizavam os ensinamentos da sua religião e procurava praticá-la. Mesmo se relacionando com crianças que não eram católicos praticantes<sup>164</sup> ou partilhavam de outras crenças. Dito isso, mesmo convivendo com crianças que não participam da mesma religião, depreende-se que José Muniz permanece embebido pelos valores inculcados pela religião que os pais pertenciam e a ele foi designada. Assim, não podia seguir com e nas brincadeiras com seus colegas nas aventuras de infância.

Com isso, essas amizades não ultrapassaram o espaço de convivência do futebol, dado que seus pais não permitiam que ele, por exemplo, recebesse visita ou, se quisesse, em alguma oportunidade, visita-los. E com os passar do tempo, já no final da infância, com o rompimento da amizade com o namorado da sua tia, esse aproximação foi chegando ao fim. Ao passo que outras começaram a surgir quando, em 1987 a prefeitura municipal de Horizonte<sup>165</sup> passa a construir as primeiras escolas do município. Uma delas foi erguida na comunidade onde morava, que levava o sobrenome dos seus familiares, mas com poucas salas, pois só ofertavam as primeiras séries primárias.

Além disso, José Muniz e sua família, de maneira incontinente, participativa das missas que ocorriam todos os domingos. Vestiam a melhor roupa que possuíam e saíam, caminhando, ao encontro da manifestação religiosa. Práticas simbólicas como batismo, peregrinação a santos devotos, também faziam parte do repertório de fé que a família de José Muniz participava.

Neste sentido, os amigos de José Muniz deveriam ser e eram os que frequentavam a mesma Igreja. É importante salientar que não bastava ser praticante da crença católica e ser devoto de Jesus Cristo, mas também e, sobretudo, pertencer à mesma Igreja que manifestavam sua fé. Com isso, José Muniz foi crescendo através de mecanismos de socialização dos mesmos meios sociais e caracterizado por uma devoção religiosa que marcariam suas disposições em múltiplos assuntos que se deparava no seu cotidiano. Entretanto, nota-se que ele encontrava “refúgios secundários”, mesmo que temporários através de sujeitos que orbitavam fora do círculo familiar e religioso, por exemplo, o namorado da sua tia, o espaço do futebol e as crianças que estavam neste meio realizando

---

<sup>164</sup> “*Católicos não praticantes*” geralmente são pessoas que, na infância, seus pais levavam para a Igreja, batizavam-se, realizavam a primeira comunhão, mas, quando adulto, deixavam de frequentar os rituais da religião: ir às missas, procissões, entre outros.

<sup>165</sup> Em 1987 foi o ano da emancipação política e administrativa do município de Horizonte, Estado do Ceará, que deixara de ser distrito de Pacajús. Uma das condições para a emancipação é que o pretense município possua hospital municipal, escolas, creches, entre outros equipamentos públicos para que o município pudesse gozar de autonomia administrativa.



brincadeiras que, mesmo indiretamente, fazia parte deste “outro mundo”.

*O mundo escolar primário: a interrupção precoce das letras e sua primeira paixão*

José Muniz aprendeu a desenhar seu nome nas atividades que eram desenvolvidas no catecismo da Igreja do distrito que morava, mas só foi a partir dos quase 10 anos que ele começou a frequentar a escola. A idéia da construção de uma instituição de ensino primária na comunidade agitou, positivamente, os sentimentos do povoado. Seus filhos poderiam aprender a ler e escrever. No início, a sala da alfabetização agregava crianças de várias idades, desde os cinco aos onze anos.

**Figure 6 - Escola onde José Muniz foi alfabetizado<sup>166</sup>**



Fonte: Google Maps

Foi nesta instituição de ensino que José Muniz aprendeu a ler e escrever. Assim, como os demais moradores da comunidade. Também foi nesse espaço que começou a ampliar suas relações de sociabilidade, criando amigos e, seus primeiros sentimentos afetivos amorosos afloraram. Em tempo, foi neste espaço que conheceu a menina que, futuramente, seria sua esposa. Mas dificuldades foram sentidas no seu dia a dia a partir do momento que sua rotina mudou quando devotou parte do seu tempo a estar na instituição de ensino.

No início das atividades escolares, seu pai se manifestou avesso à falta que o filho

<sup>166</sup> Construída em meados dos anos de 1987, a instituição de ensino onde José Muniz se alfabetizou, próxima a sua residência, encontra-se desativada. O principal motivo que a tornou inoperante, a partir da argumentação da Secretaria Municipal de Educação do município de Horizonte (SME) é descrito como proveniente do pequeno número de alunos que foram alocados noutra instituição de ensino em outra localidade, mais distante de onde moram. A iniciativa da Prefeitura Municipal de Horizonte (PMH), até hoje, causa revolta nos moradores locais.

fez no trabalho diário no cuidado da criação (gados, galinhas, porcos), na pescaria e no trato da terra (nas plantações de feijão, milho e mandioca). Foi um momento de muita tensão psicológica vivida entre ele e o que os vizinhos poderiam comentar em não deixar seu filho ir para a escola, onde os demais pais incentivavam tal prática.

Meu pai nunca ligou para os estudos. Para ele, era “perda de tempo”, pois riscar um papel não colocava comida na mesa. A visão que ele tinha era que fizéssemos o que ele sempre fez, desde a sua infância: trabalhar para poder se alimentar e viver. Ele não conseguia absorver a ideia de ver seus filhos passando parte do dia dentro de uma sala “repetindo besteiras”, assim falava. Tinha dias que eu ia (*menção a ir a instituição de ensino*), em outras situações ficava em casa e ia trabalhar com ele. Quando ficava em casa ele ficava calado, mais calmo, mas sempre na dele. Mas quando estava na escola e voltava para casa, meu pai passava o dia resmungando, com raiva, sobre “essa perda de tempo”. Era uma situação muito difícil porque eu sempre perdia o que os demais alunos aprendiam. Sempre estava atrasado nas atividades escolares. Minha professora até tentou falar com ele sobre a importância dos estudos para a minha vida. Contudo, nas duas tentativas que ela foi à minha casa, meu pai não estava. Sempre estava trabalhando. Trabalhava arduamente, não parava e, muitas vezes, adentrava a noite com a ajuda da clareira de um lampião [...] confesso que estava acostumado com a vida que levava, mesmo ainda sendo bem novo. Mas quando via muitos colegas na escola, meu peito se enchia de alegria, pois parecia outro mundo, aprender as letras e poder ler, parecia mágica, mesmo gostando mais de matemática do que de português (*nesse momento sorri*). Entre idas e vindas, nesse caminho entre escola e casa, aprendi o que deu para aprender. A verdade é que eu faltava às aulas bem mais do que ia.

Da estada na escola, mesmo diante dos empecilhos advindos da visão que o pai possuía em relação ao tempo dedicado aos estudos, José Muniz guarda boas lembranças. No decorrer do descontínuo dos estudos primários, ainda assim, conseguiu aprender a ler e a escrever, mas com algum grau de dificuldade e de maneira lenta. Aparentemente, o fato de fazer novos amigos foi um adendo que o fazia querer estar na escola, pois era nesse momento que desenvolvia sua infância com intensidade, através de brincadeiras e interações com as demais crianças que frequentavam a instituição escolar. Mas ao mesmo tempo, se longe ficasse, não sentiria muita falta, tendo em vista que sua criação sempre foi pautada na reclusão em relação a outras pessoas que não fossem as do núcleo familiar.

José Muniz menciona que, mesmo nos lapsos que tivera entre idas e vindas às aulas, era considerado um ótimo aluno em matemática. Disse que em casa, quando chegava, andava pelos cajueiros e mangueiras e começava a contar e a subtrair; “aqueles dois cajueiros próximos com aqueles três que ficam atrás da casa formam cinco cajueiros”, afirmava. Além disso, passou a fazer a contagem dos quilos de feijão que produziam, a distância do terreno plantado, a quantidade de porcos e o montante que comiam diariamente e o que deveria ser servido durante um determinado tempo. Ou seja, sua vida na produção da terra e no cuidado com animais eram espaços que colocava em prática os ensinamentos da escola. Uma vez,

sentindo-se orgulhoso de si, disse ao pai: “tá vendo pai, como os estudos servem para alguma coisa? Agora eu sei a quantidade de sacos de milho que a gente planta para os porcos comerem por semana”. Seu pai apenas balançou a cabeça de maneira negativa e nada falou, continuando o trabalho que realizava.

De um lado, por parte da professora e dos colegas de sala, recebia elogios pela aplicabilidade na desenvoltura com o conteúdo da disciplina de matemática. Por outro lado, em casa, recebia o silêncio de quem reprovava sua permanência em parte do dia no recinto de alfabetização. José Muniz recebe estímulos e gratificações através de palavras ditas na frente de todos os alunos sobre sua desenvoltura, e isso o alegrava e sentia, pela primeira vez, orgulho de si. Mas era “desqualificado” ou passara a ser “preguiçoso” pelo pai. “O que mais me lembro é o olhar cabisbaixo do meu pai por eu não estar cumprindo com as obrigações que ela achava serem as corretas a se fazer”.

Apropriando-se criticamente desse paradoxo, José Muniz viveu no ambiente escolar para liberar o que em casa retraía: a busca pelo novo, o ensino da matemática, a relação com os colegas, brincadeiras. Era momento que agenciava o que era reprimido por medo ou respeito, dos pais e as regras impostas a ele. Além disso, não pode ser esquecido que os demais irmãos passavam pela mesma situação, mas com menos rigor, uma vez que José Muniz era o filho mais velho e deveria, na concepção dos pais, “dar exemplo aos demais”.

Em determinada situação, de maneira totalmente automática, José Muniz ia contra as regras da escola: saía antes da aula acabar, principalmente quando a disciplina era a de português, mesmo a professora chamando sua atenção. Nestas situações, apenas olhava e caminhava. De certo modo, essas manifestações era uma resposta a tudo o que vivia em casa. Como no recinto doméstico não poderia ir de encontro aos ditames dos pais, a escola serviu como espaço para poder dar vazão e manifestação às disposições que o contrariava diariamente.

Recorda que mantinha uma “rivalidade” com um colega de sala sobre quem “dominava mais o conteúdo” de matemática, mesmo sabendo que a aparente disputa guardava um elemento que pedia para uma situação positiva para o seu “rival” que era a indisponibilidade de estar todos os dias em sala. Sendo assim, diante dessa situação, passou a faltar às aulas de português e esteve mais presente nas aulas de matemática. Tal decisão fez com que a desvantagem que possuía fosse amenizada. Nessa quase evidente disputa, chamou a atenção das colegas de sala. E uma delas, particularmente, convocava seu olhar: “era a menina mais bonita que já tinha visto”, afirmou.

Ele então, deixando de lado um pouco a timidez e com o “coração na mão”,

aproximou-se dela,

Foi a primeira vez que gostei de uma menina de verdade. Ia completar uns 11 anos, mais ou menos isso. Gostar no sentido do coração bater forte ao pensar e de tremer as pernas quando próximo me encontrava dela. Eu notava que [ela] olhava para mim e eu gostava; gostava do seu cabelo preto “igual graúna”<sup>167</sup>, do seu sorriso e sabia que [eu] deveria ter uma atitude e conversar com ela. Mas nunca tinha feito isso antes, então, foi tudo muito espontâneo, sem ensaio, sem saber como chegar, apenas fui e perguntei onde morava. Ela respondeu que morava na “Canavieira dos Pinheiros”, no caminho para “Aningas” [...] era o trajeto oposto que eu fazia até chegar à escola. Antes de chegara até ela e fazer a pergunta pedia em pensamentos que fosse o mesmo trajeto que o meu para que pudéssemos ir e vim juntos. Mas não era. Era totalmente contrário a minha andança. Mas mesmo assim fiquei pela atitude que tive. Ela sorriu e ficamos em silêncio por um tempo até que [ela] pediu minha ajuda em alguns exercícios e fomos, nós dois, sem saber que o futuro nos reservava, realizar rabiscos numa folha de papel, somando e subtraindo.

Passaram a estar cada vez mais próximos e, quando saiu da escola e ela foi estudar em outra, enquanto foi ajudar seu pai, mantiveram contato através de encontros, muitas vezes, não programados, mas sabiam que um e outro estariam naquele momento e lugar. Já com 13 anos e apossando-se da bicicleta que seu pai comprara para realizar comércio em lugares distantes, saía sem que os vissem e pedalava para a escola onde ela, a “menina de cabelos de graúna”, estudava. Viam-se no intervalo da aula e, para ele, era um dos momentos mais felizes que tinha durante aquele dia. Conversavam sobre coisas banais como o que tinha feito naquela manhã, se iria à missa da Igreja no domingo (que, posteriormente tornara-se lugar dos encontros).

Ao voltar para casa, já sabendo dos riscos que corria ao sair com a bicicleta do pai sem seu consentimento, José Muniz não se importava ante o que seu coração ansiava e desejava, que era ver a menina que roubara, pela primeira vez, seu coração. E não tardou e seu pai soube das suas andanças e foi duramente castigado por tamanha falta de cuidado com um bem mais valioso que possuíam naquela época. Seu pai sequer pensou no que ele estava a fazer, seu olhar voltou-se para a terrível ideia de que a bicicleta que compara com muito trabalho poderia ter sido roubada nos caminhos tortuosos de areia penetrante circundada por um grande matagal. José Muniz se viu, mais uma vez, sendo castigado, veementemente por seu pai.

Depois de descobrir suas andanças, José Muniz ficou grande tempo sem saber notícias e sem ver a “menina de cabelos de graúna”. Andava triste e emudecido: “foi uma das piores dores que senti na vida. Como nunca tinha me apaixonado, foi como se tudo tivesse perdido sentido”. Só depois de algum tempo, meses depois, numa quermesse<sup>168</sup> que ocorreu

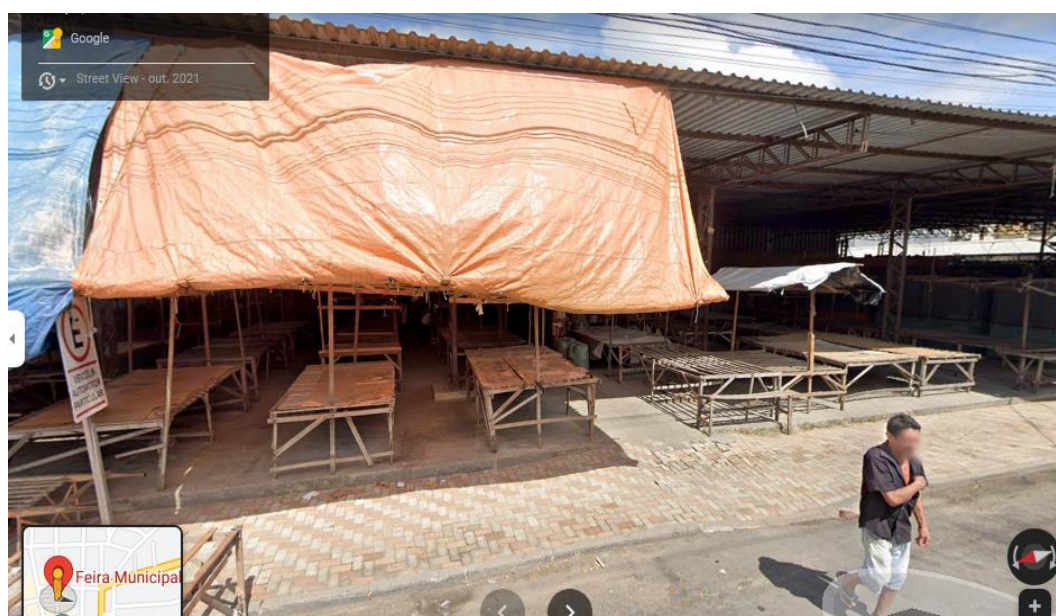
<sup>167</sup> “Graúna” é uma ave/pássaro, de plumagem negra e muito apreciada pelo seu canto.

<sup>168</sup> Quermesse é uma ação que teve origem com a Igreja Católica. Geralmente são feitas próximas as Igrejas no

depois da missão em alusão ao padroeiro do Distrito de Aningas foi que José Muniz voltou a vê-la novamente.

Diante das incursões negativas que seu pai tinha em relação ao tempo despendido em que José Muniz permanecia na instituição de ensino, depois do término da quarta série, parou de frequentá-la<sup>169</sup>. Passou a estar, novamente, diariamente até o anoitecer, nas atividades da agricultura, na criação de animais, pescarias e, depois de terem conseguido comprar uma bicicleta, na venda de verduras – cheiro-verde, cebolinha, pimentão e tomates – aos domingos, no centro da cidade Pacajús.

**Figure 7 - Barracão no Centro da Cidade de Pacajús onde ocorre a Grande Feira aos domingos**



Fonte: Google Maps

#### *A retomada do ensino e de si: estudos, o pai e relacionamentos*

Os resultados obtidos no ensino primário, mesmo tendo que abandoná-lo por questões familiares, são analisados por José Muniz, levando em consideração o momento em que todo esse enredo se desenvolveu é tido, por ele, como sendo positivo. Mesmo mencionando os problemas familiares que o impediam de desenvolver as atividades numa instituição de ensino de maneira que pudesse ampliar seu repertório gramatical, ortográfico e

---

dia alusivo ao padroeiro/a da comunidade. Há, nessa manifestação, venda de objetos, comidas, bebidas feitas pelos frequentadores da referida Igreja e o dinheiro obtido nas vendas são para benfeitoras da instituição religiosa.

<sup>169</sup> Como a instituição só ofertava aulas até a quarta série, para continuar desenvolvendo seus estudos era preciso se deslocar para outra comunidade, onde possuíam mais moradores e a instituição de ensino oferecia até a oitava série do ensino fundamental.

na matemática de modo adequado, ainda assim, orgulhava-se por saber ler e escrever.

Bem verdade que a professora que esteve guiando-o no processo de alfabetização, percebia o “erro” da não continuidade dos estudos de um aluno que possuía um grande potencial, principalmente no “manejo” com os números. Dito isso, sua trajetória escolar pode ser considerada com “falhas”, interrupções que comprometiam o seu possível e, hipotético, sucesso.

Pensando naquela época, vivendo tudo o que vivi, de certo modo vejo como sendo algo bom o tempo que passei na escola, mesmo tendo que parar por causa do trabalho. A escola mais próxima para dar continuidade era muito longe e só uma família que possuía alguma condição melhor do que a nossa foi quem conseguiu dar prosseguimento. Trabalhávamos para se alimentar e não sobrava quase nada do que vendíamos. E comecei a dar razão ao meu pai, pois o trabalho ficou quase todo com ele. Precisa de alguém e essa pessoa era eu quem deveria estar ajudando para colocar comida na mesa. Primeiro [eu] tinha que pensar em viver e para viver precisava comer. Depois vinham as outras necessidades e estudar ficava em terceira ou quarta necessidade. Passei a pensar assim para poder me conformar com a condição de não estar estudando [...] na época eu pensava assim: por que estudar mais se eu sei ler, escrever e fazer contas, mesmo que fossem as mais simples? Rendia-me a minha condição, e só me via dando continuidade ao trabalho que meu pai começou.

Com o tempo, outras instituições de ensino foram sendo erguidas no município. Com quase 18 anos de idade, José Muniz soube que no Distrito de Dourado<sup>170</sup>, na Escola de Ensino Fundamental Mariana Ferreira de Almeida (EEFM), ofertavam ensino para adolescentes e adultos que se encontravam numa situação escolar de “atraso” onde as aulas ocorreriam no turno da noite. Neste período, José Muniz já possuía sua própria bicicleta e, depois de passar o dia trabalhando, pedalava cerca de 4,4 km, 30 minutos de bicicleta para chegar na instituição de ensino.

Quando [eu] soube que poderia voltar a estudar fiquei feliz. Queria dar continuidade o que na infância não consegui. Não medi esforços e todos os dias, pedalando na escuridão, chegava onde queria estar. Mas quando as aulas começaram, tudo era diferente de quando comecei a estudar quando entrei numa sala de aula pela primeira vez. Tinham pessoas na sala de 30, 40, 50 anos de idade. Pessoas que mais pareciam com meus pais e meus avós. Poucas pessoas com a idade parecida a minha. Existiam alguns alunos com idade parecida, mas sendo mais novos do que eu, mas em outras salas. Nas salas dos estudantes que não eram tidos como “atrasados”. Confesso que senti vergonha. Era outra situação e diferente do que imaginava. Pensei que fosse encontrar pessoas com a idade igual a minha em sala e que, como no passado, seríamos amigos ou coisa do tipo. Fiquei com vergonha! (*repetiu novamente seu sentimento*). Mas com o passar dos dias percebi que tinha muito haver com as pessoas que estavam comigo, na minha sala. Eles só falavam de trabalho e, alguns deles também faziam os mesmos trabalhos que eu realizava na plantação, com a criação de gados, pescaria e na venda de verduras. Inclusive, passei a ir com um deles, juntos, para as feiras aos domingos em Pacajus.

Passado poucos dias que tinha retornado as aulas, seu pai adoeceu e, com isso, as

<sup>170</sup> O Distrito de Dourado, no município de Horizonte//Ceará, é o distrito mais próximo da comunidade onde mora.

dificuldades em relação à aprendizagem fortemente eram sentidas. Apesar dos seus esforços, sentia que a situação vivenciada em casa afetava-lhe, pois sua mente, em sala, estava quase sempre voltada para saber o estado em que seu pai se encontrava. Assim, passou a faltar as atividades escolares e a estar mais em casa, com sua mãe e os seus irmãos.

Meu pai passou a sentir dores entre a perna e o órgão genital. Ele disse que só em andar doía muito. Além disso, tudo se agravava por ele ser bastante teimoso. Pedíamos para ele ficar sentado, mas queria ir trabalhar. E o pior que não tínhamos como impedi-lo, como barrar aquela vontade e ânsia que o consumia em querer trabalhar [...] também não queria ir ao hospital porque, na visão dele, quase todos (*menção a conhecidos, amigos e familiares*) que foram para por lá, da idade dele, morreram. E isso fazia com que não fosse. Acabei indo ao posto de saúde no centro do Distrito de Dourado para falar com o médico, mas não tinha [médico] para atender, só uma enfermeira que disse que só poderia saber se o visse, se tocasse para saber o que estava causando a dor. Meu pai nunca iria deixar uma enfermeira tocar nas partes dele, nunca! (*falou enfaticamente*). Do jeito que lhe contei como ele era, até não falei que era uma enfermeira que poderia ver o que ele tinha. Não contei para ele não se zangar. O homem era muito bruto. Não dava para falar direito com ele e a cada dia que passava o gênio forte dele ficava ainda pior. Era muito teimoso! E aí ficou assim, trabalhando com essa dor e tomando medicação que os conhecidos lhe falavam. Dizia que ora estava melhor e que ora estava pior. Sempre resmungando e reclamando de tudo.

Com o adoecimento do pai, que o impossibilitou de realizar as atividades corriqueiras, José Muniz tomou a frente dos trabalhos e, com os irmãos mais novos, tentava suprimir a sua ausência. Na verdade, tornara-se o responsável pelo sustento da família. Mesmo com todas essas dificuldades, continuou a estudar a noite e a terminar o ensino fundamental, momento em que precisava ir para o centro da cidade de Horizonte para cursar o ensino médio, pois na instituição de ensino onde estava não ofertavam as demais séries. “Lembro que mesmo sobrecarregado das obrigações que tinha que fazer pela ausência do meu pai, eu queria muito estudar, principalmente matemática. No entanto, por passar muito tempo trabalhando não tinha como exercitar e os resultados nas avaliações eram ruins”, afirma.

Passou a ficar em casa a noite, pois passara a ser responsável por tudo o que ocorria no seio intrafamiliar. Nesse momento José Muniz sente-se, solitário, sozinho, algo experienciava em sofrimento e que o deixava triste.

Foi um amontoado de coisas que eu pensava na época [*que época?*] e não ocorreram. Vou explicar direitinho! Quando apareceu a notícia que poderia voltar a estudar no turno da noite onde atrapalhava o que deveria realizar durante o dia fiquei muito feliz. Mas na mente tudo aconteceria como ocorreu quando fui para a escola pela primeira vez. Por exemplo, achei que fosse ver uma garota como ocorreu no passado. Que teria amigos que eram da mesma idade e que não ia acontecer o que estava ocorrendo: nada do que pensei ocorreu na escola, pelo contrario, tudo era diferente. E tem o fato do meu pai ter adoecido muito e que me afetou fortemente. Ficava muito preocupado com tudo: com a saúde do meu pai, com o trabalho, com meus irmãos, com minha mãe, com os estudos e tem algo que me consumia: eu estava maior de idade e não tinha tirado a “menina dos cabelos de graúna” da cabeça. Ficamos muito tempo sem a gente se ver e eu também não sabia como ela

estava. Onde estava estudando? Será que estava namorando ou já tinha casado? Tinha filhos? Aos poucos fui me fechando e tudo isso me deixava triste. Os dias passavam e ficava cada vez mais comigo, retraído, sabe?! Eu sentia que era hora de ter alguém, uma namorada, casar, pois na minha idade, naquela época, a maioria dos meninos já estavam juntos<sup>171</sup>, enquanto eu ainda não.

A vida se mostrava um pouco “amarga” para as pretensões de José Muniz. Sentia-se só e não tardou para tomar a iniciativa de procurar a menina que roubara seu coração na infância. De bicicleta, foi até a instituição de ensino onde ela tinha estudado pela última vez, tendo em vista que não morava no mesmo lugar quando se conheceram. Perguntou por ela e, a merendeira, que era da comunidade, funcionária mais antiga da escola, dissera que tinha ido morar no centro da cidade, pois seus pais passaram a trabalhar numa fábrica de calçados<sup>172</sup> que se instalara recentemente.

De posse dessa informação, como no Centro da Cidade só possuía uma instituição de ensino que ofertava o ensino médio, foi para lá que ele se direcionou e a encontrou.

Eu estava tão cansado, mas tão cansado que a respiração faltava a falhar. Mas cheguei vivo! (*nesse momento sorri*). Cheguei no portão e o senhor que estava na portaria disse que só abriria quando o intervalo começasse, pois os alunos saíam para merendar com o senhor que tinha uma venda fora da escola, ao lado. Não sabia em que série ela estava e, pior, nem sabia que poderia estar estudando ali. Vai que estivesse estudando noutra escola?! Vai que tivesse ido embora morar com outros parentes porque seus pais passavam o dia trabalhando e não queria deixá-la sozinha, na casa?! Vai que os pais delas nem trabalhasse mais na fábrica de sapatos e todos tivessem ido morar noutra cidade, distante, que eu não pudesse mais vê-la?! Um “monte” de ideias se passou na minha cabeça enquanto a sirene do recreio na tocava. Parecia que passavam-se dias e não horas. E suava as mãos. As pernas começavam a tremer. E aos pensamentos vinham: e se ela não quisesse mais saber de mim? Se já tivesse namorado ou casado? Até que o recreio começou um amontoado de gente saiu da escola não dando para vê-la. [*O que fez nesse momento?*] Encostei a bicicleta no poste que ficava mesmo de frente do portão e sem gaguejar gritou por seu nome. [*E o que ocorreu?*] Ela escutou e veio até onde eu estava, com um sorriso largo no rosto e seu “cabelo de graúna” balançando para lá e para cá. Foi como se eu tivesse renascido naquele dia. Desde então, desde este dia, nunca mais a deixei. Começamos a namorar escondidos. Passamos mais ou menos um ano sem contar aos nossos pais até que, quando ela estava para terminar o ensino médio, tomou coragem e falou para os pais dela. Depois de uns 6 meses nos casamos e ela veio morar comigo, na casa com meus pais e meus irmãos.

Depois que casou, mais ou menos dois anos depois, seu irmão mais próximo com relação à idade também casou e foi morar com sua esposa na comunidade chamada de “Coqueiros”. Era a localidade mais próxima de onde moravam. E, poucos meses mais a frente, seu pai faleceu, proveniente da dor que sentia. Ele possuía o que popularmente

<sup>171</sup> A relação por “ajuntamento” ocorre quando o casal firma compromisso de morarem junto sem que seja realizada alguma cerimônia – ritual – religiosa para formalizar essa manifestação de compromisso.

<sup>172</sup> A fábrica de calçados mencionado pela merendeira da escola que informou a José Muniz sobre onde a “menina dos cabelos de graúna” morava, chama-se Vulcabrás Azaleia.



chamam de íngua<sup>173</sup>, que pode aparecer próximo à virilha. Sem os devidos cuidados, nem sequer ter tido uma consulta médica, acabou falecendo. A partir desse trágico evento para a vida de José Muniz, cada vez mais ficou próximo da sua mãe, morando com ela, sua esposa e seus outros dois irmãos mais novos.

### *Rupturas profissionais: a chegada até o Conselho Tutelar*

Incentivado pela esposa que concluiu o ensino médio e começara a trabalhar na fábrica de calçados igualmente seu pai e sua mãe, já no início dos anos 2000, José Muniz volta para a sala de aula, através do programa EJA (Escola de Jovens e Adultos) queria dos alunos estudar em casa e realizar as atividades avaliativas na instituição de ensino. Com a ajuda da esposa, conseguiu concluir o ensino médio e nesse intervalo, com o dinheiro obtido do trabalho da esposa, conjugado com seus esforços na agricultura e criação de animais, conseguiu comprar uma moto. Diante disso, passou a trabalhar de mototaxista, ou seja, uma moto que fazia o trabalho de táxi, só que conseguia levar apenas uma pessoa. Quando começou a realizar esta atividade, eram poucas as pessoas que a exerciam, fazendo com que obtesse um rendimento superior ao que conseguia na agricultura e na criação de animais. Contudo, essas demais atividades ficaram a carga dos demais irmãos até certo período, pois a grande maioria das pessoas que eram agricultores, pecuaristas e viviam da terra deixaram<sup>174</sup> essa a agricultura familiar para tornar-se operário na empresa Vulcabrás Azaleia.

Com o crescimento da Indústria de calçados, os irmãos de José Muniz deixaram a atividade que realizavam com a terra e passaram a ser “peões”<sup>175</sup> nas fábricas<sup>176</sup> que iam sendo instaladas na cidade.

Depois que apareceram as indústrias, as pessoas não queriam trabalhar mais no “pesado” (*referência ao trabalho na agricultura familiar e na criação de animais*). Era uma novidade e todo mundo queria trabalhar na indústria, parecia o trabalho dos sonhos: usar uma “bata branca” era o sonho de qualquer um. Era como se tivesse conseguido chegar no topo dos sonhos. Ninguém queria mais estar no sol quente, pegando na enchida se tinha trabalho “de sobra na indústria”. Ela (menção a

<sup>173</sup> “Uma **íngua** é o aumento dos gânglios linfáticos, ou linfonodos, que geralmente acontece por alguma infecção ou inflamação da região em que surge. Ela se manifesta através de um ou mais pequenos nódulos sob a pele do pescoço, cabeça ou virilha”. Fonte: <https://www.dicionariomedico.com/>

<sup>174</sup> É importante salientar essa grande mudança que ocorreu no modo de viver das pessoas que moravam na cidade de Horizonte quando essas fábricas passaram a recrutar trabalhadores que viviam da agricultura familiar para estarem no chão de fábrica desenvolvendo uma atividade totalmente diferente do que a cultura local conhecia.

<sup>175</sup> “*Peões*” pode ser considerado um termo nativo que designa os trabalhadores da menor escala hierárquica no sistema produtivo da fábrica.

<sup>176</sup> Para além da indústria de calçados – Vulcabrás Azaleia – outras se somaram a ela na cidade, por exemplo, Vicunha Têxtil, Santana Têxtil, Troller, a indústria de bebidas AMBEV (fica na divisa entre Horizonte e o município de Aquiraz), entre outras.

indústria de calçados da Vulcabrás Azaleia) passou a enviar comunicado nas escolas do município recrutando jovens e quem quisesse da família, amigos, conhecidos, para fazer teste e se tornar um colaborador. [*a prefeitura fez parceria com a indústria? Sabe informar?*] provavelmente, afirma! Pois os cartazes nas escolas só poderiam vim a partir da relação com a prefeitura. Chegavam e apegavam o cartaz na porta da sala de aula: o aviso que estava recebendo currículos para a escola de pessoas para trabalharem. [*quem chegavam?*] os funcionários da escola! Acredito que eram a mando de alguém da PMH (Prefeitura Municipal de Horizonte). Sequer terminavam os estudos e já começam a trabalhar, principalmente na Vulcabrás Azaleia. A gente chamava que ela era a “mãe de Horizonte” porque “pegavam qualquer um” para trabalhar. E eram muitas as pessoas que deixaram o trabalho que faziam antes e foram para ela (*menção a fábrica Vulcabrás Azaleia*). Minha esposa e meus irmãos, cunhados, primos, muitos amigos e conhecidos trabalharam nela. Até hoje tem gente que desde aquela época trabalha lá. E aí já se vão mais de 20 anos.

José Muniz continuou seu trabalho como mototaxista. Não se rendeu aos anseios das indústrias. Com o grande número de trabalhadores que foram recrutados, em alguns lugares, o transporte da empresa não passava, por exemplo, a localidade que fica próxima a sua casa nominado como “Córrego das Quintas”. Com efeito, muitos trabalhadores necessitavam do seu trabalho como mototaxista para poder se deslocar para o ponto mais próximo em que o ônibus da empresa passava. Assim, possuía um grande número de clientes que moravam não só nessa comunidade como em outras. Em tempo, passou a conhecer muitas pessoas, de diferentes localidades, pois seu trabalho como mototaxista possibilitou essa aproximação.

Estando no centro da cidade diariamente para colocar em prática suas atividades como mototaxista, José Muniz passa a criar vínculos, elos e pertencimento em relação às pessoas que necessitam do seu trabalho. Soma-se a isso, o fato de estar num ambiente onde circulam as principais informações dos acontecimentos – de diversos campos da vida social – que ocorrem cidade. Foi a partir da sua estada nesse local que teve o primeiro contato com um vereador da cidade. Figura política muito conhecido, por ser vereador desde que o município se emancipou política e administrativamente, fez com José Muniz frequentasse os espaços e conversa entorno dos enredos sobre o campo político partidário local.

Assim, com a ajuda do então vereador que se aproximou, conjugando com a força de adesão que possuía a partir dos elos que criara, José Muniz recebeu a proposta do político com quem estava mantando laços de afinidade, para candidatar-se ao pleito para o Conselho Tutelar (CT) do município de Horizonte, Estado do Ceará. Essa eleição deu-se no ano de 2010, onde José Muniz conseguiu se eleger na 2ª colocação para cinco (5) vagas obtendo quase 920 votos.

Com o apoio do vereador eu consegui me eleger. Bem verdade que se não fosse a ajuda dele, tudo seria mais difícil, mas como [ele] possui um grande número de eleitores favoreceu o resultado que obtive. Só na escola da localidade onde

[*referência ao vereador*] mora, obtive quase a metade dos votos. Se ele tivesse apoiando outra pessoa, não tinha conseguido a quantidade de votos que obtive. Poderia até não ter me eleito. [*como foi que surgiu a vontade de ser conselheiro tutelar? Foi só o pedido do vereador?*]. não, não! Foi nessa eleição que ouvi falar pela primeira vez em votação para a escolha dos conselheiros. Antes, nunca tinha ouvido falar. Depois procurei saber do que se tratava e como era o trabalho [...] o trabalho tem muito haver comigo e com tudo o que passei. Foi aí que despertou a necessidade de, ainda mais, querer ser candidato. Era/é um trabalho onde poderia ajudar crianças e adolescentes que vivem na mesma situação que passei ou até pior. Foi a partir daí que, juntando o incentivo de outras pessoas, mas o peso maior foi a ajuda do vereador que me candidatei ao cargo. Não esperava ganhar, mas deu tudo certo (*neste momento sorri*).

Quando José Muniz se elegeu a função de conselheiro tutelar, mesmo assim, trabalhando três dias nesta função, uma vez que foi acordado pelo colegiado tutelar que o exercício da função se daria neste esquema, uma vez que salário de conselheiro tutelar era pouco dada à importância do trabalho. Mesmo assim, José Muniz não deixou de realizar seu trabalho de mototaxista. Em outras palavras, era um agente social e, paralelo a essa função, nos dias em que não estava no CT continuava a ser mototaxista.

Ainda sobre o trabalho de mototaxista, José Muniz ficou encarregado de realizar o transporte, todos os meses, da cesta básica que alguns trabalhadores da fábrica de calçados recebiam como parte do direito salarial. Quando chegava neste dia e quando acontecia de ser num dia de trabalho em que estava no CT, José Muniz pedia para os demais companheiros do colegiado tutelar para poder trocar o dia de trabalho, uma vez que a entrega das cestas básica na casa de cada trabalhador da fábrica demandava muito tempo. Ele menciona que começava pelo dia e adentrava a noite e madrugada.

Veja ou outra, José Muniz afirma que sente saudades da vida na agricultura, mas que entendia que a vida, neste momento, com o crescimento da cidade, muita coisas mudou. Lamenta que muitos trabalhadores deixaram de cultivar suas hortaliças (cheiro-verde, pimentão, cebolinha), assim como mandioca para irem trabalhara nas fábricas que se instalaram. “As coisas mudaram muito. Muita gente deixou de ser agricultor, criador de animais para trabalhar nas fábricas. Essa cultura de plantar em casa praticamente sumiu com a chegada das indústrias em Horizonte”, lamenta.

### *O conselho tutelar e a política partidária*<sup>177</sup>

O trabalho no Conselho Tutelar (CT) no município de Horizonte, Estado do

<sup>177</sup> Sobre o conselho tutelar e o envolvimento dos conselheiros na política partidária eleitoral, para mais informações ver o trabalho dissertativo denominado de “*Mal-estar e utopia democrática – poder local e autonomia institucional: o caso do Conselho Tutelar do município de Horizonte – Ceará*”. Defendida no ano de 2018 pelo programa de pós-graduação em Sociologia (PPGS) – Mestrado Acadêmico – da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Link: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82831>

Ceará, possibilitou a aproximação de José Muniz a muitas figuras políticas partidárias locais. Quando eleito para a função de conselheiro tutelar, ainda na posse, foi recebido, assim como os demais eleitos, pelo prefeito da cidade. Assim, o prefeito local os convidou para um almoço amigável para conversarem sobre a importância do trabalho do conselheiro e a parceria que fariam, ou seja, na busca por uma boa relação entre o novo colegiado e o poder executivo municipal.

O trabalho exercido no CT demandava estar presente em vários espaços institucionais, principalmente relacionado a eventos da prefeitura municipal local. Desse modo, José Muniz passou a ser um agente social que despontava dos demais moradores da cidade por possuir um capital cultural de prestígio, dado a importância da função. Sua aproximação com figuras políticas tradicionais locais – como prefeitos e vereadores – fez mudar seu panorama diário. Soma-se a isso, o fato do CT receber dezenas de pessoas que necessitam da sua intervenção.

De posse desse capital social que foi convertido para capital político, José Muniz rompe, politicamente, com o vereador que o ajudou a se eleger conselheiro tutelar e passou a trabalhar seu nome para concorrer às eleições proporcionais da cidade.

Um colega meu que foi conselheiro tutelar no mesmo período que eu, candidatou-se para vereador em 2012, dois anos depois que tínhamos disputado a vaga para o cargo de conselheiro tutelar e ganhou a eleição. Não só ganhou como foi o mais votado na eleição [...] o conselho tutelar é um espaço que se você souber trabalhar você se elege a vereador. Só basta deixar de ser besta e sair da “saia do vereador” (*referência à relação de submissão do conselheiro ao vereador que ajudou a se eleger*). Fiz isso, rompi e fui atrás de fazer meu nome como candidato a vereador. Em 2016 me candidatou ao cargo de vereador<sup>178</sup> e só perdi porque não sabia em qual partido deveria ter entrado porque tirei mais de 600 votos e teve candidato que ganhou as eleições com pouco mais de 300. [*me explica o que quis dizer com ter entrado no partido certo*]. Aprendi nessa eleição que a primeira votação para a vaga a vereador se dá quando você escolhe o partido. É preciso estudar os nomes que estão no partido, os candidatos. Não pode, como eu fiz, me candidatar num partido onde já possui vereador de 2 ou 3 mandatos. Eles possuem seus eleitores e dinheiro. E o que eu tinha? Meu serviço prestado, mas é muito difícil competir com quem tem dinheiro e “serviço prestado” (*menção as práticas assistencialista desenvolvidas por políticos com mandato eleitoral*). Então, se você quer sair candidato e ter a chance de ser eleito é preciso saber escolher o partido a partir de quem está nele. Eu, por exemplo, deveria ter escolhido um partido onde não tivesse candidatos com mandato, somente pessoas que se candidatavam a primeira vez. Se eu tivesse feito isso teria sido eleito. Mas eu soube realizar essa leitura naquela época.

José Muniz foi candidato ao conselho tutelar três vezes e em todas as três obteve êxito, mas cada eleição esteve ligado a alguma figura política local. Na última eleição proporcional ao cargo de vereador da cidade, em 2020, se lançou candidato, mas logo no

<sup>178</sup> No período eleitoral no ano de 2016, José Muniz teve um caso com uma jovem que veio a ter uma filha fruto dessa aproximação entre eles. José Muniz continuou casado e hoje tem um filho com a sua esposa.

início da campanha política partidária oficial, desistiu da candidatura para apoiar um pré-candidato que morava próximo a sua casa.

Eu nunca queria desistir da minha candidatura. Mas tem momentos que você precisa ser realista. Não ia se eleger nem eu e nem o rapaz que saiu candidato que mora próximo de onde moro porque os votos “ficariam repartidos”. Como eu vi que ele conseguiu um apoiador muito bom, uma pessoa que tem dinheiro, percebi que o melhor era tirar minha candidatura e apoiá-lo. Conversamos muito e chegamos a um acordo que o melhor era a gente se unir. Tanto que deu certo: ele elegeu-se. Se eu tivesse continuado na disputa, nem ele e nem eu conseguiríamos, pois os votos não iam só para uma pessoa, ficaria alguns comigo e outros com ele e, mesmo assim, seriam poucos votos para um dos dois se eleger. “Morreríamos abraçados”!

José Muniz faz parte do imaginário coletivo da política partidária do município de Horizonte, Estado do Ceará. Passou a estar envolvidos nos fatos, acontecimentos ou qualquer movimento político partidário. Acredita que ainda será eleito vereador da cidade, algo que quer de maneira demasiadamente forte. “Não desisto, pois só tentei uma vez e poderia ter ganhado. Vontade não falta e, sem nenhuma dúvida, irei ser candidato novamente”, afirma.

## **5.2 Disposições e suas Implicações no Trabalho Tutelar na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Lahire (2004) atesta que as disposições que foram criadas na infância, adolescência e que são reforçadas ou reprimidas ao longo da vida adulta, vai, de diversas formas, estar presente no modo de ser e agir do sujeito. Desse modo, as disposições de José Muniz, as quais foram sendo criadas a partir do seio familiar, percorrendo a adolescência e a vida adulta, em diversos contextos (LEJANO, 2012) vai refletir nas práticas diárias que ele desenvolve na dinâmica do cotidiano. As disposições e o contexto onde estava inserido criaram seu retrato experiencial que será fundante para avaliar a política pública de defesa a partir de quem é – seu retrato experiencial –, bem como suas escolhas e seu modo de enxergar a multifacetada realidade.

### *Tradição religiosa e as manifestações disposicionais*

Como exposto na descrição do retrato experiencial de José Muniz, desde sua infância convive com manifestações de forte conteúdo moral proveniente da religião que sua família possui desde seus avós<sup>179</sup>. A cultura religiosa moldou fortemente suas ações, a

<sup>179</sup> José Muniz consegue explicar as manifestações religiosas dos pais da sua mãe, pois esta, quando indagada, falava sobre eles e o pouco que sua memória consegue trazer da época da sua infância. Contudo, em relação ao pai, por ser possuir uma característica de poucas manifestações, contido, calado, pouco se soube sobre

maneira como se manifestava no seu dia a dia, suas escolhas do que pode fazer ou não fazer, bem como as pessoas que poderia ter contato.

Seus pais viveram com o rigor da tradição católica que foi passada para os filhos, ou seja, para José Muniz e os seus irmãos. Seus avós maternos tinha a religião como bússola que, de maneira extensiva, educaram religiosamente seus filhos: “nasci no meio religioso” [...] “Rezava quando acordava, no momento do café, na hora do trabalho, antes do almoço, quando voltava para as atividades, antes do jantar e antes de deitarmos para dormir. Em tudo dávamos graças a Deus”.

José Muniz narrou que esse modo de viver, galgado na religiosidade, de certa forma, o ajudou a não “cair no mundo das coisas fáceis”. Desse modo, José Muniz participa, desde a infância, das ações da Igreja mais próxima da sua casa que fica no centro do distrito onde mora, no distrito de Aningas, em Horizonte, Estado do Ceará. Aos sábados, pela manhã, sua mãe o levava para o catecismo e, aos domingos à noite, todos da família vestiam sua melhor roupa para poderem ir à missa. A rigor, a manifestação religiosa estava tão presente na sua vida que, quando começou a frequentar a escola primária que construíram próximo a sua casa, no primeiro dia em que foi servido o lanche, ao lado colegas que já estavam se alimentando da merenda escolar, exclamou: “Vocês não irão agradecer a Deus por essa comida? Vocês não irão rezar para agradecer ao santo pai por nos dar essa benção que é poder comer e “matar nossa fome”?” Nesse momento a professora chegou próxima a José Muniz e disse que se ele quisesse fazer sua oração estava livre para fazê-la. Quanto aos demais alunos, que os deixasse se manifestar como quisesse. José Muniz lembrou que ficou chateado e retrucou a maneira como os colegas se portavam com relação a algo que tem como sagrado que é a alimentação. “Ainda hoje tenho em mim que é preciso agradecer o pão de cada dia. São muitas as pessoas que passam fome, que não possuem um pedaço de pão para se alimentar. Por isso, sempre agradeço a dádiva de ter o que comer. Ainda hoje rezo, com todas as minhas forças”, afirma.

Em verdade, com o tempo, nota-se que José Muniz reforçou essa disposição na sua maneira de enxergar as coisas em sua volta. Na adolescência, mesmo cansado das atividades que tinha que realizar na lavoura para a produção de excedente para as vendas na grande feira aos domingos no centro da cidade de Pacajus, mesmo assim, participava das manifestações religiosas: procissões a determinado santo, visitas na casa dos idosos enfermos para rezar por sua reabilitação, ajudar a quem passava fome e, entrou para a escola da

crisma<sup>180</sup>.

Quando conheceu “a menina de cabelo de graúna”, José Muniz a respeitou desde que a viu. Só teve relações sexuais depois que casaram, antes disso, na visão dele, além de desonrá-la, “Deus não o perdoaria”, afirma. A sua atual esposa, também participou de maneira ativa nas atividades da Igreja só que em outra comunidade, um pouco mais distante de onde morava José Muniz. Mas também possui a mesma perspectiva e fervor religioso que seu esposo: “minha infância e adolescência sempre foi na Igreja. Cantava no coral com minhas amigas e fiz primeira comunhão e a crisma, igual o Zé”, comunica.

Os pais de José Muniz sempre buscavam fazer com que o filho não criasse amizade que não fossem com pessoas “devotas a Deus”. Isto é, estava proibido de fazer qualquer amizade com pessoas que não frequentavam a Igreja, pois, na visão deles, “eram pessoas do mundo e não tinham pudor, além de não saberem o que é certo ou errado”.

O mais interessante é que as pessoas viam que eu seria um homem de Deus: criado temente a ele. E sou! (*fala enfaticamente*). E quando me candidatei à função de conselheiro tutelar, muitos passaram a me olhar torto, pois sabia que passaria a enveredar pelo caminho da política partidária, como normalmente ocorre quando alguém entra no Conselho Tutelar (CT). Mas no período eleitoral para escolha dos conselheiros, andei na casa de cada uma das pessoas que faziam parte da minha Igreja e outras pessoas religiosas que faziam parte de outras Igrejas e disse que tinha uma missão clara: ajudar os nossos jovens a saírem da perdição desse mundo e só Deus poderia fazer com que eles saíssem dessa vida de drogas, álcool, prostituição, famílias destroçadas. Disse que eu tinha uma missão a seguir que era acolher essas pessoas e colocar no caminho certo, “através da luz de Deus, Nosso Senhor, Nosso Pai [...]” assim, muitos me apoiaram e estiveram comigo na campanha para o conselho tutelar. Até hoje, recebo muitas visitas de amigos da Igreja perguntando sobre o trabalho. Foi Deus que me colocou nesse caminho e, assim, estou seguindo, a partir da sua luz e da sua palavra.

Seus colegas que fazem parte do colegiado tutelar que não são da Igreja, sofrem muitas críticas por “darem mal exemplo por beberem” (álcool, como cervejas, cachaças e outras bebidas) algo que ele não faz. Por saírem para festas e beberem com jovens e por se envolverem em situações consideradas de moral inferior ou, imoral, que compromete a imagem do CT, conseqüentemente a sociedade os criticam. Diante disso, José Muniz é considerado um conselheiro tutelar como “exemplo” para os demais conselheiros e para a comunidade, fato comprovado através de três disputas eleitorais ao posto de agente social e venceu todas elas estando entre os primeiros colocados.

Para melhor entender como essa disposição é manifestada dentro da esfera do CT, José Muniz afirmou que, quando mães aparecem atrás de ajuda aos filhos que estão em

---

<sup>180</sup> “Crisma” é uma manifestação religiosa, hierárquica, que ocorre depois que o praticante da religião católica tem realizado a primeira comunhão. Só depois de passar por esse primeiro estágio é que pode desenvolver as atividades religiosas específicas deste estágio ritualístico de fé.

situação de drogadição (uso de álcool e outras drogas) sempre procura centros terapêuticos comunitários que possuem como base a religião. Para ele, além do adolescente querer sair da situação que se encontra é preciso estar aberto para receber Deus como seu salvador, pois, para ele, só “Jesus cura e salva”.

Nesses casos e em outros que não sejam nessa perspectiva do uso de drogas, mas relacionado a conflitos intrafamiliares, além de serem encaminhados para os Centros Especializados da Assistência Social (CREAS), José Muniz sempre pergunta se realmente gostariam de mudar de vida através da palavra de Deus e narra sua trajetória como exemplo de superação, mas que só conseguiu atravessar todas as dificuldades que apareciam porque sempre “colocou Deus a frente de tudo”.

Estamos exercendo uma função onde nossa missão é aconselhar. Aconselhar a escutar a palavra de Deus para o conforto de famílias que estão passando por dificuldades é um dos caminhos. Se a família, pai, mãe e o adolescente vão querer caminhar por essa estrada, só eles sabem e devem fazer essa escolha. Como disse, é um caminho entre outras possibilidades. Penso que a população é favorável a esse tipo de intervenção. Mas cabe cada um fazer suas escolhas. Não existe imposição, o que existe é um exemplo de vida (*menção a trajetória da sua vida*) que é exposta as pessoas que recorrem ao CT. Se elas vão trilhar por esse caminho ou não é uma escolha delas. Estou lá para ajudar como posso.

No CT surgem vários casos onde adolescentes começam sua vida sexual com outros jovens ou mesmo com adultos e, diante dessas situações, José Muniz afirmou que sempre pede para que os demais colegas façam os devidos encaminhamentos. Diante disso, expos:

É um assunto muito delicado quando envolve relacionamento, assim como a maioria dos casos que passam pelo CT. (*Mas por que você repassa esses casos para os seus colegas?*) Porque sinto que eles estão mais preparados para lidar com essas questões do que eu. (*Mas não é só seguir o que diz o Estatuto?*). Sim, é! Mas eu sempre busco resolver a situação no CT, não gosto de judicializar. Levar para as dependências do Judiciário e, como sei que a primeira diligência a ser feita é enviar relatório situacional para o Ministério Público (MP) fico com receio porque vão custar um, dois, três anos e é um grande sofrimento para as famílias e, principalmente para os adolescentes.

Situações como esta requer, em algumas situações, que o conselheiro tutelar emita ofício situacional descrevendo o caso onde envolvem relações entre jovens com adultos para o Ministério Público (MP). Contudo, José Muniz se esquia de acompanhar esses casos porque tem, fortemente dentro de si, que uma relação como essa não pode acontecer, dado as disposições que foram orientando sua vida. Como foi descrito em seu retrato, José Muniz só teve relações sexuais com sua esposa depois do matrimônio, pois antes disso, na visão que sua religião desenvolve e ele possui dentro de si – relação íntima antes do ritual simbólico



religioso – do casamento é tida como pecado. Nesse momento, ao delegar a outro conselheiro tutelar, José Muniz inibe uma disposição que carrega consigo. Em outras palavras, essa disposição é “abafada” em seu trabalho como agente social ao encarregar seus colegas de trabalho para o acompanhamento do caso.

Mas, há, como ele expos, um caso onde, estando sozinho no lócus de atuação tutelar, chegou um caso onde uma mulher, jovem, de mais ou menos 22 anos de idade, estava tendo relações com uma jovem de 17 anos. Como estava sozinho no CT, José Muniz precisava se manifestar conforme a situação. E, sem titubear, enviou ofício comunicando a polícia civil de tal fato. Convém ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não impede relação sexual de jovens, salvo se este ou esta estiver em situação de agressão, violência, sem o consentimento. Desse modo, José Muniz fez o procedimento errado, tendo em vista que não é caso de polícia. Mas sim, de aconselhar sobre prováveis danos que podem estar surgindo dessa relação que afete a vida social, moral, material, psicológica e física da adolescente.

Interessante ressaltar que José Muniz afirmou que não se envolvia em casos onde adolescentes se envolviam com jovens ou adultos. Contudo, neste caso, ele se manifestou ao enviar a situação para a polícia civil. Tornou uma situação de aconselhamento como caso de polícia. E isso só pode ser entendido a partir do fato de que eram duas pessoas do mesmo gênero, onde, nas disposições religiosas que José Muniz carrega dentro de si é tido como “pecado aos olhos de Deus”.

#### *Disposições originárias da opressão da figura paterna*

Durante por muito tempo, José Muniz viveu na sombra dos interesses dos pais, na escolha que faziam, no que seria, naquilo que, nas palavras da sua mãe, “era o melhor para a família”. Desse modo, José Muniz se anulava, esquecia-se das suas vontades e sonhos e viveu conforme as inclinações que eram ditadas principalmente pelo seu pai.

Como demonstra seu retrato experiencial, seu pai foi uma figura de poucas palavras, mas de atitudes fortes. Simplesmente ao olhar para alguém já sentenciava o que deveria ou não fazer. José Muniz tinha respeito e medo, pois seu pai era agressivo quando ele, ou os demais irmãos não se comportavam da maneira adequada aos olhos do seu pai.

A disciplina em casa era extremamente rigorosa e, por isso, imperava o silêncio. Conversar com seu pai sobre qualquer assunto era algo que estava fora de cogitação. Foi criado sem essa prática diária e os afagos que obtinha, vez ou outra, era da sua mãe. Mas sua

mãe também era vítima das incursões impetuosas do seu marido. Fato esse registrado pelos olhos de José Muniz ainda criança. Vítima de violência física, psicológica, moral e material do seu companheiro, sua mãe foi renunciando sua vida para dar vazão as determinações do seu companheiro. Essas atitudes tiveram fortes consequências na vida de José Muniz e dos seus irmãos.

“Rejeitado” como não sendo seu filho na maternidade onde nascera, carrega esse fato até hoje. Sente que a única coisa que faz sentir a presença do pai é a sensação do medo. Assim, vivei enclausurado e inibiu suas vontades que poderiam ser uma ofensa as vontades do seu pai.

A ausência do seu pai, em determinado momento, foi suprimida pela presença do namorado da sua tia que o levava para o futebol entre o entardecer e o início da noite, bem como em algumas oportunidades nos domingos à tarde. Foi assim que José Muniz fez algumas amizades, fora do âmbito do olhar policialesco do pai. Ademais, os pais eram contra qualquer afeição com pessoas que não fossem do círculo religioso que faziam parte. Seus filhos não deveria, de maneira alguma, ter qualquer proximidade com pessoas que vivessem “diferente” deles. E por diferente deles entende-se a maneira como enxergam a vida, com regras claras, muito trabalho e devotos a Deus.

José Muniz sempre quis frequentar a escola, mas seu pai foi excessivamente contrário à estada em um local onde “[...] passavam o tempo rabiscando uma folha de caderno”. Desse modo, foi um aluno ausente, que faltava bastante às aulas para poder estar com o pai nas atividades na lavoura, plantando, pescando e cuidando dos animais. Dito isso, José Muniz passou a sentir nervosismo, dificuldades para dormir, tamanha era a autoridade do pai que o fez sensível aos excessos de força que o pai exercia sem comedimento. Assim, com o tempo, depois de adulto, passou a fazer uso de medicação para minimizar as investidas do pai quando criança e adolescente. Com frequência, José Muniz sente-se como se estivesse sendo esmagado por algum superior, onde quer que esteja – no trabalho, na sala de aula, no lazer – quando o impõe alguma observação que deva colocar em atividade, resquícios do que viveu a partir do autoritarismo do pai no âmbito familiar.

No exercício da função na condição de agente social tutelar, José Muniz busca sempre deixar a criança ou o adolescente com o convívio da mãe. Na sua visão, a mãe possui as qualidades necessárias para melhor cuidar e proteger o filho do que o pai.

As pessoas acham que por ser um conselho tutelar, que defende os direitos das crianças e dos adolescentes, temos mais contato com as crianças e adolescentes, mas não é verdade. *[com quem possui mais contato?]* Temos mais contato com os pais, avós, responsáveis por cuidar das crianças e dos adolescentes. São brigas entre casal

que chega ao CT e colocam o filho ou a filha como objeto das suas raivas um com o outro. Utilizam a criança e o adolescente como se fosse um objeto da manipulação dos desejos e vontades que possuem para magoar um ao outro. [*o que você faz quando situações como esta aparecem no CT?*]. Normalmente dou razão a mãe porque os maridos, em sua grande maioria não tem como cuidar da criança porque quase sempre está trabalhando. Além disso, o trato com a criança e o adolescente é mais pertinente com a mãe porque ela é mais cuidadosa, sensível, sabe escutar, diferentemente do pai que normalmente não expõe seu lado carinhoso porque vê essa exposição como não sendo própria de um homem, mas sim de uma mulher.

José Muniz coloca em relevo, como pontua Lahire (2004) uma forte disposição que foi criada a partir da sua relação com o pai. Suas experiências levam a crer que o melhor para a criança e adolescente é estar ao lado da figura materna, tendo em vista o que sofreu com seu pai. Diante disso, essa disposição é bastante clara e incide fortemente na tomada de decisões quando a criança ou adolescente deve ficar com um dos genitores. A escolha como agente social tutelar pela mãe é reveladora de uma vivência marcadamente sofrida na sua relação com o pai.

Contudo, diante de uma situação tutelar onde a criança ou o adolescente só possui o pai e a mãe está ausente, quer seja por abandono, morte ou outra situação que a impossibilita de estar com a criança, José Muniz realiza uma busca pela figura materna que é encontrada através da avó da criança, quer seja materna ou paterna. Para ele, a figura feminina é quem deve cuidar das crianças e dos adolescentes “por serem pessoas mais protetoras”, que expõem sua sensibilidade e sabe agenciar e interpretar o que esses sujeitos vivenciam.

Além disso, na visão de José Muniz, os pais, genitores, “não sabem lidar com a maneira de ser e se portar das crianças e dos adolescentes” recorrendo a dispositivos de correções que sempre levam a castigos físicos.

Quando chega ao CT denúncias de que pais estão espancando crianças ou adolescentes, rapidamente peço (*menção a uma auxiliar administrativa que escrevo os relatórios para José Muniz*) para que sejam realizados ofícios circunstanciais<sup>181</sup> para serem enviado ao Ministério Público (MP) e a delegacia para que sejam tomadas as providências necessárias. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90), os pais não devem usar de força física como “instrumento pedagógico”. Na verdade, não existe nada de pedagógico em bater numa criança ou adolescente, pois isso pode levar a existência de sequelas para o resto da vida desses sujeitos. [...] assim, se a mãe é conivente com maus tratos é preciso que a criança saia, rapidamente, do seio familiar. Mas sou sincero em dizer que em outras situações, uma chinelada não faz mau nenhum para que eles (*menção a crianças e adolescentes*) respeitem as regras que foram impostas pelos seus pais, uma vez que é melhor uma chinelada do que vê-lo transgredindo a lei e se enveredar por caminhos da marginalidade.

José Muniz, enquanto agente social tutelar, convive com esse paradoxo sobre as

---

<sup>181</sup> O conselheiro tutelar deve descrever todas as suas ações em relatórios circunstanciais, como ofícios, relatos de caso, indicações propositivas para diversas instituições públicas.

correções em forma de violência doméstica impostas pelos pais. Para ele, castigos físicos de forte teor devem ser impedidos que ocorram, uma vez que afeta a vida do sujeito agredido. Mas quando menciona que “uma chinelada não faz mau nenhum”, afirma que em alguns casos, a depender da força e do autoritarismo imposto, é salutar que devem acontecer para que os filhos possam aprender que na vida há regras e estas devem ser cumpridas a partir das relações intrafamiliares.

José Muniz, em várias situações, afirma que o modo de ser do pai, autoritário e regrado com a força de dispositivos de regras diárias, o fez ser o ser humano que hoje ele é. “Difícilmente isto teria acontecido”, afirma, “se meus pais não fossem rígidos”. Dessa forma, tento analisar casos por caso para entender a escala de agressão ou correção que esteja acontecendo.

Quando situações como essa surgem no CT, busco estudar caso a caso. Em alguns deles diz respeito apenas a algumas palmadas, algo que entendo, pois não considero castigos físicos. (*mas o que diz o Estatuto da criança e do adolescente?*). Não tem como levar ao pé da letra o que diz o ECA (*referência ao Estatuto*), pois em algumas situações é melhor ter um filho que levou algumas palmadas do que perdê-lo para o mundo do crime, como acontece com muitos. Mas quando se trata de castigos físicos, que a gente percebe que a criança está traumatizada com o que vem ocorrendo em casa, é preciso que algo seja feito. O interessante é que são os pais, homens, que mais cometem esse tipo de agressão física, que machuca e que deixa sequelas. Quando se trata de algumas palmadas, na maioria das vezes é realizada por mulher, a mãe ou responsável, algo que busco entender suas atitudes.

Ao estudar caso por caso, José Muniz criou uma espécie de “escala mental” para poder medir a intensidade da força física que foi empregada pelos pais. Penso, todavia, que essa hipotética escala de força e agressão utilizada seja oriunda da sua experiência de vida que levou para dentro das práticas do CT. Portanto, José Muniz “criou”, mentalmente, o grau de potencia utilizado na “correção” – que diz respeito a algumas palmadas e, “violência física”<sup>182</sup> – que se trata de manifestação de violência que pode desencadear em graves consequências psíquicas e moral a criança e ao adolescente.

### *Amizades, disposições e o trabalho tutelar*

As amizades que cultivara ao longo da vida, foram esporádicas, ou seja, uns aqui e outros acolá. O modo como os pais os criara barravam qualquer tipo de proximidade com outras crianças. Mas é verdade que ocorreu momentos de rupturas que estavam no alcance dos seus responsáveis, por exemplo, quando participativa dos jogos de futebol as tardes sobre a responsabilidade do namorado da sua tia. Nesse momento, estando nesse ambiente, José

<sup>182</sup> Os conceitos “correção” e “violência física” foram ditos pelo sujeito entrevistado como sendo uma gradação na medida da ação colocada em prática pelos pais em relação aos filhos.

Muniz consegue criar algumas relações, mesmo que não possam ser ditas de amizade, mas “amigos de fala”, isto é, crianças com quem mais interagiu, ali, naquele ambiente, quando estava presente.

Soma-se a isso o caso dos pais o proibirem de ter amizade com meninas, fato que deixou José Muniz muito triste, pois era a primeira experiência dele, fora do círculo familiar, que construía alguma afeição íntima. Seus pais, como já relatado, tinham medo de que o filho, ao estar próximo de meninas, se comportasse igualmente a elas. O receio de que o filho “virasse viado” poderia ser consequência dessa aproximação, assim era a visão que possuíam.

José Muniz teve uma educação familiar onde o conteúdo que se estabelecia era de não estar próximo e de criar vínculos com as pessoas, pois seus pais possuíam uma visão restritamente “colada” aos ditames que interpretavam da sua religião. Na perspectiva de que pessoas que não frequentavam os mesmos espaços que eles, que não possuíam a mesma fé e, que, por isso, estavam distante do “seu Deus”, operava uma classificação mental de quem José Muniz poderia ou não ter alguma aproximação.

Meus pais eram pessoas bastante difíceis quando se tratava de amizade. Na verdade, ainda é, pois minha mãe, mesmo com a idade que já possuo, sempre quando faço visita, lembra de não “andar com pessoas erradas”. Com o tempo eu comecei a entender essa orientação. Mas também vejo que fui privado de realizar muita coisa na infância e adolescência por causa deles. Pessoas que gostava e não podia me aproximar, que eram boas independente de religião, mesmo que a religião esteja fortemente presente na minha vida, a gente tem que entender que, mesmo que não façam parte da mesma religião, existem pessoas boas!

Contudo, quando começou a realizar suas atividades educacionais na instituição de ensino que foi erguida próxima a sua casa, José Muniz começa a interagir com outras crianças, agenciando sentimentos de pertencimento e, afeiçãoando-se por uma menina que, no futuro, seria sua esposa. Morando em uma localidade diferente de onde mora José Muniz, mesmo distante, continuou mantendo contato por um breve tempo com a “menina de cabelos de graúna”. Mas as obrigações cada vez mais intensa com o trabalho e passando a ser, depois que o pai adoece, o filho cuja responsabilidade era de prover o sustento da família, a aproximação ficou cada vez mais difícil.

A casa de José Muniz, já demonstrando na imagem II, confirma que são poucas as casas que estão próximas umas das outras. Pela imagem, os terrenos atestam que possuem grandes dimensões e, que, com isso, dificultava a aproximação entre os vizinhos. Em verdade, a maioria dos vizinhos são familiares de José Muniz, como tios, tias e primos, principalmente da família materna. Mas com o tempo, outras pessoas passaram a erguer sua casa nas proximidades, tornando-se conhecidos e passaram a conviver, mesmo que esporadicamente,

geralmente nos encontros aos domingos na missão ou em eventos alusivos aos santos que representavam as comunidades, com a família de José Muniz.

Enquanto frequentou a Escola de Ensino Fundamental Marina Ferreira de Almeida, no centro do distrito de Dourado, conseguiu realizar algumas amizades, mesmo que a maioria dos assuntos que tratavam, orbitavam sobre trabalho. Queixou-se que muitos dos colegas de sala possuíam a idade superior a sua, diferentemente de quando esteve pela primeira vez numa sala de aula. Posteriormente, no trabalho de mototaxista, seu leque de amizades aumentou, uma vez que o contato diário com pessoas era intenso. Dito isso, foi a partir do aumento de conhecidos, colegas e amigos, da Igreja ou não, bem como com a relação que começara a ter com uma figura política conhecida na cidade que José Muniz conseguiu se eleger a função de conselheiro tutelar.

Estando exercendo a função de agente tutelar, José Muniz se defrontou com uma situação que o deixava desconfortável.

Quando comecei a exercer a função de conselheiro tutelar, começaram a chegar casos que envolviam conhecidos, amigos, amigos da minha esposa que trabalhava na fábrica de calçados com ela. Para quem não sabe, o espaço do CT é um onde há muitos conflitos, principalmente familiares. E você, na condição de conselheiro tutelar, vai ter que tomar uma decisão e ela tem que estar de acordo com os interesses da criança ou do adolescente e não em relação ao pai e a mãe. Com isso, ao pegar casos de pessoas conhecidas, isso acabava que me prejudicando, pois de um lado alguém vai ficar contente pelo meu trabalho e a outra parte não vai ficar satisfeita com a tomada de decisão. De um lado, ou o pai ou a mãe “vão lhe amar” e do outro lado, ou o pai ou mãe “vão lhe odiar”. Quando chegavam casos de pessoas que tinham se tornado meus amigos, eles ligavam e pediam para que eu resolvesse a situação, mesmo que eles não tivessem razão na resolução do caso. Passei a evitar a pegar casos onde conhecidos ou amigos estavam envolvidos na situação, principalmente de conhecidos de onde moro. Essa história de que o conselheiro tutelar, por pertencer à comunidade e conhecer cada pessoa vai facilitar o trabalho no CT é totalmente enganosa. Pelo contrário, faz dificultar nosso trabalho. Daí, tivemos a ideia de mudar o método de trabalho do CT do município, mesmo que vá contrário ao que o ECA (*menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza*) descreve.

O contexto da política pública de defesa dos direitos da criança e do adolescente, ou seja, o ECA/90, diz que o conselheiro tutelar deve ser morador da comunidade/município por conhecer seus habitantes e os problemas que ocorrem no cotidiano (Art. 133 do ECA/90)<sup>183</sup>. Logo, por ter esse conteúdo de conhecimento facilitaria sua intervenção para solucionar os “embaraços” intrafamiliares, comunitários, entre outras situações. Contudo, essa premissa, ao invés de ajudar, como descreve empiricamente José Muniz, dificulta o trabalho dos agentes sociais tutelares porque essa aproximação e conhecimento barra, ou impede que

<sup>183</sup> O **art. 133** do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) estabelece os requisitos mínimos indispensáveis para a candidatura ao Conselho Tutelar: reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e **residência no Município**.

conselheiros tutelares que possuem relações de afinidade, amizade e coleguismos coloquem em prática as ações que devem ser regidas. Diante dessa situação, o colegiado do CT do município de Horizonte/Ceará, **modificou a metodologia de atuação preconizado pelo ECA/90**. Quando determinado problema incidia na comunidade que o conselheiro “A” residia, enviam o conselheiro “B”, pois esse não possui afinidade subjetiva e emocional que fazem parte do seu conteúdo disposicional com os sujeitos envolvidos na suposta problemática. Assim como o conselheiro “A” só irá intervir em situações na comunidade onde ele desconhece quem são os sujeitos dos casos, fazendo com que desenvolva o trabalho tutelar sem nenhuma relação com suas disposições.

Dessa forma, como são cinco conselheiros tutelares na atual gestão do colegiado do CT do município de Horizonte/Ceará, podemos descrever essa “nova metodologia” a partir de um esforço reflexivo do esquema abaixo levando em consideração os seguintes elementos: a) bairro onde mora o conselheiro tutelar e aonde o mesmo atua; b) bairros onde o conselheiro tutelar possui mais conhecimento e relações com os moradores; c) bairros onde o conselheiro tutelar possui pouco conhecimento e relação com a população local.

**Quadro 2 - Quadro que mostra onde o conselheiro tutelar mora e atua<sup>184</sup>**

	<b>Dourado</b>	<b>Aningas</b>	<b>Sede</b>	<b>Queimadas</b>
<b>Ca<sup>185</sup></b>	Atua	Bairro onde Mora	Atua	Atua
<b>Cb</b>	Atua	Atua	Bairro onde Mora	Atua
<b>Cc</b>	Atua	Atua	Bairro onde Mora	Atua
<b>Cd</b>	Bairro onde Mora	Atua	Atua	Atua
<b>Ce</b>	Bairro onde Mora	Atua	Atua	Atua

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o quadro acima e diante da divisão política e administrativa do município de Horizonte<sup>186</sup>, Estado do Ceará, conforme a metodologia de atuação criada pelos atores sociais, percebemos que no Distrito de Dourado, onde moram os conselheiros tutelares Cd e Ce, atuam três conselheiros tutelares, isto é, os conselheiros Ca, Cb e Cc. No Distrito de Aningas, onde reside o conselheiro tutelar Ca, atuam os conselheiros Cb, Cc, Cd e Ce. Já na sede do município, onde residem dois conselheiros tutelares, ou seja, os conselheiros Cb e Cc, atuam os conselheiros tutelares Ca, Cd e Ce. E no Distrito de Queimadas, onde não mora nenhum conselheiro tutelar, faz com que todos os membros do colegiado atuem nesta

<sup>184</sup> Denominamos os cinco conselheiros tutelares que fazem parte do colegiado tutelar do município de Horizonte, Estado do Ceará, a partir das siglas: Ca, Cb, Cc, Cd e Ce.

<sup>185</sup> Ca é o agente social tutelar José Muniz.

<sup>186</sup> O município de Horizonte é formado, administrativo e politicamente, por três distritos e a sede. São eles: Distrito de Dourado, Aningas e Queimadas e a sede do município. Ver o site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/horizonte/panorama>

localidade.

Essa disposição vai de encontro com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90), quando escolhem membro da comunidade para compor o colegiado tutelar. Contudo, como demonstra empiricamente, essa relação de conhecimento dos sujeitos da comunidade *impossibilita a atuação tutelar*, uma vez que casos onde conhecidos, colegas, amigos ou até mesmo familiares, corroboram para impossibilitar o prosseguimento das ações interventivas.

Diante dessa situação, o Conselho Tutelar do município de Horizonte/Ceará, a partir da disposição do agente social, transpõe a norma e os princípios que regem o ECA/90, a partir da **autonomia tutelar**<sup>187</sup> que possuem – pois sem esta característica não seria possível esse desenho metodológico – para que interesses inerentes ao trabalho tutelar possa ser desenvolvido. Mas é preciso estar atento a outros interesses que surgem a partir dessa metodologia de atuação. De acordo com o conselheiro tutelar (Ca), que é agente social José Muniz, foi enfático em afirmar que,

[...] é muito difícil você tentar resolver uma situação onde conhece as pessoas que você convivi. Várias vezes chegávamos no Conselho (*referência ao Conselho Tutelar*) e olhávamos um para o outro e perguntávamos o que iríamos fazer. A gente convivi com as duas partes da situação e ficava difícil de levar para o Ministério Público (MP). Imagina se a gente faz isso? Com que cara a gente olha pra família deles e eles? Nós que crescemos juntos e moramos ao lado [...] essa forma de trabalhar aliviou demais e fez muita diferença no nosso trabalho.

De fato, ter conhecimento dos sujeitos que compõem seu círculo de vida cotidiano não significa que seja uma característica suficiente para poder lidar com situações de foro íntimo<sup>188</sup>, como são muitos os casos que ocorrem ao CT. Além disso, há outra disposição nessa reconfiguração metodológica criado pelo órgão. Como conselheiros tutelares que compuseram e compõem a atual gestão possuem interesse eleitoral<sup>189</sup> – de seguir a carreira política partidária – essa metodologia afasta dissabores que podem ocorrer entre os sujeitos da comunidade onde mora. Nesse sentido, além de ser uma metodologia que visa sanar

<sup>187</sup> Sobre a autonomia do conselho tutelar do município de Horizonte/Ceará, ver a dissertação já pontuada nas referências: “*Mal-estar e utopia democrática: poder local e autonomia institucional – o caso do Conselho Tutelar do município de Horizonte – Ceará*”.

<sup>188</sup> São vários os casos que chegam ao CT que orbitam na esfera do foro íntimo intrafamiliar. Por exemplo, situações de abuso sexual, estupro de criança e adolescente, agressões físicas, psíquicas e moral, entre tantas outras situações que colocam a criança e o adolescente como figuras de interesse menor dos sujeitos adultocêntricos.

<sup>189</sup> O conselheiro tutelar denominado de Ca (José Muniz), como já descrito anteriormente, disponibilizou seu nome por duas vezes ao cargo de vereador nos dois últimos pleitos eleitorais proporcionais. Na primeira eleição obteve 622 votos. Obteve mais votos do que dois candidatos eleitos. Na segunda eleição, no ano de 2020, Ca começou sua campanha política partidária, mas no curso do processo retirou sua candidatura para apoiar outro candidato que obteve êxito na eleição. Dados obtidos no TER-CE: <https://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/2016/?municipios-resultados-1o-turno-resultado-geral>



problemas interventivos tutelares, também se configura, a partir das disposições daqueles que possuem vontade política de formar sua carreira política partidária eleitoral.

Em tempo, destaca-se que o conhecimento e pertencimento a localidade que os conselheiros tutelares possuem, explorando esse caso, deve-se levar em consideração o tamanho da cidade. O município de Horizonte, Estado do Ceará, possui um dos menores tamanhos geográficos<sup>190</sup>, fato que corrobora para a criação de laços de proximidade entre as pessoas que residem na cidade.

### *O trabalho do agente social requer outros conhecimentos*

Diante do retrato experiencial de José Muniz, podemos constatar que sua estada numa instituição de ensino sofreu percalços diante do contexto e as imposições da sua condição socioeconômica e do conteúdo disposicional das relações intrafamiliares. Com relação a este último elemento, temos as imposições e revelia do seu pai quanto às atividades para agenciar o conhecimento escolar.

José Muniz teve uma formação educacional fragmentada em relação ao tempo, pois estava na instituição de ensino quando podia. A atividade que desenvolvia na lavoura, na criação de animais e cultivo de milho, mandioca e hortaliças para a venda na feira aos domingos no centro da cidade de Pacajús, o impossibilitou de ser um estudante que estivesse em sintonia com o conteúdo conforme programado.

Essa situação corroborou para que José Muniz, ao entrar no espaço tutelar como agente social tutelar, tivesse dificuldades para por em prática ações indispensáveis para o desenvolvimento das suas atividades no lócus de atuação.

Eu não sabia digitar. Nunca tinha tido um computador quando ganhei as eleições para a função de conselheiro tutelar. Então, os relatórios que eram para que eu fizesse, depois de uma visita na casa de uma família, por exemplo, para ver a situação de uma denúncia de maus tratos, não sabia como elaborar um relatório. Assim, pedi a ajuda dos companheiros (*referência aos demais agentes sociais tutelares do CT*), para fizessem o que eu tinha observado. Eu sentava na cadeira ao lado de um colega de trabalho e ia descrevendo o que tinha visto. [*e como você fazia para que a pessoa que estava digitando o que você observou e sentiu nas visitas, colocasse no papel questões subjetivas como os sentimentos?*]. Era difícil! Pois se eu estivesse digitando poderia colocar observações que só eu consegui captar não somente olhando, mas sentindo e dizer isso para alguém, no início foi muito difícil [...] eu sentia que o meu relatório sempre faltava algo ou passava do ponto, nunca estava da forma como realmente vi e senti. Porque é muito diferente quando é você quem escreve e quando é outra pessoa que está realizando esse trabalho. Além disso,

<sup>190</sup> Dados de 2021 da área territorial do município de Horizonte, Estado do Ceará, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que o mesmo possui 160,557 km<sup>2</sup>. Ver link: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?t=acesso-ao-produto&c=2305233>

tem a questão da timidez de dizer situações bastante particulares.

Diante dessa dificuldade que minorava seu trabalho no desenvolvimento da política, José Muniz passou a ficar mais tempo no CT para poder aprender a manusear um computador. Vagarosamente, com apenas um dedo, começou a ter contato com a tecla do computador e, assim, com o passar do tempo, de acordo com seu específico desenvolvimento, conseguiu aprender noções básicas para, pelos menos, sozinho, enviar um ofício. Situações que abrangiam um relatório de caso, mesmo com o passar dos anos, necessitava da ajuda de um colega.

Ainda sobre o conhecimento que o agente social tutelar deve possuir para poder desenvolver a política pública de defesa da criança e do adolescente, temos a situação de que os conselheiros tutelares adentram o espaço com uma formação precária. Na época em que José Muniz adentrou o espaço do CT, em 2010, foi realizado apenas um único dia de treinamento para o entendimento da prática e ações dos conselheiros tutelares de maneira teórica e prática. Dito isso, diante dessa superficialidade no desenvolvimento das ações tutelares, muito do que era realizado no cotidiano de atuação era proveniente das disposições do que é “certo” ou “errado” que os agentes sociais traziam consigo. Desse modo, a influência do retrato experiencial dos agentes sociais esteve presente, no caso de José Muniz, fortemente na resolução das situações na política de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da avaliação de políticas públicas requer metodologias que estejam conectados com as mudanças que ocorrem na sociedade. Como as políticas reportam os interesses de diversos atores, quer sejam o público-alvo, bem como diversas instituições, o Estado, a sociedade civil como um todo, os agente sociais que colocam em prática as premissas da política, desse modo, deve apresentar caminhos que possibilite dar visibilidade a todos esses sujeitos.

Contudo, partindo de uma experiência empírica concreta, onde estive como agente social tutelar, onde participei de diversas avaliações sobre a atuação do Conselho Tutelar (CT), pude perceber que os sujeitos que colocam em prática a política pública de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que possui no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) o marco normativo do fazer profissional, deixavam invisibilizados os agentes sociais tutelares que desenvolvem a política.

Desse modo, com esteio nesta experiência concreta, passei a pesquisar e, depois, com a ajuda do orientador-pesquisador, Alcides Fernando Gussi (UFC) a pensar subsídios metodológicos que nos possibilitasse trazer para a cena do palco esses atores. Com minha proximidade com a metodologia do retrato sociológico de Bernard Lahire (2004) que obtive quando desenvolvi meu Mestrado Acadêmico em Sociologia no Program de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e, a partir da indicação do professor-orientador que revelou-me a importância da avaliação experiencial de Raul Lejano (2012) no Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Púcas (PPGAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC), estudando-os, passamos a perceber o ganho cognitivo que o diálogo e complementação entre os conceitos dos dois repertórios teórico-metodológicos poderiam oferecer para criar uma proposta centrada na visibilidade do conteúdo manifesto da vida dos agentes sociais tutelares que incidiam na prática cotidiana da política.

Desse modo, o conceito de *disposição* obtido a partir da metodologia de Lahire (2004), somado a importância do conceito de *contexto* de Lejano (2012) foram cruciais para criar a proposta metodológica de avaliação de política a partir do *Retrato Experiencial*. A construção do retrato do agente social repousa em, através de extensivas entrevistas com o agente social e com pessoas com quem convive ou, conviveu, a partir de temas diversos, desde sua infância ao momento em que atualmente vivencia situações em múltiplos contextos, “escavar” suas experimentações, cenários que os atravessaram e, que, ficaram no seu ser,

moldando-o e sendo revelador no seu cotidiano através da fala, do modo de ser e enxergar a realidade.

Nesse sentido, para a aplicação do retrato experiencial, fruto da conjugação dos elementos contidos no modelo teórico-metodológico de Lahire (2004) e Lejano (2012) escolhemos o agente social tutelar com mais experiência na realização da prática com as diretrizes da política de defesa da criança e do adolescente no Município de Horizonte, Estado do Ceará. Por possuir mais experiência neste lócus de atuação, de fato, José Muniz (nome fictício), diferentemente dos demais, experienciou múltiplas situações as quais pode colocar em evidência suas disposições. Assim, durante seis (6) meses foi possível extrair um conteúdo pertinente para pintar seu retrato experiencial. Mas também é preciso dizer que, por conhecê-lo antes dessa incursão empírica – mais um fator para a escolha do agente social – pude colher dados de situações e vivências que, hipoteticamente, outro pesquisador, por não conhecê-lo há mais tempo poderia não consegui-los.

Com isso, podemos encontrar, objetivamente, como o agente social coloca em prática a política a partir do seu retrato experiencial que está centrado nas disposições que foram criadas desde o seu nascimento. Essas disposições, como afirma Lahire (2004) a depender da situação, “a partir da análise dos contextos” (p.26), podem ser mais visíveis que outros, conforme as circunstâncias vividas pelos agentes sociais. E, essas disposições, conforme o teórico, possuem as seguintes características que foram encontradas no retrato experiencial de José Muniz, agente social tutelar do CT do município de Horizonte/Ceará que se dispôs para a realização do retrato experiencial: a) **toda disposição tem uma gênese, ou seja, uma incorporação das experiências passadas.** Com José Muniz, a relação que estabeleceu com o pai desde a sua infância criou uma disposição onde assimilou que a figura paterna – homem – no embate da conjugação de forças intrafamiliar que rotineiramente ocorre no CT, sempre viu a figura do pai como não possuindo os atributos básicos para ter a responsabilidade de cuidar do filho. Dito isso, mostra-se avesso a essa inclinação porque viveu uma vida onde seu pai, mesmo presente nas rotinas diárias, era ausente no aspecto subjetivo da sociabilidade cotidiana.

Ainda sobre o aspecto acima, quando se depara com alguma criança ou adolescente em situação de trabalho infantil, quando estes estão na presença dos pais, “ajudando-os”, sentença, observa essa situação como sendo um elemento corretivo para minar “desvios”. Sobre o manto da correção moral, para não cair na marginalidade ou demais outros caminhos tidos como moralmente não aceitos, José Muniz, em várias situações demonstrou que “uma chinelada não faz mal a ninguém”, afirmou. Isto deriva da incorporação

de uma vida intrafamiliar moldada em corações a partir de castigos físicos que eram submetidos, ele e seus irmãos. Contudo, em relação aos estudos, quando se depara com uma criança e adolescente que não frequenta a instituição de ensino, busca conjugar forças, com demais órgãos institucionais para que o sujeito tenha esse direito garantido. Essa disposição é proveniente dos atravessamentos que viveu no período escolar: onde seus pais eram aversos a estada dos filhos dentro de uma sala de aula; b) **Uma disposição precisa se repetir e não extrair de apenas um acontecimento.** Para isso, além das entrevistas, foi crucial a observação direta no locus de atuação do CT e os registros que José Muniz possui em seu nome, de documentos enviados para solucionar alguma situação que adentrava o espaço do CT. José Muniz possui um (1) único registro sobre circunstância onde envolve um relacionamento entre uma jovem e uma adolescente de dezessete (17) anos. Mas é preciso estar atento ao que não é registrado, ou seja, o “não-oficializado”. Comentou, em entrevista, quando situações similares chegavam à esfera do CT, sempre pedia para que outro agente social ficasse a cargo da resolutividade do fato. Essa disposição é proveniente da criação intrafamiliar que teve, com fortes características “machistas” e, com isso, não conseguiu internalizar a existência de outros relacionamentos fora da órbita heteronormativa. Ao pedir para que outros agentes sociais ficassem a cargo de situações similares que envolviam relacionamentos com sujeitos do mesmo sexo, José Muniz tenta retrair uma disposição que foi desenvolvida desde criança. Experenciou o fato de não poder ter amizade, na infância, com meninas, pois poderia interiorizar aspectos, práticas e manifestações femininas, situação fortemente combatida por seus pais.

Além disso, uma disposição só se constitui, c) **a partir da repetição de experiências relativamente semelhantes.** Este item pode ser exemplificado através das explicações anteriores. Contudo, sobre isso, nos momentos de diálogo no CT que geralmente José Muniz desenvolve com os filhos de pais que os levam porque “[...] estão chegando tarde em casa”, ou “[...] porque não se comportam como eram antes”, ele busca sempre uma saída a partir da religião. Utiliza seu repertório de vida como exemplo, ou seja, na visão de José Muniz a religião possui um conteúdo que desenvolve disposições para que os sujeitos não se manifestem fora da zona das práticas sociais moralmente respeitadas. Apropriando-se criticamente desse “aconselhamento” galgado nos atributos religiosos que desenvolve no locus de atuação, desde que nasceu e perpassam gerações, a família de José Muniz manifesta a religiosidade como base sedimentar para suas manifestações diárias e o modo como encara as facetas do cotidiano. Dito isso, essa disposição proveniente da fé que move a mente e os direitos infanto-juvenis.

Seguindo nas considerações do retrato experiencial de José Muniz, conforme as características do conceito de *disposição* (LAHIRE, 2004, p. 27-31), entre as já mencionadas, se configura, **d) como uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas.** Neste caso, ao adentrar a esfera do CT e as atribuições que deveria colocar em prática, José Muniz se deparou com uma situação que o colocou numa condição extremamente delicada: quando surgiam conflitos familiares envolvendo crianças e adolescentes de pais que são seus vizinhos, colegas, conhecidos e, alguns amigos, percebeu que o trabalho tutelar, neste caso, para quem possui relações de pertencimento como amizade, companheirismo, coleguismo, era algo que via como negativo. Ou seja, na condição de agente social, José Muniz tem que por em prática as diretrizes do ECA/90 e, as experiências que teve com pessoas que possuíam relações de sociabilidade cotidiana não foram boas para seus interesses, pois no descumprimento da lei, conseqüentemente, tem-se a punição. Dessa forma, em conjunto com os demais agentes sociais tutelares, criaram uma metodologia de atuação onde o conflito proveniente da comunidade onde mora, seria atribuição de outro agente tutelar que não conhece os sujeitos implicados. Essa metodologia, como já descrita anteriormente, modifica as premissas do ECA/90, pois a fundamentação dessa política está ancorada no conhecimento que os agentes sociais tutelares possuem da comunidade, das pessoas, como vivem. Diante disso, ao alterar a metodologia de atuação do CT conforme seus interesses que são provenientes das suas *disposições* (modo de ver, ser, sentir e enxergar a vida), ajustando conforme suas intencionalidades, os agentes sociais modificam princípios da política adequando as diferentes situações encontradas.

A pesquisa demonstra que a proposta metodológica de avaliação da política de defesa da criança e do adolescente a partir do retrato experiencial do agente social tutelar nos fornece um conteúdo objetivo para realizar um parecer sobre como a política vem sendo desenvolvida. Dito isso, as disposições que os agentes sociais carregam consigo são imprescindíveis para a tomada das decisões, mesmo diante das claras prerrogativas da política pública.

Afirma-se que a avaliação a partir do retrato experiencial do agente tutelar possui um conteúdo satisfatório que é decisivo para entender onde caminhará a política, uma vez que ela será desenvolvida a partir das disposições dos agentes sociais incumbidos de efetuar-las na prática. Como resultado, o trabalho dissertativo afirma que o conteúdo do retrato experiencial do agente social possibilita avaliar uma política pública a partir das suas disposições, pois elas afloram, mesmo com intensidades diferentes, nas ações da aplicação da política pública de defesa da criança e do adolescente. Com isso, conclui-se que a proposta metodológica avaliativa

do retrato experiencial vem a se constituir como mais uma ferramenta para clarificar os consensos e dissensos no desenvolvimento de uma política pública, a constituir sua avaliação.

## REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Faksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ARENDT, H. **Da revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- ALESSI, Gil. Igrejas evangélicas neopentecostais dominam conselhos tutelares em São Paulo e no Rio. **Jornal El País**. 15 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-15/igrejas-evangelicas-neopentecostais-dominam-conselhos-tutelares-em-sao-paulo-e-no-rio.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1989.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Art. 131.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/alasiasantos/analise-de-conteudo-laurence-bardin>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BECKER, H. A história de vida e o mosaico científico. In: BARDIN, Laurence. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BETIN, Felipe. Eleições para o Conselho Tutelar tornam-se o novo campo de batalha do Brasil polarizado. **Jornal El País**. 6 out. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/politica/1570214548\\_733114.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/politica/1570214548_733114.html). Acesso em: 20 jan. 2022.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOULLOSA, Rosana; OLIVEIRA, Breyner; ARAÚJO, Edgilson; GUSSI, Alcides. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, [s.l.], v.10, n.1, p.e100521, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202110005>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria das ações. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.



CARVALHO, A. M. P. **A construção da esfera pública na luta pelos direitos sociais: os fóruns como expressão da sociedade civil.** Fortaleza: UFC, 2001. Mimeografado.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 1989.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município.** São Paulo: Malheiros, 1993. (Série: Direitos da Criança).

CORDEIRO, Camila de Souza. **Avaliação do programa ciência sem fronteiras na perspectiva da experiência de formação dos ex-bolsistas de graduação da Universidade Federal do Ceará.** 2020. 285 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2020.

CÔRTEZ, S. M. V. **Participação de usuários nos conselhos municipais de saúde e assistência social de Porto Alegre.** Porto Alegre: s. n., 1995. Mimeografado.

CÔRTEZ, S. M. V. Viabilizando a participação em Conselhos de Políticas Públicas Municipais: Arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CURY, Munir et al (Coords.). **Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais.** 2.ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DONZOLET, Jaques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociólogo.** São Paulo: Abril, 1978. (Os Pensadores).

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FELLET, João. A batalha entre católicos e evangélicos pelo domínio dos Conselhos Tutelares. **BBC NEWS Brasil.** 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49819051>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GERRTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GAMA, Fabien de Moraes V. “A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla”. **Anuário Antropológico**. Brasília, v.5, n.2, p.188-128, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/216263>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GARCIA, Márcia Monalisa de Moraes Sousa. **Trajetórias da internacionalização da universidade pública**: avaliação do programa ciência sem fronteiras à luz da experiência da universidade federal do Ceará. 2020. 225 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Um ministro “terrivelmente evangélico” a caminho do Supremo Tribunal Federal. **Jornal El País**. 10 jul. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562786946\\_406680.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562786946_406680.html). Acesso em: 20 jan. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e a participação sociopolítica**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos populares e participação popular**. São Paulo, Cortez, 1990. (Coleção Revista Serviço Social e Sociedade).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bnadeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GUSSI, A. F. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAl: Revista Avaliação de Políticas Públicas**, [s.l.], v.1, n.1, p.29-39, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22512>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GUSSI, A. F. **Pedagogias da experiência no mundo do trabalho**: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um Banco Público Estadual. 2005. 347 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252968>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GUSSI, A. F. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: H. A. Valente, R. M. N. Prados; C. Schimidit (Org.). **A música como negócio**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

GUSSI, A. F. **Avaliação de políticas públicas no Ceará**: estudo da produção discente do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza: UFC, 2017.

GUSSI, A. F. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, [s.l.], v.4, n.1, p.83-101, 2016.

GURZA, Lavallo, A; CARLOS, E; DOWBOR, M. & SZWAKO, J. (Orgs.) Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ. (Orgs.). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1978.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas: a fusão de texto e contextos**. Tradução de De Letícia Heineek Andriani. São Paulo: Arte escrita, 2012.

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Tradução de Francisco. Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, Bernard. Do habitus ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.34, n.2, p.7-29, 2003.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília Souza. O conceito de representações sociais: dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Unesp, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Marcos A. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de

Antropologia, São Paulo, v.39, n.1, p. 13-37, 1996.

PAIS, José Machado. **Nos rastros da solidão**. Deambulações sociológicas. Porto: Âmbar, 2006 (Enciclopédia Moderna; 10).

PETERS. B. Guy. Institutional Theory in Political Science: **The New Institutionalism**. **The Continuum International Publishing Group**. 1999. Capítulos 1 a 5. Disponível em: <https://crawfordphd.wikispaces.com/file/view/Peters+Ch1-5.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PETER, L. Berger; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado da sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

PREORE, Mary del. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, Ângela Alencar Araripe. **Criança e adolescente no Brasil**: por que o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: UFC, 2006.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.74.

POPPER, Karl. **“A lógica da pesquisa científica”**. Tradução de Leonidas Hegenberg, Octanny Silveira da Mota. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n.1, p.7-15, jan./jun. 2008.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

SANTOS, Antônio Nacílio Sousa dos. **“Mal-estares e utopia democrática”**: poder local e autonomia institucional – o caso do conselho tutelar do município de Horizonte – Ceará. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS, Antônio Nacílio Sousa dos. **Família, Criança e Mudança Social**: reconfiguração da sociabilidade intrafamiliar a partir da nova concepção da criança como sujeito de direitos. 2010. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. CD-ROM.

SANTOS, Antônio Nacílio Sousa dos. **Do conflito à intervenção tutelar**: um estudo sobre casos intrafamiliar e a intervenção dos Agentes Sociais do Conselho Tutelar e do CREAS frente a essa (des)ordem. 2014. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. CD- ROM.

SANTOS, Josiane soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMON, Herbert. A. A behavioral modelo of rational choice. The Quarterly Journal of Economics. v. 69, n.1, p.99-118, feb. 1955. In: HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José F. (Org.). **Política pública e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: MEC, 2000.

SPIVAK, Gayatrl C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THÉ, Raul; PEREIRA, Janaina; GUSSI, Alcides. Narrativas sobre microcrédito: interpretando histórias de vida de clientes do Crediamigo em Fortaleza. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS DO BRASIL, 15. 2012. Teresina: UFPI, 2012. **Anais [...]**. Teresina: UFPI, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para a antropologia das sociedades contemporâneas. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

WAGNER, Roy. **Símbolos que representam a si mesmos.** . São Paulo: UNESP, 2018.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia.** São Paulo: Centauro, 2002.

WEBER, Marx. **Ciência e política**: duas vocações. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

WEBER, Marx. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada.** Petrópolis: Vozes, 1993.

WEBER, Marx. **Coleção os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1980.